

1ª EDIÇÃO



A “NOVA CLASSE MÉDIA” NO BRASIL COMO CONCEITO E PROJETO POLÍTICO

Organização Dawid Danilo Bartelt

Rio de Janeiro, 2013

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG

Editor e organizador

Dawid Danilo Bartelt

Assistente de edição

Manoela Vianna

Revisão

Helena Costa

Projeto gráfico

Inventum Design

Impressão

Gráfica Minister

Tiragem

1000 exemplares

Esse livro foi financiado com recursos da Fundação Heinrich Böll.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL

Rua da Glória, 190/701 - Glória

CEP 20.241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel. 55 21 3221 9900 **Fax** 55 21 3221 9922

info@br.boell.org

www.br.boell.org

Bartelt, Dawid Danilo (org.)

A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Dawid Danilo

Bartelt (org). — Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. - 184 p.; 15,5 cm x 22,0 cm

ISBN 978-85-62669-10-1

1. Bartelt, Dawid Danilo. 2. Classe média – Brasil. 3. Aspecto Político.

4. Cidadania. 5. Saúde. 6. Educação. 7. Gênero.

I. Título.

CDD 320.981 (versão 1.10 CD)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

SEÇÃO A: “Nova Classe Média:” alcance, falhas e benefícios de um conceito

Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média	16
Celia Lessa Kerstenetzky e Christiane Uchôa	
Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000	32
Waldir José de Quadros, Denis Maracci Gimenez e Davi José Nardy Antunes	
Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil	43
Lucia Cortes da Costa	
A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo	56
Jessé Souza	
A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade	69
Sonia Fleury	
Nova classe média: um delírio coletivo?	84
Eliana Vicente	

SEÇÃO B: Direitos e Cidadania: alcance, falhas e benefícios de um projeto político

Que Brasil estamos construindo?	96
Cândido Grzybowski	
Entre sair da pobreza e ingressar na cidadania. Nova Classe Média, Utopia de um futuro fugaz?	106
Amélia Cohn	
Tênis, bermuda, fone no ouvido... Vai saúde e educação também?	115
Claudio Salm e Ligia Bahia	
A Nova Classe Trabalhadora e o Neopentecostalismo	124
Marilene de Paula	
Entre a dupla jornada e a discriminação contínua. Um olhar feminista sobre o discurso da “nova classe média”	136
Nina Madsen	
Necessidades Humanas e da Terra Versus Necessidades do Capital	146
Ivo Poletto	

SEÇÃO C: Aspectos da dimensão internacional

Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média	156
Marcio Pochmann	
A “classe média” como realidade e como ficção. Um ensaio comparativo Brasil - Portugal	171
Elísio Estanque	

* INTRODUÇÃO

Para um presidente como Lula, pouca coisa poderia servir melhor como legado do seu governo do que o de ter criado uma “Nova Classe Média” (NCM), ainda mais em um país emergente com uma longa tradição de extrema desigualdade. Por isso não pode surpreender o fato de, nos governos Lula e Dilma, ter sido construída uma narrativa que organiza os ganhos reais dos salários de pessoas de baixa renda no Brasil e os avanços nas políticas sociais sob este título. Fica logo evidente que se trata menos de um fato sociológico e mais de um projeto de estratégia e marketing políticos. Por isso, a retórica e as artes aritméticas das classificações de renda que o acompanham não apenas fazem sentido como são estratégicas. Na era pós-ideológica, o poder político se realiza no centro; é ocupar o meio entre os “extremos”, pois o centro da sociedade garante a hegemonia e a luta polarizada, não. Na Europa, os grandes partidos outrora identificados como “de direita” ou “de esquerda” se movimentam rumo ao “centro”, declarando direita e esquerda como margens da sociedade, território ideológico dos de ontem. No Brasil, já assistimos a embates políticos por esta classe; o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso alertou o seu partido, o PSDB, para não perder tempo em “brigar” com o PT pela hegemonia nos movimentos sociais e junto ao povão. O esforço em ampliar e consolidar a base eleitoral deve-se focar na NCM¹.

No ano de 2012, houve interessante junção de fatos, formando uma ofensiva de marketing na construção de uma visão sobre a NCM brasileira:

- Duas novelas da TV Globo exibiram pela primeira vez a Nova Classe Média ou Classe C como protagonistas – “Cheias de Charme” e “Avenida Brasil”, – ocupando, concomitantemente e durante meses, os horários das 19 e das 21 horas.

¹ Fernando Henrique Cardoso: O Papel da Oposição, em: Revista Interesse Nacional, 02.04.2011. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/2011/04/o-papel-da-oposicao/>>. Acessado em: 24.06.2013.

- O economista e “pai da Classe C”, Marcelo Neri, lançou seu livro “A Nova Classe Média: o lado brilhante da pirâmide”, que recebeu alta atenção nacional e até internacionalmente.
- Além disso, tornou-se diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão-chave na concepção e divulgação de políticas econômicas e sociais do governo.
- Foi lançado o projeto “Vozes da Classe Média” pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), apoiado pela Caixa Econômica Federal, Confederação Nacional da Indústria e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O trabalho de Neri, na maior parte enquanto economista destacado da Fundação Getúlio Vargas, tornou-se referência principal do debate no Brasil, que já originou pelo menos quatro livros – um mais afirmativo, de Bolívar Lamounier e Amaury Souza², e três mais críticos, ainda que de ângulos diferentes, de Marcio Pochmann³ e os dois livros organizados e escritos por Jessé Souza⁴, sendo que esses dois autores contribuíram para esta publicação. Além disso, principalmente no ano de 2012, surgiram vários artigos sobre o tema, além de colunas e artigos na mídia impressa e online.

Não bastassem as manifestações que tomaram conta das ruas brasileiras em junho de 2013, o tema está mais do que posto. Sua relevância consiste, entre outras coisas, no fato de que através dele se discute os rumos e as prioridades políticas do desenvolvimento da sociedade brasileira no futuro próximo. Por isto, estamos lançando a presente publicação. Ela procura reunir, de forma mais sistemática, vozes críticas ao que deve ser concebido como um projeto político de grande porte que precisa, urgentemente, de análise mais profunda. Podemos afirmar que esta “Nova Classe Média” está, hoje, de forma aguda, subdeterminada, não apenas sociológica e empiricamente, mas também ideológica e politicamente. E as manifestações de Junho têm indicado fortemente que a narrativa ligada à “Nova Classe Média” está se esgotando.

Sociologicamente, as classes médias fazem parte das pesquisas sobre as elites da sociedade. Ainda que Neri tenha dito⁵ que o seu uso do termo não

² LAMOUNIER, Bolívar e Souza, Amaury: A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade, Campus/CNI, 2010

³ POCHMANN, Marcio: Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira, Boitempo, 2012.

⁴ SOUZA, Jessé, et alii, A ralé brasileira: quem é e como vive, UFMG, 2009; SOUZA, Jessé, et alii, Os batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora, UFMG, 2010

⁵ Em conversa com o autor desta introdução, mas também na p. 83 do seu livro “A Nova Classe Média” (2012)

seria sociológico e se referia ao fato da Classe C estar “no meio” das cinco classes de renda por ele aplicadas, e, portanto uma classe “média”, é clara e intencional a referência à classe média tradicional, enquanto categoria sociológica. De fato, não fosse a força propagandística do governo e suas instituições publicitárias e científicas incumbidas para tal fim, este livro talvez nem precisasse ser publicado, de tão óbvio e evidente é a crítica que constata: uma classe que dispõe de entre 1.200 e 5.174 R\$⁶ de renda familiar, visto o nível de custo de vida nas grandes cidades, não constitui uma nova classe média. Mas a vantagem deste projeto político chamado “Nova Classe Média” (NCM) é que ele nos compele, enquanto cidadãos e observadores atentos às mudanças dinâmicas da sociedade brasileira, a refletir novamente sobre o que constitui e deveria constituir uma classe média-base de uma sociedade moderna mais justa e igualitária e quais seriam o papel e as obrigações que o Estado, organizador e regulador da sociedade moderna, deve assumir.

As análises desta publicação se dividem em duas seções principais, diretamente interligadas, e ainda apresentam dois textos que se referem à dimensão internacional do debate.

A

Com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares, **Celia Lessa Kerstenetzky** e **Christiane Uchôa** demonstram através de pesquisa detalhada que, em termos de condições dos domicílios e de acesso a crédito, seja em termos de chances de vida – grau de escolaridade, acesso a plano de saúde, etc – os integrantes desta classe de renda “estão longe de corresponder à ‘promoção social’ que lhes foi atribuída; a maioria deles pode ser de fato considerada pobre sob qualquer critério que leve em consideração adequação nos níveis de bem-estar.” As insuficiências são tamanhas que na opinião das autoras pelo menos parte da NCM tem apenas chances limitadas para progresso social.

Trabalhando com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), **Waldir Quadros**, **Denis Maracci Gimenez** e **Davi José Nardy Antunes**, ao destacar os méritos e progressos da política de inclusão social e aumento real da renda durante os anos 2000, concluem que a Classe C não deve ser chamada de classe média. A “Nova Classe Média” brasileira teria sido produto do Milagre Econômico durante a ditadura militar. Longe

⁶ Neri 2012: 27. Segundo dados atuais da Fundação Getúlio Vargas, estes valores foram ajustados para R\$1.734 e R\$7.475,00, v. 6

do padrão de consumo dos norte-americanos, sem as benesses do *Welfare State* europeu, ela se montou como classe sobre o dinamismo econômico e a profunda desigualdade social daquela época. A classe C, no entanto, estaria longe dos padrões e estilos de vida desta NCM como a grande novidade do século XX. Os auxiliares de escritório, vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem, constituindo uma “classe média baixa” pelos termos do IBGE, “têm carências de todo tipo, não só em relação aos padrões de ocupação, rendimentos e consumo. Mas também das condições para educar os filhos, de saúde, de transporte, de moradia, de segurança pública. Isto revela a distância entre a vida da nova classe média do século XX e a dos anos 2000.”

Lucia Cortes aponta para a necessidade de uma distinção regional e entre os meios urbano e rural: R\$ 4.561,00 ao mês para uma família que vive na metrópole de São Paulo pode significar uma vida mais restrita do que R\$ 1.064,00 para outra família que vive numa cidade de interior. Independentemente da região, passar um mês com renda per capita de R\$ 290,00 - limite da classificação da SAE - “não autoriza nenhuma análise a concluir que essa pessoa tenha um padrão de vida de classe média.” Como a maioria dos autores, Cortes reclama da unidimensionalidade da análise. O nível de renda seria variável importante, mas deveria estar articulado ao acesso a bens culturais, segurança nas relações laborais e maior participação na vida coletiva que permita uma convivência com redução dos riscos e vulnerabilidades. Classe média significaria, afinal, ter acesso a “todo um conjunto de fatores sociais, políticos e culturais que permite viver com segurança, maior conforto e acesso à vida coletiva e ao espaço público”.

É nesta linha que a análise de **Jessé Souza** adiciona dimensões importantes à análise da classe média. Criticando a “cegueira do economicismo”, Souza demonstra que as vantagens estratégicas da classe média tradicional não se materializam apenas pela renda maior, mas pelo capital social e cultural que detém e que os trabalhadores “batalhadores” da Classe C não têm, e menos ainda os da chamada por ele de “ralé”, classe mais empobrecidas da sociedade. Eles carecem de relações sociais que ajudem no mundo social e profissional, de tempo para estudar, de competências sociais como disciplina e autocontrole, indispensáveis para ser bem-sucedido no capitalismo moderno, e até de uma autopercepção como “dignos” e, portanto, portadores de direitos. No entanto, não há classe condenada para sempre, afirma Jessé Souza, e de fato os batalhadores têm obtido algum sucesso.

O autor enfatiza, entretanto, que não se pode falar da sociedade brasileira de hoje sem reconhecer que esta classe continua sendo sistematicamente explorada, profundamente dominada e socialmente humilhada.

O aumento substancial da renda das classes baixas não é equivalente a uma substancial redução da desigualdade no Brasil. O índice Gini baixou efetivamente no Brasil, ainda que de um nível obscuro a um nível ainda intolerável, mas ele mede a distribuição de renda por salários e remunerações monetárias numa sociedade e não inclui a propriedade – imobiliária e fundiária, principalmente; fonte da riqueza da classe média alta e alta no Brasil. As políticas distributivas atuam sobre os efeitos e não sobre as causas das desigualdades estruturais. Isto nos remonta ao papel do Estado (e não apenas do governo) no Brasil: um Estado “sem cidadãos, onde direitos se transformaram em privilégios de poucos”, na análise de **Sonia Fleury**. Mudanças estruturais deveriam começar pelo aumento da produtividade industrial e do emprego formal. “Ao dissociar a análise da ascensão da classe C das condições de emprego e trabalho opera-se uma descontextualização de cunho político e ideológico, que impede a tematização da superexploração e endividamento dessa população.” Como pano de fundo da modernização conservadora, a pesquisadora identifica uma “fetichização da eficiência do mercado”, que substituiu a fetichização do poder do Estado correspondente ao projeto nacional desenvolvimentista. Quem não teve vez nesta troca foi o Estado democrático fortalecido. Ou seja, nestas políticas sociais privatizadas e mercantilizadas, a democracia é uma determinante ausente.

Na narrativa analisada, o consumo funciona como elemento constitutivo da NCM. De fato, como demonstra Eliana Vicente, o consumo tem sido constitutivo também para a classe média tradicional, como elemento de distinção social, criando um “estilo de vida” e assim um diferencial que os pobres não podiam ter. No mundo moderno, este tipo de consumo é muito mais que a satisfação de necessidades. Consumo constrói, confere e corrobora identidade social. A NCM aspira igualar-se ao ideal de “estilo de vida” construído pela narrativa e que confunde cidadania e consumo. Mas o seu novo consumo – casa própria, carro, eletrodomésticos, viagens de avião etc. - também não deixa de ser, para a “nova classe emergente” como a denomina Eliana Vicente, a confirmação de uma conquista na luta dura de sair da pobreza para uma vida melhor. Por isso, este consumo lhe é, literalmente, tão caro.

B

A questão da democracia faz a ponte para a segunda seção do livro. Esta pergunta pelos parâmetros, implicações e lacunas da NCM enquanto projeto político. São análises a partir da teoria política, da análise ideológica e principalmente da perspectiva dos direitos, da cidadania e do gênero. Para tal fim, a Fundação Heinrich Böll convidou nesta seção, além dos acadêmicos, autoras e autores de organizações não-governamentais parceiras que trabalham diariamente na tarefa de consolidação da democracia e garantia de direitos para todos.

Se existe um projeto político vinculado à invenção e propagação da NCM, deve-se dizer que falta outro projeto político (e econômico). Este seria em torno da obrigação do Estado de criar um projeto em benefício da inclusão política e da efetivação da cidadania, dos direitos políticos, sociais, econômicos e culturais de pessoas. A questão racial, por exemplo, está embutida na representação do marketing, como na cartilha Vozes da Classe Média. O que significa o projeto da NCM dentro do racismo e patrimonialismo existente no Brasil, ainda não foi discutido.

Discutir o projeto da NCM é discutir a questão, “que Brasil estamos construindo”, pondera **Cândido Grzybowski**. Apropriando-se de um conceito de André Singer, aponta para o “reformismo fraco” atual. O PT ainda faria diferença no cenário político nacional e internacional, mas renunciou a ser força transformadora. O debate está focado no crescimento. Pouco se discute alternativas ao crescimentismo, ao desenvolvimento habitual que segue produtivista e consumista. O assim chamado novo desenvolvimentismo tem produzido uma NCM na perspectiva do consumo, mas não das mudanças estruturais necessárias. A questão social tende a dominar os debates sobre a destruição ambiental, apesar desta, em nome do desenvolvimento social, ser grave.

Os textos de **Amelie Cohn**, **Lígia Bahia** e **Claudio Salm** têm na educação e na saúde o seu foco especial. Para **Cohn**, numa sociedade democrática faz diferença se os processos são organizados por “normas de comportamento”, onde indivíduos se orientam pela narrativa do consumo, criando identidades plagiadas, ou por “formas de integração” que fazem com que o indivíduo busque “de forma autônoma e consciente integrar-se na sociedade buscando dela participar e nela se inserir de forma sustentada, o que vai muito além dos limites estreitos, mas impiedosos, do mercado.” No Brasil assiste-se à terceira geração de privatização dos ser-

viços de educação e saúde. “É uma ironia”, afirmam **Bahia e Salm**, “mas, em que pese a forte retórica antiliberal, foi nos governos Lula que mais se consolidou a saúde e a educação como business.” As consequências são, por um lado, que se privatiza e individualiza os riscos sociais e apela-se aos indivíduos para procurarem soluções de mercado gastando recursos próprios. Uma outra consequência da privatização é, paradoxalmente, a sobrecarga dos serviços públicos estatais, porque os planos e seguros privados de saúde se tornam cada vez mais precários, ao mesmo tempo em que aumentam os preços. O que está em jogo para a NCM e a sociedade brasileira como um todo, é, nas palavras de Cohn, um “padrão de sociabilidade e inserção social, [...] regido por contratos de solidariedade social, que por sua vez se traduzem em políticas econômicas e sociais que tenham maiores ou menores efeitos redistributivos.”

Outra implicação diz respeito ao papel das mulheres nesse novo debate. O que o aumento da renda, sobretudo das mulheres, significa em termos de autonomia e diminuição das assimetrias econômicas e sociais entre mulheres e homens? Além das mulheres formarem “o novo exército do batom”, multiplicando os gastos para produtos de beleza no país, mulheres e homens desta classe se diferenciam, em termos de renda, benefícios, posição familiar, universo de valores, educação etc., fazendo com que haja necessidade de formular políticas específicas em termos de gênero.

Raça e gênero são duas dimensões importantes que estão ausentes na concepção política da NCM, mas ainda presentes no padrão de discriminação e dominação das classes dominantes tradicionais: “Para emergir, a ‘Nova Classe Média’ se escora na velha e injusta divisão sexual e racial do trabalho, reproduzindo condições de vulnerabilidade na vida das mulheres”, analisa **Nina Madsen**. “Injustamente, são elas [as mulheres] que assumem quase que solitariamente as tarefas de cuidados (com as crianças, com as idosas e idosos) e que muitas vezes trabalham gratuitamente para manter os pequenos empreendimentos familiares, que ampliam a renda familiar. Para ascender a esse padrão de ‘nova classe média’, nem as políticas públicas, nem o mercado de trabalho, muito menos o trabalho doméstico, têm oferecido suporte para as trabalhadoras desse estrato social aliviarem a sobrecarga dos afazeres domésticos e familiares que suportam.”

Diversos autores têm apontado para a tendência de conservadorismo inerente à NCM e, ligada a esta, a sua proximidade com e sobre-representação nas igrejas evangélicas, especialmente nas neopentecostais. Para estes

grupos religiosos, a salvação, entendida também como prosperidade material, já não é postergada para a vida além da morte, ela se dá no cotidiano e no hoje, como lembra **Marilene de Paula**. A Teologia da Prosperidade tem uma forte dimensão material e concreta de construção de futuro, uma ética protestante imediatista, apta para a NCM, além das igrejas oferecerem espaços de sociabilidade, remediando de certa maneira a falta de relações sociais pela qual aponta Jessé Souza. Na análise da autora, o forte relacionamento entre evangélicos e a numerosa NCM ganha dimensão política a partir do momento que têm um projeto político, o que é inegável e se estende além da bancada religiosa, segunda maior do Congresso.

Fecha esta seção um ensaio de **Ivo Poletto** que contrapõe às necessidades do capital – hegemônicas nas esferas econômicas e sociais do Brasil e do mundo – as necessidades humanas e da terra. Nesta perspectiva, continua inegável que milhões de brasileiros “precisam chegar ao mercado para satisfazer as necessidades básicas” e que, portanto as políticas de aumento do poder de compra dos mais pobres são corretas. No entanto, para o autor a dignidade e a cidadania dos subprivilegiados não podem ser realizadas pela sua inclusão no mercado capitalista, mas só com a construção de outro tipo de sociedade, que organize a produção e a distribuição dos bens assim como as relações entre as pessoas e entre os povos, e entre seres humanos e meio ambiente de forma diferente. “Eles têm necessidade de mais alimentos, mas não dos produtos envenenados do agronegócio; têm direito à moradia, mas não com os limites e a baixa qualidade das construídas pelas empresas do programa ‘Minha Casa, Minha Vida’; têm direito ao trabalho e à renda que garanta sua autonomia, coisa que a sociedade capitalista jamais admitirá.”

C

O livro termina com dois textos que transcendem o olhar sobre o Brasil. Conforme dito no início desta introdução, **Marcio Pochmann**, antecessor de Marcelo Neri no posto do diretor do IPEA, tem sido um dos protagonistas do debate sobre a NCM. Em sua contribuição para esta coletânea, analisa a classe média global. Restringindo a sua análise explicitamente ao critério monetário (rendimento familiar de 10 a 100 dólares diários), vê uma forte concentração da classe média na Ásia, enquanto a participação dos EUA e da Europa do Norte na classe média global tem caído. No entanto, alerta que com as transformações nos países emergentes, que apesar de não terem completado a sua industrialização já saltam na sociedade

pós-industrial, de serviços, “pode se tornar sem efeito a aplicação simplista do conceito tradicional de classe, sobretudo de classe média ancorada no critério de rendimento.” O caso do Brasil confirma esta observação.

Desde uma perspectiva comparativa entre o Brasil e Portugal, o professor português **Elísio Estanque** lembra que quase a metade dos empregos criados em 2009 foram de até 1,5 salários mínimos. Ou seja, muito mais próximo do limiar da miséria do que de uma classe média. No Brasil, os salários das mulheres são em média 30 por cento mais baixo que os dos homens! Em Portugal esta taxa de discriminação de gênero também é alta: 21 por cento. O índice Gini que mede a distribuição de renda num país tem caído no Brasil, mas ainda é altíssimo, em absoluto e em relação a Portugal (0,54 versus 0,33, em 2009). “O projeto desenvolvimentista nesse momento goza de grande credibilidade”, escreve o autor, poucas semanas antes dos protestos de massa. Por isso, a imaginária NCM, uma classe de trabalhadores ainda pouco qualificados, “exorbita os seus consumos precários submetida pela miragem discursiva da mídia e do poder vigente, para satisfação de credores e alguns agiotas ligados ao mundo da finança e do crédito. Um segmento da classe trabalhadora que, sendo atomizado e individualizado pelo consumismo, torna-se politicamente inofensivo e indiferente à ação coletiva”. Ao contrário disto, em Portugal, a “classe-média-que-não-chegou-a-ser” estaria se desfazendo. Os trabalhadores de serviços e da administração pública que chegaram a adotar comportamentos e subjetividades típicos do velho ethos da classe média contam entre os perdedores da grande crise na Europa. A classe média assalariada se reproletarizou. Isto teria despertado esses setores para a ação coletiva, visível nas manifestações desde 2011. Estanque vislumbra a possibilidade um novo sujeito da transformação social no seu país.

Esta publicação foi concebida e os seus artigos escritos antes da eclosão dos protestos de massa nas cidades brasileiras, em junho de 2013. Estes talvez não criem um novo sujeito de transformação social, mas eles vêm como uma confirmação das críticas reunidas nesta publicação. Parece que a própria “classe média” acordou para o fato que a narrativa governamental-midiática tem pouca substância, está ameaçada até no seu teor consumista limitado e tem lacunas e, por isso já não goza de tão grande credibilidade. “Não é por 20 centavos, é por direitos”, foi um dos lemas populares dos protestos.

Este livro se realizou através do trabalho de muita gente, mas vale destacar aqui a cooperação com Eduardo Fagnani e Silvio Caccia Bava. Eduardo, professor de economia da Universidade Estadual de Campinas, me

convidou a participar do importante espaço de articulação crítica, por ele criado e já renomado no meio acadêmico, da “Plataforma Política Social – Agenda para o Desenvolvimento” (www.plataformasocial.net.br), à qual está associada cerca da metade dos autores desta coletânea. Ele apoiou o projeto desde o início. Silvio, coordenador-executivo de longos anos do Instituto Pólis, enriqueceu o processo da concepção com valiosos conselhos e idéias, provenientes do trabalho precursor que ele realizou, enquanto editor-chefe, na revista *Le Monde Diplomatique* do Brasil.

A Fundação Heinrich Böll no Brasil agradece também a todas as autoras e todos os autores que investiram tempo e energia nas suas valiosas análises, fazendo com que este livro chegue ao público como uma contribuição sobre o presente e os rumos da sociedade brasileira. É, ao menos, a esperança e convicção da Fundação Heinrich Böll, que vê no fortalecimento da democracia e de uma sociedade baseada na garantia dos direitos e de maior justiça social e ambiental a sua tarefa, no Brasil e no mundo.

Dawid Danilo Bartelt

Diretor da Fundação Heinrich Böll no Brasil

Julho de 2013



NOVA CLASSE MÉDIA: ALCANCE, FALHAS E BENEFÍCIOS DE UM CONCEITO

* **MORADIA INADEQUADA, ESCOLARIDADE INSUFICIENTE, CRÉDITO LIMITADO: EM BUSCA DA NOVA CLASSE MÉDIA¹**

Celia Lessa Kerstenetzky² e Christiane Uchôa³

A queda da desigualdade na distribuição da renda no Brasil, aumentando a renda dos mais pobres em proporção maior do que a dos mais ricos e diminuindo a pobreza no país, parece fato estabelecido. Entre os anos de 2003 e 2011, cerca de nove milhões de domicílios, mais de 30 milhões de pessoas, ultrapassaram a linha de pobreza equivalente a um quarto do salário mínimo (ver anexo). Em trabalho anterior (KERSTENETZKY E UCHÔA, 2012), levantamos a seguinte questão: do ponto de vista da estrutura social, para que condição e posição social teriam migrado essas pessoas? Estariam formando uma nova classe média?

Apesar de certo número de autores e formuladores de políticas públicas afirmarem que sim, a resposta não parece simples. Em primeiro lugar, para além da discussão sobre os processos formativos de classes e relações sociais, há diferentes definições e modos de medir posições sociais, e, em qualquer caso, há amplo consenso quanto a ser a renda auferida pelas famílias um critério claramente insuficiente e a necessária adoção de critérios sociológicos. Em segundo lugar, haveria que se avaliar a estabilidade e sustentabilidade das novas posições atingidas,

¹ As autoras agradecem os comentários de Jaques Kerstenetzky, Dawid Bartelt e Antonio Kerstenetzky.

² Professora titular do Departamento de Ciência Política da UFF e diretora do CEDE/UFF.

³ Doutoranda em Economia da UFF e pesquisadora do CEDE/UFF.

diante de legados materiais e simbólicos, além de riscos óbvios, como, por exemplo, a situação dos chefes de domicílio no mercado de trabalho ou conjunturas econômicas adversas que cancelassem frágeis ganhos.

Nosso trabalho se propõe a investigar pelo crivo do estilo de vida, marcador privilegiado pela sociologia de Bourdieu (1978), o perfil socioeconômico dos domicílios que pelo critério de renda têm sido identificados como integrantes de uma nova classe média, para examinar a justeza da classificação. A tradução da sociologia de Bourdieu em indicadores estatísticos apresenta imensos riscos, não é disso que se trata. Preferimos afirmar que tomamos inspiração nessa forma específica de reconstrução do mundo social para enquadrar informações estatísticas disponíveis com o objetivo de obter um retrato qualificado do estrato social que desejamos conhecer, que contribua para responder nossa pergunta. Com esse propósito, examinamos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística - IBGE) de 2008-2009, uma base de dados pouco explorada porque bastante complexa, mas que traz informações detalhadas sobre o perfil socioeconômico dos domicílios brasileiros e de seus membros individuais. Em relação ao trabalho anterior (KERSTENETZKY e UCHÔA, *op. cit.*), no qual já havíamos iniciado a exploração dessa base, neste artigo, não apenas atualizamos os cálculos, como apresentamos novos resultados que buscam captar uma ideia de sustentabilidade das novas posições socioeconômicas alcançadas, por meio de indicadores de educação das crianças e jovens nesses domicílios. Nossas observações, com base na perspectiva sociológica adotada e nas informações obtidas, não confirmam o diagnóstico otimista de inserção dos menos empobrecidos na classe média e apontam, de modo particularmente preocupante, para as ainda escassas oportunidades de realização abertas para os filhos dessas famílias menos empobrecidas.

No restante deste artigo, reproduzimos a lógica para a escolha dos marcadores, a metodologia e os resultados (atualizados) apresentados anteriormente em Uchôa e Kerstenetzky (*op. cit.*) para o estilo de vida da chamada nova classe média, nas seções 1 e 2; na seção 3, apresentamos resultados inéditos de indicadores educacionais para os filhos desses domicílios; e na seção 4, concluímos com algumas reflexões sobre oportunidades para a intervenção pública.

MARCADORES DE CLASSE MÉDIA CONSIDERANDO A PERSPECTIVA DE RENDA E ESTILO DE VIDA⁴

Neri (2011), em estudo recente sobre o que denomina a nova classe média brasileira, afirma que este segmento é aquele que “aufere em média a renda média da sociedade, ou seja, é a classe média no sentido estatístico” (p.83). Com base na renda domiciliar total, a nova classe média brasileira estaria compreendida na faixa entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00 (p.27), situando-se entre os estratos de renda acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos.

Atualizamos a faixa estabelecida pelo autor para R\$ de janeiro de 2013, de modo a manter o mesmo valor real. A nova faixa ficou entre R\$ 1.315,00 e R\$ 5.672,00. Para observarmos o perfil socioeconômico dos domicílios no interior desse estrato, combinamos marcadores selecionados como distintivos da classe média na literatura consultada⁵ com a disponibilidade de informações na POF e assim selecionamos preliminarmente os seguintes marcadores⁶: casa própria com padrões elevados de habitação⁷; acesso ao crédito; educação universitária e demanda privada por bens providos pelo Estado. A inclusão deste último marcador segue percepção generalizada de que o consumo de serviços sociais no setor privado (especialmente, educação privada e plano de saúde) singulariza a classe média no Brasil, uma vez que aqui os serviços sociais públicos, apesar de universais, são insuficientes e insatisfatórios. Por trás desses marcadores está a intuição de Bourdieu de que classe média significa não exatamente um padrão de consumo, mas um estilo de vida, que envolve diferenciação/distinção: morar “bem”, ter uma educação “distintiva”, consumir serviços “de qualidade”, ter acesso a “capitais”, entre outros. A seleção das variáveis resultou da combinação entre os marcadores e as informações disponíveis na base de dados, neste estágio preliminar de nossa pesquisa. Futuramente, pretendemos incluir indicadores de mercado de trabalho e itens de consumo de bens e serviços de modo a compor palheta mais matizada dos vários recursos à disposição desse estrato social.

⁴ Esta e a próxima seções encontram-se fortemente apoiadas em KERSTENETZKY E UCHÔA, 2012.

⁵ NERI (2008, 2010 e 2011), SOUZA e LAMOUNIER (2010) e O'DOUGHERTY (1998).

⁶ Na tese de doutorado (de Christiane Uchôa, orientada por Celia Lessa Kerstenetzky) em andamento, outros marcadores serão incluídos de modo a explorar ao máximo o potencial de informações da POF.

⁷ Para melhor compreensão destes padrões, ver SOUZA e LAMOUNIER (2010, págs. 33, 35).

⁸ Foram utilizados somente os domicílios nos quais há apenas uma unidade de consumo, que correspondem a 99,7% dos domicílios da POF.

Assim, com base em informações disponíveis e marcadores selecionados, o perfil socioeconômico esperado dos domicílios brasileiros que estão localizados no intervalo de renda de R\$ 1.315,00 a R\$ 5.672,00, para que sejam incluídos na classe média “sociológica”, é casa própria com padrões de habitação elevados, com chefes com acesso a crédito, detentores de educação universitária e planos privados de saúde, cujos filhos em idade escolar frequentam escolas particulares (ainda não tínhamos esta informação em nosso trabalho anterior). Trata-se, na realidade, de indicadores mínimos, pois não temos informação sobre a qualidade e o grau de distinção conferido pelo acesso a recursos e serviços.

METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Metodologia e base de dados

A unidade de análise, seguindo o trabalho de Neri, é a renda domiciliar total e a base de dados é a POF 2008–2009. Como já mencionado, são examinados aqueles domicílios que estão situados no intervalo de renda de R\$ 1.315,00 a R\$ 5.672,00, com valores de renda domiciliar total, atualizados para janeiro de 2013. Para tanto, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estimado pelo IBGE. Uma vez determinados aqueles domicílios que deverão ser analisados, examinamos os diversos aspectos presentes nas características físicas de tais unidades e nos atributos dos chefes do domicílio, de modo a responder se os domicílios no intervalo de renda mencionado podem ser tipicamente considerados de classe média. Desse modo, associamos marcadores a variáveis e para cada uma delas identificamos uma pergunta na POF, conforme a tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Marcadores, variáveis e proxies utilizados

MARCADORES	VARIÁVEIS	PROXIES
Casa própria		Condição de ocupação do domicílio
Padrões elevados de habitação	Até dois moradores por dormitório Pelo menos dois banheiros	Quantidade de moradores por dormitório do domicílio Quantidade de banheiros do domicílio
Acesso ao crédito*	Cartão de crédito Cheque especial	Tem cartão de crédito Tem cheque especial

Educação universitária*	Educação superior	Curso mais elevado que frequentou
Demanda privada por bens providos pelo Estado*	Plano de saúde Filhos na escola particular	Tem plano de saúde Frequenta escola particular

* Atributos relacionados ao chefe do domicílio

Resultados

Os domicílios localizados no intervalo de renda que corresponde à assim chamada nova classe média equivalem a 55% dos domicílios do país. Correspondem a 31,5 milhões de domicílios, onde vivem 38 milhões de crianças e jovens⁹, a maior parte dos quais chefiados por homens de cor branca. Esse que é o segmento majoritário na distribuição da renda brasileira abriga uma forte desigualdade em seu interior, com predominância de domicílios nas faixas de renda inferiores. Conforme nos deslocamos de níveis mais baixos de renda em direção aos demais, a participação masculina (de 69% a 74%) e a predominância de brancos entre os chefes (de menos de 47% a mais de 63% na última faixa) se intensificam, enquanto diminui a presença de crianças e jovens. Esse resultado é relevante, pois remete à pouco discutida questão da heterogeneidade socioeconômica desse estrato de renda, que, como veremos, combina domicílios ainda pobres, com as conhecidas características cumulativas da pobreza, com outros com padrão de vida distintivo.

Apresentamos, na tabela 2, um retrato sintético da assim chamada nova classe média (NCM, daqui para diante), segundo os marcadores selecionados. Conforme geralmente esperado em domicílios de classe média, na maioria dos domicílios observados a casa é própria e não há adensamento de moradores. Porém, ao contrário do esperado, somente 23,6% destes domicílios possuem pelo menos dois banheiros; 35,1% dos chefes do domicílio possuem cartão de crédito; 17,1% possuem cheque especial; 28,7% possuem plano de saúde, 7,8% possuem educação superior e 82% dos filhos que estudam estão na rede pública. De acordo com estes resultados, a expressiva maioria dos domicílios da NCM não apresenta um ou mais dos critérios que compõem o perfil estipulado da classe média.

⁹ Indivíduos na condição de filho na família com faixa etária de 0 a 29 anos.

Buscando examinar a heterogeneidade de padrões de vida da NCM, segmentamos a renda do grupo em três faixas de igual amplitude (R\$1.315-R\$2.768; R\$2.768-4.220; R\$4.220-5.678). De fato, observamos que enquanto menos de um quarto dos domicílios apresentam pelo menos dois banheiros, o mesmo acontece em apenas 15,6% dos domicílios na faixa inferior e 45,4 % na faixa mais próxima do limite superior do intervalo. O acesso ao crédito, que é baixo em todas as faixas, é especialmente baixo na faixa inferior onde apenas 27,3% têm cartão de crédito e menos de 10%, cheque especial, ao passo que na faixa mais próxima do limite superior do intervalo, 54% dos chefes possuem cartão de crédito (mas, pouco mais de 36% tem cheque especial). Como vimos, poucos são os chefes de domicílio que dispõem de educação superior, e até mesmo na faixa mais próxima do limite superior do intervalo, o percentual fica em torno dos 17%. O acesso a planos de saúde também é limitado em todas as faixas, mas especialmente restrito na faixa inferior, abaixo de 20%, enquanto atinge 52,6 % na faixa de renda superior. Quanto à frequência dos filhos à rede privada de ensino, oscila entre pouco mais de 11% entre os mais pobres e 36% no estrato superior de renda, evidenciando alguma diferenciação, mas também que os domicílios ao longo de todo o estrato da NCM são majoritariamente usuários da escola pública.

Tabela 2: Perfil observado dos domicílios* e dos chefes de domicílio da NCM (R\$ 1.315,00 - R\$ 5.672,00**), por faixa de renda - Brasil - 2008 e 2009

VARIÁVEIS	R\$1.315,00 ATÉ R\$5.672,00		R\$1.315,00 ATÉ R\$2.768,00		R\$2.768,00 ATÉ R\$4.220,00		R\$4.220,00 ATÉ R\$5.672,00	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Casa própria	21.4	68.1	12.8	67.8	5.7	68.5	2.9	69.2
Até 2 moradores por dormitório	26.1	83.1	15.2	80.7	7.2	85.8	3.7	88.6
Pelo menos 2 banheiros	7.5	23.6	3.0	15.6	2.6	30.7	1.9	45.4
Tem cartão de crédito	10.8	35.1	5.0	27.2	3.6	43.2	2.2	54.1
Tem cheque especial	5.3	17.1	1.8	9.5	2.0	24.6	1.5	36.4
Tem plano de saúde	9.0	28.7	3.6	19.2	3.2	38.0	2.2	52.6
Pelo menos educação superior***	2.5	7.8	0.7	3.6	1.0	11.4	0.8	19.4

Características do chefe do domicílio								
Sexo masculino	22.2	70.7	13.1	69.4	6.0	72.0	3.1	73.6
Cor branca	16.4	52.0	8.9	47.0	4.8	57.4	2.7	63.5
Cor parda	12.1	38.3	8.1	42.7	2.8	33.3	1.2	28.7
Cor preta	2.6	8.4	1.7	9.0	0.7	7.9	0.3	6.5

Fonte: elaboração própria a partir de dados da POF 2008

* Em milhões

** Renda domiciliar total, com valores em R\$ corrigidos a valores de janeiro de janeiro/2013 - IPCA/IBGE

*** Curso mais elevado que frequentou, considerando diferentes categorias, tais como tecnológico superior, superior, especialização superior e mestrado e doutorado

A surpresa é ainda maior diante do “inesperado”. De fato, buscando apurar o foco sobre as características socioeconômicas da NCM, computamos diretamente a presença de atributos que se esperariam ausentes nesse segmento. Na tabela três abaixo, é possível observar que 75% das unidades residenciais possuem apenas um banheiro e que ainda muitas delas – 390 mil – não dispõem de nenhum. É surpreendente ainda que mais de 50% dos chefes de domicílio possuam apenas ensino fundamental completo ou incompleto, o primeiro ciclo da educação básica, não apresentando um dos critérios exigidos pelo sistema educacional do país para o acesso à educação superior. Finalmente, outro dado espantoso na análise de um segmento social do qual a educação universitária é símbolo identitário, mais de 10% dos chefes de domicílio são analfabetos.

Quando observamos a distribuição de atributos entre diferentes níveis de rendimentos da NCM, notamos que os atributos inesperados estão desigualmente dispersos entre as faixas de renda (tabela 3). Entre os domicílios localizados na faixa inferior de renda (60% do total), mais de 80% possuem apenas um banheiro e aproximadamente 2% não dispõem de banheiro algum, enquanto mais de 19% apresentam adensamento de moradores por dormitório. Ainda nessa faixa de renda, mais de 50% dos chefes possuem apenas educação fundamental e quase 14% são analfabetos. Por outro lado, e no outro extremo da distribuição que concentra 13% dos domicílios, é surpreendente constatar que mais de 50% dos domicílios apresentem um banheiro apenas, enquanto em mais de 500 mil residências haja adensamento de moradores por dormitório. Também causa surpresa observar que mais de 38% destes chefes “mais ricos” têm apenas educação fundamental e 3% são analfabetos!

Tabela 3: Perfil inesperado dos domicílios** e dos chefes de domicílio da NCM, por faixa de renda - Brasil - 2008 e 2009

VARIÁVEIS	R\$ 1.315,00 ATÉ R\$ 5.672,00		R\$ 1.315,00 ATÉ R\$ 2.768,00		R\$ 2.768,00 ATÉ R\$ 4.220,00		R\$ 4.220,00 ATÉ R\$ 5.672,00	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Pelo menos 3 moradores por dormitório	5,3	16,9	3,6	19,3	1,2	14,2	0,5	11,4
1 banheiro	23,6	75,1	15,6	82,5	5,8	68,8	2,2	54,5
Sem banheiro	0,39	1,2	0,35	1,8	0,04	0,5	0,00	0,1
Não tem cartão de crédito	20,1	64,9	13,5	72,8	4,7	56,8	1,9	45,9
Não tem cheque especial	25,7	82,9	16,8	90,5	6,3	75,4	2,6	63,6
Não tem plano de saúde	22,4	71,3	15,3	80,8	5,1	62,0	2,0	47,4
<i>Características do chefe do domicílio</i>								
Anal fabetos	3,2	10,2	2,6	13,6	0,5	5,8	0,1	3,3
Antigo primário*	7,7	24,5	5,0	26,3	2,0	23,4	0,8	18,2
Antigo ginásio*	2,0	6,3	1,2	6,1	0,5	6,5	0,3	6,6
Ensino fundamental*	6,5	20,7	4,5	23,9	1,5	17,5	0,5	13

Fonte: elaboração própria a partir de dados da POF 2008-2009/IBGE

* Curso mais elevado que frequentou

** Em milhões

Em síntese, as evidências examinadas indicam que o perfil da assim chamada “nova classe média” não exhibe a maior parte dos critérios (aqui considerados como) distintivos de uma classe média. O perfil observado da maior parte de seus domicílios é: casa própria sem adensamento de moradores, contendo, porém, apenas um banheiro, com chefes sem cartão de crédito, cheque especial, plano de saúde ou educação superior, com filhos na rede pública de ensino. Surpreende ainda que na assim chamada “nova classe média” haja muitos domicílios com adensamento e sem banheiro, que uma proporção significativa dos chefes tenha cursado apenas o ensino fundamental e muitos deles sejam ainda analfabetos.

Os resultados também mostram que este segmento não é homogêneo, muito embora a maioria dos domicílios se localize no lado esquerdo da distribuição – na faixa de renda mais baixa. Assim sendo, especialmente nesse segmento, é escasso o acesso a formas de crédito como cartão ou cheque especial, acesso este que pressupõe justamente certo nível de renda. Do ponto de vista de outro elemento que ao lado do crédito também poderia alavancar o “lado do produtor”, a educação, os dados indicam que as realizações são particularmente deficientes. Considerando ainda que, nesse segmento em particular, os chefes de domicílio não dispõem de plano de saúde e seus filhos utilizam a escola pública, também permanece em xeque a condição de consumir serviços de melhor qualidade no setor privado, que assinalaria o “lado do consumidor” de classe média. Ademais, mesmo entre os domicílios situados nas faixas superiores de renda, as condições socioeconômicas são desfavoráveis, de um lado e de outro. Embora rendimentos mais elevados estejam associados ao acesso a crédito e à aquisição de planos de saúde, prevalece a utilização da escola pública por parte dos filhos e a baixa escolarização dos pais. Confirmando a suspeita sociológica, a renda é uma aproximação inadequada para o estudo desse estrato social que se caracteriza preocupantemente por uma forte desigualdade nos baixos padrões de vida e oportunidades.

E AS NOVAS GERAÇÕES?

Enquanto os resultados quanto a marcadores de estilo de vida dos chefes de domicílio são pouco alentadores, indicando que se está bem distante do que seria esperado de integrantes da classe média, poderia ser o caso de as novas perspectivas de renda terem correspondido oportunidades que estariam sendo colhidas principalmente pelos filhos desses chefes, indicando a presença de transformações estruturais importantes que se manifestariam não tanto nesta geração, mas nas chances de vida das novas gerações.

Para observarmos se este teria sido o caso, concentramos nossa atenção nos indivíduos designados como filhos dos chefes de domicílio na faixa etária de zero a 29 anos da NCM. Para essas crianças e jovens passamos a observar a frequência à escola, a fase do ciclo escolar em que se encontravam, o eventual abandono escolar, além da utilização das redes privada e pública de ensino.

Crianças e jovens estão fortemente concentrados nas famílias mais pobres da NCM (a primeira faixa de renda): de um total de 38 milhões

de filhos, mais de 22 milhões se concentram nesse estrato. Considerados em conjunto, aproximadamente 67% dos filhos da NCM frequentam a escola, enquanto pouco mais de 11% nunca frequentaram e outros 21% frequentaram, mas não frequentam mais. Entre os que frequentam, predomina o grupo de crianças entre 7 e 15 anos. Dos que nunca frequentaram, a esmagadora maioria é formada por crianças pequenas de até três anos de idade que nunca frequentaram creches¹⁰; entre os que frequentaram e não frequentam mais estão sobrerrepresentados os jovens de 19 a 29 anos. Chama a atenção entre os que frequentam, como já mencionado, que uma vasta maioria está na escola pública. Na tabela 4, abaixo, podemos observar a utilização diferenciada das redes pública e privada pelos três segmentos de renda.

Tabela 4: Frequência à escola dos filhos das famílias da NCM, por faixa de renda - Brasil - 2008 e 2009

SEGMENTOS DE RENDA	REDE PARTICULAR		REDE PÚBLICA	
	Quant	%	Quant	%
R\$ 1.315,00 até R\$ 5.672,00	4,5	17,8	20,9	82,2
R\$ 1.315,00 até R\$ 2.768,00	1,8	11,4	13,7	88,6
R\$ 2.768,00 até R\$ 4.220,00	1,5	23,0	5,0	77,0
R\$ 4.220,00 até R\$ 5.672,00	1,3	36,0	2,3	64,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados da POF 2008-2009/IBGE

O exame detalhado dos indicadores referentes aos filhos que frequentam e àqueles que abandonaram a escola revela situações perturbadoras.

Quando observamos os filhos que frequentam a escola, o quadro é o seguinte: a frequência de crianças de até 3 anos de idade à educação infantil é de apenas 20%, sendo inferior a 20% na primeira faixa de renda e pouco superior a isso nas duas faixas sucessivas. Quanto às crianças com idades entre 7 e 15 anos, a frequência é superior a 97% em todas as faixas de renda. Juntamente com a educação infantil, são as faixas

¹⁰ O Plano Nacional de Educação 2001-2010 estabelecia como meta para o ano de 2010 o atendimento de 50% das crianças de até três anos em creches. Entre os países desenvolvidos, está se formando um consenso quanto à importância da educação infantil desde a tenra infância, justificada por razões de variada natureza, mas, sobretudo, por melhorar as chances de vida das crianças de famílias mais pobres e com escassa provisão de capital cultural. Ver, a respeito, ESPING-ANDERSEN, 2009. Entre os países em desenvolvimento, já se dissemina a retórica da prioridade à provisão pública de creches (na América Latina, Chile e Uruguai já apresentam investimentos significativos).

etárias seguintes as mais preocupantes. Apenas 75% dos jovens entre 16 e 18 anos frequentam a escola, muitos ainda no ensino fundamental, situação mais comum na faixa mais baixa de renda (mais de 20%). Já entre os mais velhos, de 19 a 29 anos, apenas pouco mais de 15% frequentam o ensino superior (o dobro dos pais, mas ainda uma proporção muito baixa de participação), condição que separa dramaticamente os mais pobres dos menos pobres: 9% na primeira faixa e 30% na última. Mais de 45% desses jovens estão no ensino médio enquanto outros 18% continuam no ensino fundamental (44% e 22% entre os mais pobres e 40% e 9,5% entre os menos pobres).

Tabela 5: Faixas etárias dos filhos das famílias da NCM por curso que frequentam - Brasil - 2008 e 2009

FAIXA ETÁRIA	CURSO QUE FREQUENTA (%)							
	Educação infantil	Alfabetização crianças	Alfabetização adultos	Ensino Fundamental	EJA Fundamental	Ensino médio	EJA médio	Pelo menos superior
0 A 3 ANOS	20,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4 A 6 ANOS	51,1	7,0	0,0	23,6	0,0	0,0	0,0	0,0
7 A 15 ANOS	0,4	0,5	0,0	89,0	0,4	8,2	0,0	0,0
16 A 18 ANOS	0,0	0,0	0,1	14,8	1,7	53,0	1,4	3,8
19 A 29 ANOS	0,0	0,0	0,3	2,0	0,6	9,4	0,9	15,5

Fonte: elaboração própria a partir de dados da POF 2008-2009/IBGE

Quando nos voltamos para observar o grupo dos que frequentaram a escola, mas não frequentam mais, chama a atenção o abandono maciço por parte dos jovens entre 19 e 29 anos (mais de 68%), principalmente no ensino médio (45%, percentual que cai para 40% na última faixa de renda), mas também no fundamental (18%, oscilando entre 23% entre os mais pobres e 9,5% entre os menos). Entre os adolescentes de 16 a 18 anos, a evasão alcança cerca de um quarto deles, sobretudo no ensino médio, com pouca variação entre as faixas de renda.

Tabela 6: Faixas etárias dos filhos das famílias da NCM segundo o último curso frequentado - Brasil - 2008 e 2009

FAIXA ETÁRIA	NÃO FREQUENTA - ÚLTIMO CURSO QUE FREQUENTOU (%)							
	Educação infantil	Alfabetização crianças	Alfabetização adultos	Ensino Fundamental	EJA Fundamental	Ensino médio	EJA médio	Pelo menos superior
0 A 3 ANOS	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4 A 6 ANOS	2,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
7 A 15 ANOS	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,1	0,0	0,0
16 A 18 ANOS	0,0	0,0	0,0	9,6	0,4	14,1	0,2	0,2
19 A 29 ANOS	0,0	0,0	0,1	17,0	1,1	44,2	1,3	6,2

Fonte: elaboração própria a partir de dados da POF 2008-2009/IBGE

Em síntese, as oportunidades para os filhos superarem limitações de seus pais nos domicílios da NCM parecem escassas. Do desenvolvimento infantil à educação de adolescentes e jovens, elas estão extremamente comprimidas: a esmagadora maioria das crianças pequenas e dos jovens, além de uma proporção significativa de adolescentes, simplesmente estão fora da escola. Em relação a adolescentes e jovens que escaparam desse predicamento, o teto de realização educacional, na melhor das hipóteses, é o ensino médio. A exceção cabe às crianças entre 7 e 15 anos, quase 90% das quais, contudo, frequentam a rede pública cujo desempenho médio é ainda deficiente. Provavelmente, muitas delas estarão destinadas à evasão no ensino médio e a um mercado de trabalho precário, que as remunerará mal. Como esse estrato social conta fundamentalmente com a provisão pública de educação, seja em termos de quantidade seja em termos de qualidade, encontra-se sujeito nas condições atuais a deficientes oportunidades sociais, as quais dificilmente catapultariam as novas gerações para a tão sonhada classe média.

CONCLUSÕES

Seja em termos de condições atuais dos domicílios seja em termos de chances de vida para seus filhos, os brasileiros abrigados sob a classificação de

membros da nova classe média ainda estão longe de corresponder à “promoção social” que lhes foi atribuída: a maioria deles pode ser de fato considerada pobre sob qualquer critério que leve em consideração adequação nos níveis de bem-estar. Moradias inadequadas, escolaridade insuficiente, acesso limitado a crédito nas condições habitualmente disponíveis para a classe média e uso incipiente de serviços sociais privados permitem prever o limitado horizonte para progresso social por parte desse segmento que por outro lado abocanhou e segue abocanhando ganhos de renda. Claramente a promoção de fato dessas famílias à classe média depende de que possam acessar bens e serviços de qualidade, o que não conseguem exclusivamente por meio de seus rendimentos (mesmo no caso em que seus empregos e rendimentos não sofram descontinuidade). Classificá-los na classe média é ignorar o fato ordinário de que a pobreza (assim como a riqueza) é um fenômeno multidimensional e de que linhas de pobreza de renda são definidas muito frequentemente em função do orçamento público, e não das reais necessidades das famílias. Mais gravemente, pode importar na ilusão de que este é um problema social devidamente solucionado.

Uma via de fuga poderia estar aberta para os filhos se à disposição deles estivessem oportunidades sociais efetivas, como a educação de qualidade, que permitissem melhorar suas chances de vida – para além da melhora nos rendimentos das famílias decorrentes de uma melhor situação no mercado de trabalho para os pais. Contudo, o futuro parece ameaçado. Já sem contar com “capitais” preciosos acumulados por suas famílias (econômicos, culturais, sociais), crianças pequenas não têm acesso a oportunidades externas de desenvolvimento infantil; adolescentes e jovens, boa parte deles fora da escola, têm como limite de realização o ensino médio. Por outro lado, a progressão das faixas inferiores de renda em direção ao limite superior da NCM permite prever uma melhora no acesso ao crédito e a planos de saúde (aprofundando, contudo, o racionamento do SUS para os mais pobres). Porém, a educação pública segue sendo a opção majoritária e as realizações educacionais dos filhos ainda são muito precárias mesmo entre os mais bem aquinhoados.

Que implicações principais para a intervenção pública podemos destacar?

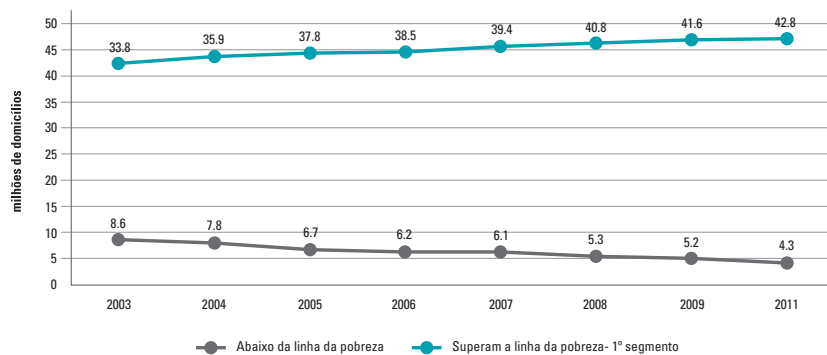
O foco no incremento da renda e na capacidade de pagamento de bens sociais privados pode parecer uma saída razoável do ponto de vista da políti-

ca pública, e pode ser uma razão por trás da celebração prematura da emergência de uma nova classe média. Contudo, há que se avaliar a capacidade de bens sociais privados reverterem em oportunidades e chances de vida efetivas para esses estratos sociais, dados os relativamente baixos níveis de rendimentos que ainda alcançam. Em parte em função disso, investimentos públicos maciços em serviços sociais que impliquem em aumento da provisão e principalmente da qualidade parecem essenciais para o alcance de melhores posições sociais para esse significativo contingente de brasileiros, dentro do qual se encontra confinado o Brasil do futuro – 38 milhões de crianças e jovens, boa parte dos quais apenas acima do limiar da pobreza. Os benefícios econômicos são inestimáveis. Do ponto de vista de justiça social, esses investimentos são uma bela oportunidade de promoção social com um mínimo de segregação de bem-estar, isto é, sem apoio excessivo na capacidade de pagamento dos indivíduos para a realização de bem-estar, o que tem sido um dos mais importantes motores da desigualdade social nas sociedades contemporâneas. Finalmente, são a semente do apoio político crucial para a construção de uma sociedade mais solidária¹¹.

¹¹ Ver KERSTENETZKY, 2012 para o desenvolvimento dessas ideias.

ANEXO

Figura 1: Quantidade de domicílios com rendimento domiciliar per capita inferior e superior à linha de pobreza – Brasil – 2003 a 2011



Fonte: elaboração própria, a partir de dados das PNADs de 2003 a 2011/ IBGE (2012). Linha de pobreza = R\$143,41; atualizada para valores de janeiro de 2013. Para tanto, foi utilizado o INPC/ IBGE. Esta linha foi estabelecida considerando o trabalho de Hoffmann (2007: 98-99).

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, RS, Zouk, 2008.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The Incomplete Revolution*. Adapting to women's new roles. London, Polity, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In: BARROS, Ricardo Paes de...[et al.] (Orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente (volume1)*. Brasília, IPEA, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acessado em: 20 de dezembro 2011.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *O Estado do bem-estar social na idade da razão. A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2012.

NERI, Marcelo Côrtes. *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, Centro de Políticas Sociais, 2008.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE/CPS, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.com.br>>. Acessado em: 20 de dezembro, 2010.

_____. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo, Saraiva, 2011.

O'DOUGHERTY, Maureen. Auto-retratos da classe média: *hierarquias de "cultura" e consumo em São Paulo*. Dados. Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 20 de ago. 2010.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro, Elsevier; Brasília, DF, CNI, 2010.

UCHOA, Christiane; KERSTENETZKY, Celia Lessa. É a "nova classe media" classe média?, *Texto para Discussão n. 066, CEDE/UFF*. Niterói. 10 pag., 2012.

* AFINAL, SOMOS UM PAÍS DE CLASSE MÉDIA? MERCADO DE TRABALHO, RENDA E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL DOS ANOS 2000

Waldir José de Quadros¹, Denis Maracci Gimenez², Davi José Nardy Antunes³

EVOLUÇÃO RECENTE E INTERPRETAÇÕES

A discussão recente sobre a nova classe média no Brasil é bastante oportuna e deve ser estimulada, pois coloca em evidência as grandes mudanças sociais ocorridas a partir da retomada do crescimento econômico mais acelerado no governo Lula (2003-2010). Parte dos analistas enfoca a elevada geração de novas oportunidades ocupacionais e a melhora nos rendimentos das pessoas já ocupadas; outros enfatizam a emergência de exuberante contingente de novos consumidores e a rápida expansão do consumo das camadas populares.

Pretendemos, neste texto, realizar uma breve reflexão sobre o ocorrido e sobre a questão da classe média, com o intuito de contribuir para o entendimento da emergência da classe “C” ou da assim chamada **nova classe média dos anos 2000 no Brasil**. Evidentemente, é preciso consi-

¹ Professor associado colaborador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit)/Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

² Professor da Faculdade de Campinas (Facamp) e pesquisador colaborador do CESIT/IE/UNICAMP.

³ Professor da FACAMP.

derar o longo período de estagnação dos anos 1980 e 1990, que levou à manutenção de elevados níveis de miséria e pobreza e ao atrofamento da classe média⁴. Este quadro sombrio, de alto desemprego e queda sistemática dos rendimentos, foi profundamente modificado com o crescimento econômico mais elevado, ainda que taxas inferiores às históricas (1930-80) e às dos países emergentes e da América Latina nos anos 2000.

Ao longo do governo Lula, viu-se progressiva reativação do mercado de trabalho formal, das oportunidades de negócios e do trabalho autônomo melhor remunerado, reforçada pela expansão do crédito ao consumo e pela política de aumento real do salário mínimo, que também se refletiu nos benefícios previdenciários e assistenciais vinculados⁵.

A forte geração de empregos na base do mercado de trabalho e nos segmentos intermediários inferiores, com sensível e contínua melhora em seus rendimentos, foi marcante neste novo momento, com grande impacto sobre a população de baixa renda. Os departamentos de marketing das grandes empresas, desde fins dos anos 1990, já percebiam as potencialidades dos consumidores de baixa renda. Com o avanço social recente, tal estratégia se fortaleceu.

Para melhor compreender as mudanças na estrutura social, utilizamos uma metodologia de estratificação social adequada tanto à realidade brasileira como às características dos inquéritos domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A definição dos padrões de vida não foi efetuada por critérios puramente estatísticos, mas pela sociologia do trabalho: as linhas de corte são determinadas pelas ocupações que se pretende captar.

A alta classe média – o topo da estrutura social, dado que as pesquisas não captam adequadamente a representação social dos ricos – inclui ocupações típicas, definidas aprioristicamente, inspiradas no sociólogo americano Wright Mills⁶. São médicos, professores do ensino superior, engenheiros, empresários etc.

O mesmo procedimento foi adotado para a média e a baixa classe média. A última camada, composta pelos miseráveis, foi formada por todas as pessoas ocupadas que recebiam menos que o salário mínimo. A penúltima, a massa trabalhadora, engloba os trabalhadores pobres que se encontram entre os miseráveis e a baixa classe média.

⁴ GIMENEZ (2008).

⁵ QUADROS (2008); QUADROS (2010) e QUADROS (2011).

⁶ WRIGHT MILLS (1979(1951)).

A evolução da estratificação dos ocupados, indicativo das oportunidades individuais (Tabela 1), mostra expressiva redução daqueles que se encontravam na situação de miseráveis, com a correspondente expansão da massa trabalhadora (pobre), mas, sobretudo, da baixa classe média (remediada). A mobilidade é menor na média classe média e inexistente na alta classe média, o que reflete um padrão de crescimento econômico com limitada geração de empregos privados e públicos de melhor qualidade.

Tabela 1: Brasil, Pessoas Ocupadas, 2000-2010

ESTRATOS SOCIAIS	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	4.803	7,3	6.396	7,4
Média Classe Média	6.215	9,5	9.223	10,7
Baixa Classe Média	16.486	25,1	31.246	36,2
Massa Trabalhadora	18.214	27,8	26.649	30,9
Miseráveis	19.912	30,3	12.840	14,9
Total	65.630	100,0	86.354	100,0

Fonte: IBGE.

Da perspectiva das pessoas ocupadas de uma mesma família, classificadas pelo membro melhor remunerado – metodologia mais sensível à mobilidade social (Tabela 2), – a melhora é nítida, com grande redução na quantidade de indivíduos nos estratos inferiores e com crescimento expressivo nos superiores.

Tabela 2: Brasil, Pessoas Ocupadas - Membro Melhor Situado, 2000-2010

ESTRATOS SOCIAIS	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	7.706	11,7	11.584	13,4
Média Classe Média	8.904	13,6	15.095	17,5
Baixa Classe Média	20.633	31,4	36.727	42,5
Massa Trabalhadora	16.780	25,6	18.643	21,6
Miseráveis	11.606	17,7	4.305	5,0
Total	65.630	100,0	86.354	100,0

Fonte: IBGE.

Examinando o comportamento da família como um todo, incluindo também os membros não ocupados (**Tabela 3**), percebe-se que o perfil social do conjunto da população é menos favorável do que o agregado familiar dos indivíduos ocupados. Entretanto, a estrutura social mantém-se em condições superiores em relação à dos indivíduos tomados isoladamente.

Tabela 3: População do Brasil - Membro Melhor Situado, 2000-2010

ESTRATOS SOCIAIS	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	15.879	9,4	20.648	10,8
Média Classe Média	19.568	11,5	28.166	14,8
Baixa Classe Média	47.124	27,7	73.125	38,3
Massa Trabalhadora	41.513	24,4	49.560	26,0
Miseráveis	45.789	27,0	19.255	10,1
Total	169.873	100,0	190.756	100,0

Fonte: IBGE.

A estratificação das famílias, a partir do membro melhor situado e ajustada pela renda per capita (**Tabela 4**), se torna um bom indicador de qualidade de vida ao contemplar o número de membros da família. O perfil social é significativamente menos favorável, há menos pessoas na camada superior, mas ocorre forte expansão da média classe média e da baixa classe média.

Tabela 4: População do Brasil - Membro Melhor Situado Ajustado pela Renda Per Capita, 2000-2010

ESTRATOS SOCIAIS	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	9.240	5,4	11.420	6,0
Média Classe Média	25.666	15,1	37.495	19,7
Baixa Classe Média	36.930	21,7	53.407	28,0
Massa Trabalhadora	44.525	26,2	55.935	29,3
Miseráveis	53.512	31,5	32.499	17,0
Total	169.873	100,0	190.756	100,0

Fonte: IBGE.

Todas as tabelas têm em comum a inequívoca melhora dos padrões de vida das camadas inferiores e um avanço importante nas camadas superiores, no que tange às famílias. A volta do crescimento econômico, os aumentos do salário mínimo e os avanços das políticas sociais devem ser reconhecidos como decisivos para tal transformação.

Pesquisadores de instituições oficiais que, desde a década de 1990, se identificavam com a focalização das políticas sociais recomendada pelo Banco Mundial e instituições afins, também apontaram grande redução da miséria e a emergência de uma nova e pujante classe média. Mas seu foco “doutrinário” nos miseráveis gera uma estrutura social com uma classe média superdimensionada, determinada por uma linha de corte bastante baixa.

Um exemplo disto é o fato de 64% das empregadas domésticas, piso do mercado de trabalho urbano, serem incluídas na classe média; outro é 54% dos chefes de família sem escolaridade ou com fundamental incompleto serem de classe média⁷. Estes pesquisadores sempre argumentaram que as políticas focalizadas não só bastavam como seriam as mais eficientes para reduzir a miséria e a desigualdade social.

A melhora recente é atribuída ao programa Bolsa Família e aos avanços na educação, a despeito de os programas focalizados terem sido criados nos anos 1990 e de os supostos avanços educacionais continuarem no mesmo ritmo da década passada. As novidades do governo Lula, o expressivo crescimento econômico e a contínua elevação real do salário mínimo são colocados em segundo plano por estes analistas.

Outros entusiastas da nova classe média exaltam as virtudes do neoliberalismo. Defendem a aceitação do crescimento possível mesmo que baseado na desindustrialização, na reprimarização das exportações e no consumo de massa atendido por importações. Esta é a matriz da interpretação dos analistas conservadores que se dizem identificados com a justiça social. Com forte penetração nos meios de comunicação, confundem a opinião pública proclamando que viramos um país de classe média.

Comemoram, sem maiores qualificações, a classe média das empregadas domésticas e dos analfabetos, a menor desigualdade social e a queda da pobreza. Mas escondem o impacto do crescimento acelerado e a neces-

⁷ PAES DE BARROS & GROSNER (2012: 21-25), *passim*.

sidade da reindustrialização e da reestruturação do setor público que, ao suprir as carências históricas da educação, saúde, segurança, habitação etc., também resultaria na ampliação de uma verdadeira classe média.

CLASSE MÉDIA – EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Ademais, vê-se que a visão conservadora possui diversos problemas: considerar esta importante mudança ocorrida no governo Lula como a emergência de uma nova classe média é, do nosso ponto de vista, inadequada. Isto porque o conceito de nova classe média, introduzido por Wright Mills nos anos 1950⁸, se referia à expansão do emprego de colarinho branco – típica da estrutura ocupacional da grande empresa da II RI – o que condiz com a utilização, por parte de muitos autores, desta definição no estudo do Brasil dos anos 1960 e 1970.

Quanto mais desenvolvido o país e melhor sua estrutura ocupacional, maiores tendem a ser as boas oportunidades disponíveis às pessoas – e maior sua classe média-alta. O emprego é o alicerce da inserção do indivíduo em sociedades como a brasileira e, depois da propriedade, é a base da desigualdade social; portanto, a geração de bons empregos é fundamental para o desenvolvimento social.

A estrutura ocupacional, portanto, delimita os espaços para a luta dos indivíduos por mais dinheiro, melhores empregos e ascensão social. Isto significa que uma grande classe média é um indicador dos mais relevantes do bem-estar social e do desenvolvimento material alcançado por determinada sociedade.

Evidentemente, o mercado não funciona livremente, como defendem muitos economistas, que não consideram o Estado como parte constituinte da estrutura econômica e social do capitalismo moderno⁹. A ação ou o consentimento do Estado, dentro de determinada conformação material, também tem papel decisivo na estruturação econômica, social, urbana, ocupacional. E, por conseguinte, na desigualdade, na pobreza, na melhora social.

O crescimento econômico elevado é condição *sine qua non* para a expansão desta camada, que pode assumir diversas formas: a classe média dos anos 1970 era diferente da classe média dos anos 2010 – de uma determinada forma no Brasil, de outra nos EUA. Por exemplo, os EUA

⁸ WRIGHT MILLS, C. op. cit. A ideia de nova classe média surge em contraposição à antiga classe média, dos pequenos proprietários e profissionais liberais dos EUA de fins do século XIX.

⁹ SHONFIELD (1968(1965)).

da década de 1930 foram transformados pela intervenção estatal da era Roosevelt. Mas o novo mundo de afluência do *white collar* dos anos 1950 e 1960 conviveu com a persistência da pobreza e da limitada proteção social num quadro estrutural de desigualdade social, política, racial etc.¹⁰

Na Europa Ocidental, o crescimento econômico dos Trinta Gloriosos – os anos de 1945 a 1975,– articulado ao desenvolvimento das estruturas estatais de proteção social, criou uma nova classe média bastante diferente. A busca do pleno emprego num Estado de Bem-Estar Democrático gerou um cidadão de classe média com renda disponível pouco superior à da base do mercado de trabalho, com reduzida capacidade de diferenciação do consumo e cercado de ampla proteção social¹¹.

O processo de constituição da nova classe média no Brasil ocorreu durante o Milagre Econômico, que promoveu a expansão do emprego urbano baseado nas novas ocupações de colarinho branco. Ao mesmo tempo, ampliaram-se o leque salarial e o consumo de bens e serviços como forma de diferenciação social. Sem contar com a alta renda *per capita* e o elevado padrão de consumo dos norte-americanos, tampouco com as benesses do *Welfare State* europeu, a brasileira foi montada sobre o dinamismo econômico e a profunda desigualdade social que nos marcava àquele momento.

Cardoso de Mello & Novais mostram que “o padrão de vida da nova classe média beneficia-se muitíssimo dos serviços baratos (...). Esse tipo de exploração dos serviços pela nova classe média reduz seu custo de vida e torna o dia a dia mais confortável do que o da classe média dos países desenvolvidos”¹².

Com a reorganização, de grandes proporções, das estruturas econômicas e sociais dos países centrais a partir de meados dos anos 1970, a situação se transformou radicalmente graças à III Revolução Industrial, à volta da dominância financeira, à crise de superacumulação inevitável após décadas de crescimento acelerado, à guinada neoliberal e aos questionamentos à ordem social vigente na *Golden Age*.

Estas profundas transformações foram fruto do sucesso do capitalismo sob a hegemonia americana. Agora, o emprego público deixou de ser

¹⁰ GALBRAITH (1987(1958)).

¹¹ MYRDAL (1962(1960)).

¹² CARDOSO DE MELLO & NOVAIS (2009), pp. 80-81.

¹³ ROSE (1985).

a “válvula de escape” que havia sido durante o período anterior, quando gerava ocupações de nível superior para uma população crescente que não encontraria espaço no setor privado cada vez mais eficiente e produtivo¹³. Num momento em que a informática reduziu drasticamente as oportunidades de ocupação para os setores médios.

O operário foi substituído por máquinas informatizadas e o emprego industrial deixou, definitivamente, de ser central. Mas o maior impacto das tecnologias de informação se deu nas grandes estruturas burocráticas. Se antes a secretária era decisiva para o funcionamento do escritório, o computador a substituiu com grande eficiência; se o bancário era essencial para o funcionamento da economia capitalista, ele foi rapidamente substituído por caixas eletrônicos, computadores, celulares, etc.

A polarização do mercado de trabalho virou a tônica da estruturação econômica e social dos países ricos. De um lado, os ricos e bem-empregados no topo da sociedade; de outro, a massa crescente de pessoas às quais resta apenas servir aos de cima. Nesse mundo de desigualdade social crescente, os mais ricos ampliam seu conforto contratando novos serviços – única e funcional alternativa ao avanço do desemprego¹⁴.

A classe média passa a ser a do trabalhador dos serviços às pessoas, de renda instável, vida precária e que trabalha o máximo que pode. No caso brasileiro, ainda deve-se acrescentar a precariedade da educação, saúde, transporte etc. A polarização é o resultado lógico de uma economia globalizada da III Revolução Industrial em que o Estado, marcado pelo neoliberalismo, se retrai, desregulando as finanças, reduzindo o emprego público, a progressividade dos impostos e o gasto social.

Logo, é dentro deste contexto que devem ser observadas as importantes transformações econômicas e sociais recentes no Brasil. A subida da renda e do salário mínimo, o aumento do emprego formal, o acesso ao crédito, a melhora do padrão de consumo são fatos importantíssimos, que demonstram a relevância da retomada do crescimento econômico acelerado para o enfrentamento da ainda grave questão social no Brasil.

¹⁴ Sobre as transformações no mercado de trabalho e o avanço da desigualdade nos países desenvolvidos, ver ANTUNES (2011).

AFINAL, SOMOS UM PAÍS DE CLASSE MÉDIA?

A classe C, símbolo do crescimento recente, está longe dos padrões e estilos de vida que caracterizavam a nova classe média como a grande novidade do século XX. A classe média baixa – auxiliares de escritório, vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem etc. – tem carências de todo tipo, não só em relação aos padrões de ocupação, rendimentos e consumo. Mas também das condições para educar os filhos, de saúde, de transporte, de moradia, de segurança pública. Isto revela a distância entre a vida da nova classe média do século XX e a dos anos 2000.

Portanto, não se pode deduzir da estrutura de consumo ou de rendimentos a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna. Nem definir o Brasil como um “país de classe média” a partir desses critérios, sem considerar o desenvolvimento capitalista, a estruturação da sociedade e os padrões e estilos de vida historicamente constituídos.

O crescimento dos estratos do meio da distribuição de renda também não nos define como uma sociedade de classe média, já que isto expressaria grave rebaixamento de expectativas. Professores do ensino público fundamental, auxiliares de escritório, atendentes de enfermagem e outros trabalhadores que, se escaparam da pobreza mais degradante, levam uma vida de grandes dificuldades. A baixa classe média, construída por critérios estatísticos, engloba dois terços das empregadas domésticas, o que revela a incoerência desta metodologia. Não desconhecemos as melhorias nas remunerações das empregadas domésticas e dos inúmeros trabalhadores populares, mas isto não os coloca como membros típicos da classe média.

Nos meios governamentais são frequentes as manifestações a respeito da sociedade de classe média, o que é politicamente compreensível. Entretanto, tal postura pode conduzir a certo conformismo que deduca politicamente a sociedade. Podemos imaginar que os sérios constrangimentos econômicos também estejam na origem desta atitude, ou ainda que se trate de uma forma de se beneficiar do reconhecimento trazido pela afluência de amplos segmentos populares, para ganhar tempo e acumular força para enfrentar os enormes desafios de uma efetiva reestruturação industrial, tecnológica e dos serviços públicos.

De toda maneira, se com a crise financeira internacional no final do governo Lula os segmentos desenvolvimentistas ganharam maior espaço, é no governo Dilma que os avanços em questões cruciais são mais significativos: forte redução em todo o espectro de taxas de juros, defesa

do câmbio, política industrial associada ao pré-sal e aos investimentos em infraestrutura, medidas iniciais de proteção à indústria frente à concorrência predatória dos importados etc.

No Brasil dos anos 2000, além daqueles que desconsideram a urgência de tais avanços estruturais, temos os que buscam minimizar os progressos e se alinham com a oposição política ao governo, sem interesse em reconhecer seus sucessos. De nossa parte, buscamos um ponto de vista crítico, capaz de reconhecer os progressos, mas também de identificar seus limites, contribuindo para o avanço rumo a uma sociedade mais igualitária e afluyente, nos marcos de um padrão de desenvolvimento material, ambiental e socialmente sustentável.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Daví J. N. *Capitalismo e Desigualdade*. Campinas: IE/UNICAMP, 2011. (Tese de Doutorado).

CARDOSO DE MELLO, João M. & NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*. São Paulo: UNESP/FACAMP, 2009.

GALBRAITH, John K. *A Sociedade Afluente*. São Paulo: Pioneira, 1987 (1ª ed. 1958).

GIMENEZ, Denis M. *Ordem Liberal e a Questão Social no Brasil*. São Paulo: IE/UNICAMP e LTr, 2008.

MYRDAL, Gunnar. *O Estado do Futuro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962 (1ª ed. 1960).

PAES DE BARROS, Ricardo & GROSNER, Diana. *Vozes da Classe Média*. Brasília: SAE, 2012.

QUADROS, Waldir A *Evolução da Estrutura Social Brasileira - Notas Metodológicas. Texto para Discussão IE/UNICAMP, nº 147, Campinas, out. / 2008.*

_____. *A Evolução da Estrutura Social Brasileira. Texto para Discussão IE/UNICAMP, nº 148, Campinas, out. / 2008.*

_____. *Em 2009 a Heterodoxia Afastou a Crise Social. Texto para Discussão IE/UNICAMP, nº 189, Campinas, março de 2011.*

_____. *Melhorias Sociais no Período 2004 a 2008. Texto para Discussão IE/UNICAMP, nº 176, Campinas, maio de 2010.*

ROSE, Richard (org.). *Public Employment in Western Nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SHONFIELD, A. *Capitalismo Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968 (1ª ed 1965).

WRIGHT MILLS, C. *A Nova Classe Média: White Collar*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979 (1ª edição, 1951).

* CLASSES MÉDIAS E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL

Lucia Cortes da Costa¹

No Brasil a construção das referências e da identidade de classe desenvolveram-se num contexto histórico marcado pela profunda desigualdade social, econômica, política e cultural. Os trabalhadores foram submetidos a um processo de escravidão que perdurou por mais de três séculos. Florestan Fernandes (1986) analisou as mudanças de uma ordem estamental para um sistema de classes no Brasil. Para ele, o ciclo de revolução burguesa levou o senhor rural a ter maior autonomia na gestão da economia do país após a independência, mas manteve inalterada a estrutura social herdada da colônia. A baixa ou nenhuma mobilidade social numa sociedade com concentração da propriedade privada e das rendas, elitização do poder político, determinou a enorme desigualdade social.

O modelo de desenvolvimento dependente e periférico, em que a industrialização se fez pactuando com o latifúndio, impediu uma reforma social. A criação de uma classe operária urbana se deu após a abolição da escravidão, sem alterar a estrutura de concentração da propriedade e do poder político. A formalização dos direitos civis no Brasil republicano serviu para sedimentar a desigualdade entre os segmentos das classes sociais. Como cidadão desprovido da efetividade dos direitos, grande parte dos trabalhadores ocuparam as piores colocações no mercado de trabalho assalariado que estava sendo formado. O trabalhador negro, livre da condição de escravidão, mas sem qualificações para enfrentar as exigências de um mercado de trabalho em formação, não pôde compe-

¹ Assistente social e Bacharel em Direito. Professora da UEPG - PR, Dra. Serviço Social pela PUC/SP, pesquisadora produtividade CNPq.

tir com o trabalhador imigrante que, com a ajuda decisiva do governo, aportava no país para trabalhar no cultivo do café e depois na indústria. É bom lembrar que os imigrantes também enfrentaram péssimas condições de trabalho e vida no país, fizeram greves históricas em 1917-18 em São Paulo, buscaram formas cooperativas de produção rural para fugir do regime de colonato. A concentração da propriedade rural, legitimada com a Lei das Terras, de 1850, impediu a formação de pequenas propriedades rurais após a abolição da escravidão. O latifúndio é a marca de uma sociedade desigual.

Homens e mulheres de diferentes etnias, índios, negros e caucasianos formaram a população brasileira. Passando de uma sociedade estamental de senhores e escravos para uma de patrões e empregados, numa economia que não generalizou o assalariamento, manteve um contingente de trabalhadores precariamente inseridos no mundo do trabalho. Os profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos, ligados por razões de interesses e condições de sobrevivência às elites políticas e econômicas não formaram alianças com as classes populares. No país a reduzida classe média assumiu um perfil conservador, o medo da proletarianização foi um amálgama para sua vinculação com os valores difundidos pelas elites econômicas e políticas.

Com a modernização da economia, a industrialização favoreceu a desigualdade entre os segmentos da classe trabalhadora ao inserir na proteção do direito trabalhista, previdenciário e na saúde pública, o trabalhador urbano, excluindo o rural e o doméstico. A carteira de trabalho e o vínculo de emprego eram o passaporte para acesso à cidadania social. Na questão de gênero, homens e mulheres não tiveram igualdade de acesso e remuneração no mercado de trabalho e na participação política. A desigualdade de classe articulou-se à dominação masculina na sociedade.

Apesar das desigualdades estruturais, houve mobilidade social no período de 1930-1980. Esta se deu a partir da dinâmica do mercado de trabalho ao expandir o emprego na indústria e favorecer o acesso à proteção social pública (saúde, previdência, crédito imobiliário e educação) para o trabalhador urbano e sua família. Dois fatores de distribuição de rendas, o mercado de trabalho e as transferências públicas vinculadas à previdência social, favoreceram a ampliação da classe média no país. No entanto, metade da população trabalhadora estava vinculada ao setor informal, serviços domésticos e rural, excluída da proteção social pública e com inserção

precária no mercado de trabalho. Esse quadro de desigualdades forçou um debate político que culminou na luta contra a ditadura (1964-84) e na defesa da democracia.

Ao final da década de 1980, a luta pela ampliação dos direitos de cidadania revelou a crítica à histórica desigualdade promovida pelo processo de industrialização que se deu no modelo concentrador de rendas e da propriedade. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu os direitos sociais como direitos fundamentais, art. 6º e 7º e, a seguridade social como um campo integrado pelos direitos à saúde, em caráter universal, à previdência no modelo contributivo e a assistência social, ligada a avaliação da necessidade. No entanto, do ponto de vista da economia, o processo crônico de inflação e a redução no crescimento econômico agravou as condições de vida das classes trabalhadoras e reduziu a capacidade fiscal do Estado limitando os gastos e investimentos públicos. A dívida pública (interna e externa) colocou a política econômica do país sob o controle de organismos internacionais (o FMI e Banco Mundial). O país viveu um movimento contraditório em que a democracia política se deu num contexto de agravamento das desigualdades sociais. Após o restabelecimento do Estado democrático de direito no Brasil, em 1988, as expectativas forjadas na luta política contra a ditadura revelaram um desencanto da população com as possibilidades de uma reforma social capaz de reduzir as desigualdades sociais e formular um novo projeto de desenvolvimento nacional.

Com a crise da década de 1990, houve redução dos postos de trabalho na indústria e o processo de mobilidade social perdeu dinamismo. A classe média sofreu o impacto da redução do salário real, o desemprego atingiu principalmente os jovens. O controle da inflação com o Plano Real, a partir de 1994, favoreceu a retomada do crédito no mercado interno. No entanto, a necessidade de gerar superávits primários e as elevadas taxas de juros reduziram os investimentos e favoreceram a especulação financeira com impactos negativos no emprego. A abertura econômica favoreceu um processo de desindustrialização velada, o crescimento econômico ficou abaixo da média histórica do país com elevação no desemprego, o que se refletiu numa crise do poder de organização e pressão política dos sindicatos. Houve retrocesso nos direitos do trabalho e precarização nas relações de emprego. De 1995 a 1999 foram diversificados os regimes de trabalho assalariado, com contratos por tempo determinado e por jornada parcial de trabalho, flexibilizadas as regras para demissão de trabalha-

dores, todas essas medidas foram adotadas com o objetivo de reduzir os custos com o trabalho (POCHMANN, 2008).

As ideias neoliberais orientaram as políticas econômicas e sociais, houve, apesar da conquista de direitos sociais na Constituição federal de 1988, um processo de focalização das políticas sociais, a renda passou a ser o critério definidor para identificação dos índices de pobreza. Desse contexto, a resposta do governo para a redução da pobreza no país levou a criação de programas de transferência de rendas, inicialmente com vale gás e bolsa escola, para em 2003 ser unificado no programa Bolsa Família. Num contexto em que o mercado de trabalho reduziu a capacidade de distribuir rendas, o governo passou a promover medidas focalizadas de transferência de rendas para os mais pobres. Assim, manter o consumo foi traduzido como lutar contra a pobreza. Pobreza e consumo não são conceitos idênticos e não se pode tomar um pelo outro.

O BRASIL NO SÉCULO XXI: UM PAÍS DE CLASSE MÉDIA?

Após a trágica política neoliberal da década de 1990, houve mudanças no quadro político com a eleição de Lula em 2002. O país retomou o crescimento econômico a partir de 2004, auxiliado por uma conjuntura externa favorável com aumento do preço e do volume de exportação das commodities. As relações comerciais com China, Índia, Rússia, África do Sul e com os parceiros do Mercosul reduziram (um pouco) a importância dos Estados Unidos para as exportações do país. Houve uma retomada na estruturação da máquina administrativa com abertura de vagas em concursos para a administração federal e autarquias públicas, repondo o quadro do funcionalismo. O setor privado, incentivado pelas políticas públicas, especialmente pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) passou a investir e ampliar as vagas de emprego. Para os setores mais pobres houve incremento nos programas assistenciais, as transferências de renda favoreceram o consumo, com impactos positivos no comércio, especialmente nos pequenos municípios em que as transferências da previdência e da assistência social constituem-se em importante fonte de renda. O governo Dilma vem promovendo uma política de redução das taxas de juros, elevação dos gastos e investimentos públicos, a redução de impostos (IPI) para favorecer a produção industrial e manter aquecida a demanda interna. O governo passou a adotar uma política de valorização do salário mínimo, com a correção do valor a partir do percentual de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e da inflação.

Essa dinâmica positiva da política econômica teve efeitos no consumo e especialmente no mercado de trabalho. Resta constatar se essa melhora do quadro social não foi conseguida a partir de mudanças estruturais na sociedade. Não tivemos avanços na reforma tributária, ela segue sendo regressiva, incidindo sobre o consumo de bens salários e não sobre as grandes fortunas. Reforma agrária não está no centro do debate, foi substituída pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O mercado de trabalho registra pouco dinamismo no emprego industrial e forte crescimento na área de serviços e com elevado grau de rotatividade dos trabalhadores, conforme análise de Pochmann (2012). Ainda não há consistentes avanços na qualificação da força de trabalho e os anos de estudo dos trabalhadores seguem abaixo da média de outros países emergentes – pensemos na Coreia como exemplo.

Os serviços públicos ainda não conseguem atender, dentro de padrões aceitáveis de qualidade, todos os que demandam por saúde, educação e assistência social. Há dificuldades no financiamento e na racionalidade dos gastos nas políticas sociais, especialmente na área da saúde. As políticas habitacionais foram desmontadas na década de 1990 com a extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação). O agente financeiro, a Caixa Econômica Federal, passou a operar com linha de crédito para setores das classes trabalhadoras, numa lógica de mercado imobiliário. Os mais pobres não tiveram acesso à moradia e só com o programa federal “Minha Casa Minha Vida” retoma-se a expansão da construção civil, ainda com patamar de renda como critério de acesso ao crédito.

Assim, apesar da melhora nos rendimentos em razão de uma política de valorização do salário mínimo, uma redução importante na taxa de desemprego, uma elevação nas transferências de rendas realizadas pela previdência e assistência social, o Brasil segue com um contingente de pessoas que contam com renda per capita insuficiente para as demandas de consumo de 2 mil calorias ao dia, moradia, transporte, lazer, educação, saúde e todas as coisas que o salário mínimo, previsto na Constituição federal, deve proporcionar.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (2011) indicam uma redução da desigualdade social, o Índice Gini para os rendimentos de trabalho no Brasil recuou de 0,518 em 2009 para 0,501 em 2011 (quanto mais próximo de zero, menos concentrada é a distribuição dos rendimentos). De 2009 para 2011, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos cresceu 8,3%. O rendimento médio mensal real dos domicílios

particulares permanentes com rendimento foi estimado em R\$ 2.419,00 em 2011, representando ganho real de 3,3% em relação ao de 2009 (R\$ 2.341,00). No entanto, ainda se registra 8,6% (12,9 milhões de analfabetos), 1,1 ponto percentual a menos do que em 2009 (9,7%, 14,1 milhões de analfabetos). De 2009 para 2011, a taxa de escolarização (percentual de estudantes de um grupo etário em relação ao total do grupo) das crianças entre 6 e 14 anos de idade aumentou em 0,6 ponto percentual, chegando a 98,2%. Já para os jovens entre 15 e 17 anos, o percentual caiu de 85,2% para 83,7% no mesmo período.²

Os dados que demonstram a melhora na distribuição da renda, o crescimento dos salários, aumento na formalização do trabalho, elevação do consumo (em parte financiado pela expansão do crédito e redução das taxas de juros), não autorizam a identificar essa população como classe média. Concordamos com Pochmann (2012) que há um aumento da renda e do consumo das classes populares e não um processo de mobilidade que indique ampliação da classe média. Não se pode reduzir apenas à variável renda para afirmar a expansão da classe média, é preciso considerar outros fatores tais como: nível de educação, aumento na poupança das famílias, comportamento político e ampliação da mobilidade social ancorada na análise da estrutura produtiva com expansão das ocupações com maiores salários e qualificação.

Para Marcelo Neri (2008), os dados sobre a elevação das rendas do trabalho indicam uma expansão da classe média no país. Para o autor, a chamada classe C é aquela que está num intervalo de renda entre R\$ 1.064,00 a R\$ 4.561,00; apesar de reconhecer a importância dos programas de transferência de rendas, afirma que o fator mais significativo foi o aquecimento do mercado de trabalho. A classe C passou a consumir mais e ter acesso a bens duráveis, o que para ele, representa comportamento típico de classe média.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), vinculada à Presidência da República, criou uma comissão para definição da classe média no Brasil³. O documento elaborado por essa comissão alerta para um uso da terminologia “Classe média” com a finalidade de orientar a análise das mudanças recentes nas condições de vida das famílias, sem a intenção de construir um conceito teórico sobre o referido termo.

² Fonte: IBGE, PNAD 2011.

³ Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), Portaria Ministerial nº 61, de 27 de setembro de 2011.

O conceito de classe média é apenas um instrumento analítico capaz de organizar e hierarquizar a heterogeneidade das famílias brasileiras de tal forma a identificar o grupo no meio da pirâmide social. Sua validade deve ser avaliada não em termos de sua fidedignidade, mas sim em termos de sua utilidade analítica, seja para a compreensão da dinâmica social brasileira, seja para a melhoria do desenho e da adequação dos diversos programas sociais, contribuindo, portanto, para a sua maior eficácia. (SAE, p.13)

No relatório dessa comissão os dados apontam para o crescimento da classe média, tendo na renda a variável determinante.

Em 2001, 38% da população brasileira viviam em domicílios com renda per capita entre R\$140 e R\$491 (os limites na classe média neste ano), enquanto que em 2009, 48% da população brasileira vivia em domicílios com renda per capita entre R\$248 e R\$867 (os limites na classe média neste ano). Em ambos os casos o intervalo real da classe média é de R\$291 a R\$1.019, em termos dos valores de 2012. Em 2003, 37% da população brasileira pertencia à classe média, já em 2009 este número subiu para 48%. Sendo assim, ao longo deste período de 6 anos o tamanho relativo da classe média cresceu 11 pontos percentuais, equivalente a 1,83 pontos percentuais por ano. Como o tamanho da classe média era de 48% em 2009, segue que mantida a taxa de crescimento ao ano, a classe média em 2012 deve abarcar 54% da população brasileira. (SAE, pg. 65)

Ao analisar os dados do nível de renda da chamada classe C é preciso ponderar seus efeitos na qualidade de vida das famílias a partir de outros fatores, tais como acesso aos serviços públicos de transporte, serviços sociais e moradia. Passar um mês com renda per capita de R\$ 290,00 não autoriza nenhuma análise a concluir que essa pessoa tenha um padrão de vida de classe média. É preciso agregar na análise a capacidade protetiva da família, o acúmulo de conforto já disponível que contém o trabalho de várias gerações (a herança social) e o acesso aos serviços públicos. O nível de escolaridade, inserção no mercado de trabalho e acesso à moradia são

fatores que interferem na capacidade protetiva da família e são repassados entre gerações para seus membros. Filhos de pais analfabetos, inseridos na economia informal e sem moradia tem, de partida, piores condições de mobilidade social mesmo que para eles sejam ofertadas vagas em escola e acesso ao mercado de trabalho; há um déficit socioeconômico e cultural a ser quitado e isso não se reverte apenas com a variável renda.

Ter uma sociedade em que a renda familiar de cerca da metade da população está entre R\$1.064,00 a R\$ 4.561,00 pode ser uma conquista se olharmos o tamanho da dívida social e o nível de desigualdade do país, mas não autoriza nenhuma análise a concluir que há um padrão de vida de classe média. É preciso localizar essa população: o território é um referente para a análise das condições de vida. Morar em centros urbanos com gastos diários de transporte é uma variável que interfere na condição de vida, morar em imóvel alugado ou financiado também interfere no padrão de vida familiar. Assim, R\$ 4.561,00 ao mês para uma família que vive na metrópole de São Paulo pode significar uma vida mais restrita do que R\$ 1.064,00 para outra família que vive numa cidade de interior. Pensar em medir condições de vida tendo a renda como principal variável é sempre uma aposta reducionista que deixa de fora todas as outras variáveis necessárias para ter uma visão mais coerente e clara da sociedade. Assim, retomando o velho Marx, passar do abstrato ao concreto exige pensar as múltiplas determinações da realidade social; é um árduo trabalho de saturar o fenômeno estudado com fatores que podem dar consistência a uma interpretação mais concreta do real. A sugestão dada por Marx parece fazer sentido. Vamos começar pela análise das classes a partir da estrutura produtiva, ver o movimento do mercado de trabalho, seguir com os dados dos indicadores de educação, acesso à proteção social e a capacidade de participação política das classes sociais na definição da agenda do país.

PENSAR PARA ALÉM DA RENDA, POR UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA

Contrapondo-se a uma análise baseada somente a partir da renda e do consumo, é preciso ver com maior cuidado o movimento do mercado de trabalho e os fatores estruturais que condicionam a permanência de níveis elevados de desigualdade no país. O maior acesso ao consumo não transforma o trabalhador em classe média, é preciso considerar qual tipo de empregos tem sido criados e como isso se reflete nas lutas políticas dentro da sociedade em busca de elevar a igualdade social.

A mobilidade social é um fenômeno multidimensional que se dá a partir de mudanças que promovam alterações positivas nas condições de vida e de trabalho de diferentes gerações de pessoas. A mobilidade social, condição para ampliação da classe média, ocorre articulada ao processo de alteração no mercado de trabalho com a criação de empregos de melhor qualidade, com a elevação cultural e qualificação dos trabalhadores, num ambiente político que permita a segurança nas relações laborais e ampliação de práticas democráticas na sociedade.

A elevação do consumo de bens públicos, tais como os serviços de transportes, ambientes urbanos planejados, oferta de serviços de educação, saúde, lazer, articulados às mudanças no mercado de trabalho e ampliação de práticas democráticas são fundamentais para reduzir as desigualdades sociais e elevar as condições de vida da população do país.

O que significa pertencer à classe média? O nível de renda é uma variável importante, mas deve estar articulado ao acesso a bens culturais, segurança nas relações laborais e maior participação na vida coletiva que permita uma convivência com redução dos riscos e vulnerabilidades. Quando pensamos num país de classe média o que nos vem à mente não é apenas o nível de renda das famílias, mas todo um conjunto de fatores sociais, políticos e culturais que permite viver com segurança, maior conforto e acesso à vida coletiva e ao espaço público. A renda permite a elevação do consumo, mas não garante necessariamente maior segurança e sentido de pertencimento aos valores que vinculam pessoas numa experiência coletiva. Um dos fatores que afeta a qualidade de vida é o acesso aos espaços públicos (praças, parques, locais de cultura e vivência coletiva), fora da ditadura do mercado que privatiza as experiências vitais e do consumo alienado, que sufoca o cidadão e enaltece o cliente consumidor. Ao mercantilizar a vida se fomenta o egoísmo individualista que nos faz privatizar os espaços de convívio, nos remete aos guetos voluntários que Bauman (2003) denuncia.

Para o Brasil ser um país de classe média não basta a elevação da renda e do consumo das famílias, embora essa questão seja necessária. Quanto à remuneração dos salários, segundo as análises de Pochmann (2012) apenas recuperaram um poder de compra que havia sido corroído pelo longo período de inflação e de juros altos, de desemprego elevado na década de 1990. Ainda precisamos transpor um fosso que separa a população da possibilidade de vivência coletiva, de partilha do convívio social. É preciso superar a segregação da população que vive em territórios periféricos

sem serviços públicos, sem segurança e marcados por violência e abandono. Pensemos num dado preocupante da PNAD (2011): o percentual de jovens que não estudam nem trabalham aumentou, o que representa um problema de integração dessa parcela da população que comporá a força de trabalho do país e recriará a segregação socioespacial e cultural.

O trabalho condiciona a posição social ao agregar não apenas a renda, mas as condições de vida e segurança dos trabalhadores. Conforme Castel (1998) o trabalho é um fator determinante na coesão social e no sentido de pertencimento a um conjunto de experiências vivenciadas coletivamente. No Brasil, ao longo da primeira década do século XXI, tivemos a fragilização das relações laborais a partir da ampliação de formas de contratação que reduziram os direitos dos trabalhadores. Conforme Pochmann (2008), de 2000 a 2005 cresceu a terceirização como forma de contratação com o objetivo de reduzir os custos do trabalho no Brasil, num contexto de queda da produtividade geral da economia. O emprego industrial registrou fraco dinamismo e redução no valor médio dos salários. Novas formas de contratação (contratos por tempo determinado e tempo parcial) aumentaram a rotatividade no emprego e a insegurança dos trabalhadores. Apesar da expansão dos empregos a partir de 2006, não houve redução na rotatividade dentro do mercado de trabalho e maior segurança nas relações laborais. O emprego no setor de serviços registra maior dinamismo, mas persistem baixa produtividade e menor remuneração dos trabalhadores.

Para de fato ocorrer uma expansão da classe média é preciso verificar o tipo de empregos que são criados, o grau de segurança nas relações laborais, a qualificação e remuneração do trabalhador. Esses fatores favorecem a construção de uma vivência coletiva capaz de criar e socializar valores e comportamentos com maior participação política dentro da sociedade.

O aumento da renda promove, especialmente quando se parte de uma situação muito ruim, uma elevação do consumo, mas não uma alteração de padrões culturais e na estrutura social. Podemos nos transformar em consumidores ávidos por todas as coisas que não estavam ao nosso alcance num momento anterior, mas isso não expande a cidadania como forma de participação na vida social, política e cultural. Segundo Bauman (2010), passamos de uma sociedade de produtores para uma de consumidores, submetidos ao capital financeiro que comanda a dinâmica social. O conceito de classe média não revela apenas um segmento de renda, mas essencialmente

a construção de uma experiência de vida coletiva e de valores democráticos. Mudanças estruturais, tais como: ampliar o acesso à terra, promover a progressividade do sistema tributário que favoreça a melhor distribuição da renda e da riqueza, ampliar o acesso ao crédito e reduzir os juros, fomentar a produtividade da economia e a formalização nas relações de trabalho, ampliar os investimentos públicos em serviços de educação e saúde, são necessárias para consolidar um processo de mobilidade que expanda a classe média. Disso se conclui que apenas mudança na renda é insuficiente para se afirmar que há ampliação na classe média. É preciso repensar o modelo de desenvolvimento econômico excludente e fortalecer a capacidade de decisão política na formação de um pacto efetivamente democrático com o objetivo de reduzir as desigualdades em seus múltiplos aspectos (econômicos, sociais, culturais, regionais, de gênero, étnicas). Por fim, há que reconhecer alguns avanços nesse sentido, mas o caminho é longo para de fato construir uma sociedade mais igualitária e democrática no Brasil.

Só para instigar a dúvida sobre os resultados das pesquisas baseadas apenas em estatísticas, cuja interpretação não avança numa perspectiva mais ampla das classes sociais: se tenho um frango para duas pessoas, do ponto de vista da estatística, cada um comeu meio frango! Ora, resta ver que um comeu o peito e coxas e o outro só as asas e o pescoço! Nem tudo que a estatística “prova” deve ser tomado como único critério de nossas análises.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. *Vida a crédito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). *Comissão para definição da classe média no Brasil*. Relatório. s/d. Brasília.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FECOMÉRCIO. *A evolução da classe média e o seu impacto no varejo: diagnósticos e tendências*, 2012

FERNANDES, Florestan *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, [1857]1983.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.) *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?* São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *A supertercerização do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2008.

* A INVISIBILIDADE DA LUTA DE CLASSES OU A CEGUEIRA DO ECONOMICISMO

Jessé Souza¹

O objetivo deste texto² é refletir acerca das assim chamadas “classes populares” no Brasil contemporâneo. Toda intervenção no campo das idéias se dá, no entanto, dentro de um contexto já constituído com uma semântica e um conjunto de noções dominantes. Perceber isso é especialmente importante quando se trata da questão mais importante para a estrutura e legitimação de toda a ordem social: o tema da produção e reprodução das classes sociais. Não existe questão mais importante para a compreensão adequada de qualquer ordem social posto que: 1) é o pertencimento de classe que nos esclarece acerca do acesso positiva ou negativamente privilegiado a qualquer tipo – material ou ideal – de recurso social escasso; e 2) Como toda sociedade moderna – apesar de injusta e desigual em proporção variável – tem de “parecer” igualitária e justa, então são as justificativas que encobrem a desigualdade efetiva que permitem sua legitimação.

Todos os interesses e poderes que “estão ganhando” têm interesse na reprodução da sociedade injusta e desigual tal como ela é e a legitimam, por exemplo, dizendo que todo privilégio vem da ideologia do “mérito individual”. Mas quem termina por fechar o círculo que constrói a nossa cegueira acerca do efetivo funcionamento da sociedade são as “ciên-

¹ Jessé Souza, professor titular de sociologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), diretor do Cepedes (Centro de Estudos sobre Desigualdade) e autor de diversos livros sobre teoria social e classes sociais no Brasil contemporâneo.

² Agradeço a Maria Teresa Carneiro e Ricardo Visser pelas críticas e comentários a este texto.

cias da ordem”, ou seja, as ciências que cumprem papel semelhante às propagandas de cigarro, às telenovelas e à fragmentação da consciência cotidiana. As ciências da ordem perfazem 80% ou 90% do que se passa por ciência, seja no Brasil seja fora dele. Minha tese é que o tema da produção e reprodução das classes sociais no Brasil é dominado por uma leitura economicista e redutora da realidade social. Certamente, a economia tem muito a contribuir para o esclarecimento da realidade social confusa. Mas ela “aparenta” dar mais coisas do que efetivamente dá. Aí temos o economicismo: uma visão empobrecida e amesquinhada da realidade, como se fosse toda a realidade social. Lamentavelmente, as obras recentes de dois dos mais festejados e reconhecidos economistas brasileiros, os professores Márcio Pochmann³ e Marcelo Néri⁴, sobre a “Nova Classe Média”, comprovam nossa hipótese. É mister, pois, reconstruir precisamente daquilo que o “economicismo” não entrega, um diagnóstico mais completo de nossos problemas e desafios do que os que estão disponíveis hoje em dia no debate público brasileiro.

LIMITES E POSSIBILIDADES DO ECONOMICISMO

A tese central de Pochmann em seu livro recente é que todo o movimento positivo da pirâmide social brasileira, na primeira década do século XXI, na verdade envolveu postos de trabalho que se encontram na base da pirâmide social. Nesta, os movimentos mais importantes indicam a criação de quase dois milhões de ocupações abertas anualmente, em média, para os trabalhadores com remuneração mensal de até 1,5 salários mínimos, e de 616 mil postos de trabalho anuais em média, para a parcela de ocupados pertencentes à faixa de rendimento entre 1,5 e 3 salários mínimos⁵.

Afora uma diferença de tom, não existe nenhuma diferença substancial entre a análise estatística de Pochmann e a análise de Neri em seu mais recente trabalho que estaremos usando para fins de contraposição. Ambos, inclusive, louvam a expansão do emprego formal com carteira assinada⁶, o potencial de mobilidade ascendente acompanhado de inclusão no mercado de bens e consumo⁷ e a diminuição da abissal desigualdade

³ POCHMANN, 2012.

⁴ NERI, 2012.

⁵ Ibid, pag. 19.

⁶ POCHMANN, *ibid*, pag. 38 e NERI, *ibid*, pag. 183.

⁷ POCHMANN, *ibid*, pag. 46 e NERI, *ibid*, pag. 85.

brasileira⁸. Até os fatores causais dessa mudança são percebidos por ambos do mesmo modo, na medida em que os ganhos de salário real e aumento real do salário mínimo, por um lado e o sucesso do Bolsa Família e do micro-crédito, por outro lado, são compreendidos como elementos decisivos.

Efetivamente a construção do conceito de uma “nova classe média” por Marcelo Neri carece de qualquer reflexão aprofundada. Neri simplesmente toma o “rendimento médio” como indicador da “Classe C” ou “nova classe média”. Em seguida diz que não está falando de “classe social”, supostamente para tranquilizar os “sociólogos”, mas sim de “classes econômicas”⁹. O conceito de “classe econômica” é absurdo já que ou pressupõe que as determinações econômicas são as únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe ou, caso contrário, deveria simplesmente se referir a “faixas de renda” e não a “classes”. Apesar de sua intenção explícita, a análise de Pochmann não é fundamentalmente diferente da de Neri. Ao contrário, para além das diferenças superficiais já apontadas, Pochmann compartilha os fundamentos essenciais da análise de Neri. Pochmann acrescenta, em relação a Neri, um estudo mais detalhado das ocupações que ganharam dinamismo no último momento econômico e confere menos ênfase aos dados de consumo. Assim, poderíamos dizer que Neri pratica um economicismo da “distribuição”, enquanto Pochmann pratica um economicismo da “produção”.

Ainda que o tratamento estatístico dos dados seja extremamente bem feito nos dois casos, proporcionando informações valiosas para qualquer interpretação que se queira fazer da realidade, nos dois casos, temos “apenas” isso: informações valiosas para uma posterior interpretação. O que os dois autores produzem ajuda a mapear um campo a ser explorado pelo pensamento reflexivo e interpretativo com ajuda de conceitos que permitem, estes sim, problematizar a realidade em toda a sua realidade. Ai está, em minha opinião, as possibilidades e os limites do economicismo e de todo conhecimento estatístico.

PARA IR ALÉM DO ECONOMICISMO

Ainda que Karl Marx tenha sido um autor genial e o pai de toda a ciência social crítica, o conceito central de “capital”, por exemplo, foi desen-

⁸ POCHMANN, *ibid*, pag. 31 e NERI, *ibid*, pag. 59.

⁹ NERI, *ibid*, pag. 17.

volvido por outros autores, como o sociólogo francês Pierre Bourdieu, com um potencial criativo muito mais penetrante, esclarecedor e sofisticado do que seu uso por Marx. Em primeiro lugar, “capital” deixa de ser apenas uma categoria econômica, mas passa a incluir tudo aquilo que passa a ser decisivo para assegurar o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos em disputa na competição social. Ainda que Bourdieu reconheça que o capital econômico é decisivo para assegurar vantagens permanentes nesta disputa, ele não está sozinho.

Para além do capital econômico, uma das maiores descobertas de Bourdieu para a ciência social crítica foi a descoberta da importância do “capital cultural”. Capital cultural para Bourdieu é tudo aquilo que logramos “aprender” e não apenas os títulos escolares. A cegueira de toda forma de economicismo, para mim, reside no fato de não perceber que a faceta mais importante do capital cultural é o fato de ele ser uma “in-corporação”, literalmente, “tornar-se corpo”, de toda uma forma de se comportar e de agir no mundo, a qual é compreendida por todos de modo inarticulado e não refletido. O avanço científico aqui é a superação cartesiana da oposição entre corpo e espírito, onde o corpo é pensado como matéria sem vida e sem espírito, em favor de uma concepção onde o corpo é compreendido como um emissor de sinais e como prenhe de significados sociais¹⁰. Esse avanço científico esclarece, inclusive, a própria ação do capital econômico e a sua relação com outras formas de capital, o cultural e o social. Destes três, os dois primeiros são, nas sociedades modernas, os mais importantes.

Assim, uma família de classe média, que tem menos capital econômico que a classe alta, só pode assegurar a reprodução de seus privilégios se a família possui algum capital econômico para comprar o tempo livre dos filhos, que não precisam trabalhar cedo como os filhos das classes populares, para o estudo de línguas ou de capital cultural técnico ou literário mais sofisticado. Ao mesmo tempo, a competição social não começa na escola. Para que possamos ter tanto o desejo quanto a capacidade de absorção de conhecimento raro e sofisticado, é necessário ter tido, em casa, na socialização com os pais ou quem ocupe esse

¹⁰ Essa “virada epistemológica” nas abordagens mais sofisticadas das ciências sociais da segunda metade do século XX é, muitas vezes chamada de “revolução Wittgensteiniana”. Ver, por exemplo, TAYLOR, Charles, 1993.

lugar, o estímulo afetivo – afinal, nos tornamos seres humanos imitando a quem amamos – para, por exemplo, a concentração nos estudos, ou a percepção da vida como formação contínua onde o que se quer ser no futuro é mais importante que o que se é no presente.

Os filhos das classes médias, com grande probabilidade, possuem esses estímulos emocionais e afetivos, ou seja, possuem esse capital cultural, o que irá garantir a sua reprodução de classe como classe privilegiada em dois sentidos. Em primeiro lugar vão chegar como “vencedores” na escola e depois no mercado de trabalho e ocupar espaços que as classes populares (classe trabalhadora e “ralé”) não poderão alcançar; em segundo lugar, reproduzem também a invisibilidade do processo social de produção de privilégios – que se realizam na privacidade dos lares – e que podem “aparecer”, posto que sua gênese é encoberta, como “mérito individual” e, portanto, como “merecimento” dos filhos das classes médias. Mas o economicismo é incapaz até de perceber adequadamente o próprio capital econômico. A reprodução das classes altas – que têm no capital econômico seu elemento principal na luta pelos recursos sociais escassos – também depende em boa medida de outros capitais. Por exemplo, um rico sem capital cultural de alguma espécie - nem que seja saber os novos lugares “in” no Soho em Nova Iorque, o vinho da hora, ou qual ilha no Oceano Índico é agora a legal para se levar a amante - não é levado a sério por seus pares. Ao “rico bronco” estão vedadas não apenas as importantes relações entre o capital econômico e o capital cultural, o qual possibilita a “naturalidade”, a “leveza”, o “charme pessoal”, tão importante no mundo dos negócios como em qualquer outro lugar. Mas a ele estão vedadas também as relações com uma terceira forma importante de capital - ainda que secundária em relação aos estudados anteriormente - que é o “capital social de relações pessoais”¹¹. É este capital que permite aquele amálgama específico entre “interesses e afetos”, tão importantes para a gênese e reprodução das amizades, casamentos e alianças de todo tipo no interior de uma classe onde a reprodução dos direitos de propriedade é tão decisiva.

¹¹ Bourdieu, Pierre, *A Distinção*, Zouk/Edusp, 2010 e Boike, Rehbein e Fröhlich, Gerhard, *Bourdieu Handbuch: Leben, Werke, Wirkung*, J.B. Metzler, 2009, pags. 134 e seguintes,

UMA INTERPRETAÇÃO NÃO ECONOMICISTA DAS CLASSES POPULARES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Como ir além da percepção limitada e superficial do capital econômico e com isso produzir uma percepção verdadeiramente crítica da realidade social brasileira? Esse foi precisamente o desafio que nos propusemos nas duas pesquisas que redundaram em dois trabalhos publicados subsequentemente: um trabalho sobre os “muito precarizados” socialmente, que chamamos provocativamente de “ralé”¹²; e o trabalho sobre os “batalhadores”¹³, ou seja, os também precarizados socialmente, mas com maiores recursos e possibilidade de ascensão social.

Os dois estudos representam um esforço de compreender e responder a questão central: *o que é que faz com que alguns ascendam e outros não?*

O conhecimento estatístico é um “meio” e não um “fim em si”, posto que está “a serviço” da necessidade “interpretativa”, ou seja, daquilo que vai permitir reconstruir uma realidade que não é visível a olho nu de modo novo e inédito. O que há de novo e inédito no livro da “ralé” é, antes de tudo, a percepção de que eles formam uma classe social específica¹⁴, com gênese, reprodução e futuro provável semelhante. Tanto o senso comum como a ciência dominante entre nós deixam de perceber essa classe “enquanto classe” ao fragmentá-la ao ponto de torná-la irreconhecível. Mas é possível defini-la seja na periferia das grandes cidades do Sudeste seja, por exemplo, no sertão do Nordeste, como a classe social reduzida a energia muscular, posto que não dispõe – ou não dispõe em medida significativa – das pré-condições para a incorporação do capital cultural indispensável no capitalismo moderno para o trabalho no mercado competitivo.

Essa classe é, portanto, “moderna” posto que formada pela incapacidade estrutural na sua socialização familiar – sempre de classe – de dispor dos estímulos afetivos e das pré-condições psíquicas, cognitivas e emocionais que possibilitam a incorporação do “conhecimento útil” necessário à reprodução do capitalismo competitivo. O economicismo

¹² SOUZA, Jessé, et alii. 2009.

¹³ SOUZA, Jessé, et alii. 2010.

¹⁴ Que não se confunda com os diversos trabalhos sobre a pobreza e os pobres. O trabalho anterior mais importante sobre uma classe de desclassificados entre nós é o clássico de Florestan Fernandes, “A integração do negro na sociedade de classes”. Neste brilhante clássico da sociologia brasileira, Florestan termina por confundir raça e classe social, o que limita de modo decisivo o alcance de seu trabalho. Para conhecer minha crítica em detalhe, ver SOUZA, Jessé, A construção social da subcidadania, pags. 153 e seguintes.

parte do indivíduo sem passado, já adulto e igual a todos. Mas o capital cultural é constituído por ambas as coisas: tanto as pré-condições afetivas e psíquicas para o aprendizado quanto pelo aprendizado em si do conhecimento julgado útil. No caso da ralé a carência e o abandono são tamanhos que a questão principal é a da ausência – em maior ou menor medida – dos próprios pressupostos indispensáveis ao aprendizado do papel social de “produtor útil” no contexto da economia competitiva.

Com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo a incorporação crescente de conhecimento aos meios de produção exige também que quem opera as máquinas – por exemplo, os robôs da indústria automobilística moderna – também seja “perpassado” por certa economia emocional e por conhecimento técnico. O trabalhador moderno do setor competitivo tem que ter incorporado, ou seja, tornado corpo, reflexo automático e naturalizado, tanto a disciplina e o autocontrole necessário ao ritmo das máquinas como o conhecimento para sua operação bem sucedida.

É esse tipo de incorporação de capital cultural que caracteriza as classes trabalhadoras modernas e que reencontramos nos “batalhadores” de nossa pesquisa.

A compreensão da profundidade da exploração sistemática desses trabalhadores pelas classes do privilégio no Brasil – as classes médias que incorporam capital cultural raro e sofisticado, e as classes altas que reproduzem, antes de tudo, capital econômico sob a forma de direito de propriedade – foi, talvez, o nosso principal resultado de pesquisa. Isso implica simplesmente poder perceber a luta de classes no cotidiano de todos nós, no qual ela opera de modo velado, naturalizado em práticas sociais sem discurso e sem articulação consciente, e, por isso mesmo, muito mais eficaz socialmente.

As classes do privilégio exploram esse exército de pessoas disponíveis a fazer de quase tudo. Desde o motoboy que entrega pizza ao lavador de carros, ao trabalhador que carrega a mudança nas costas; à prostituta pobre que vende seu corpo para sobreviver; ou ao exército de serviçais domésticos que fazem a comida e cuidam dos filhos das classes média e alta, que assim podem se dedicar a estudos ou trabalhos mais rentáveis. É este tempo roubado de outra classe que permite reproduzir e eternizar uma relação de exploração que condena uma classe inteira ao abandono e à humilhação, enquanto garante a reprodução no tempo das classes do privilégio.

Luta de classes não é apenas a greve sindical, ou a revolução sangrenta. Ela é, antes de tudo, o exercício silencioso da exploração construída e consentida socialmente, inclusive abordagens “científicas” que se constroem a partir do senso comum ao invés de criticá-lo. Não é a reprodução estatística, por mais bem feita, das ocupações brasileiras que vai “permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social... do Brasil”¹⁵, como é a intenção do Prof. Pochmann. A percepção da luta de classes exige os meios cientificamente adequados a isso. Exige tornar visível a formação e a gênese das classes sociais – e, portanto, do conjunto de capitais que irão pré-decidir toda a competição social por recursos escassos - lá onde elas são constituídas de modo muito específico.

A tese central do livro da ralé é que a luta de classes mais importante e, ao mesmo tempo, a mais escamoteada e invisível do Brasil contemporâneo é a exploração sistemática e cotidiana dos nossos desclassificados sociais, o que apenas contribui para sua reprodução no tempo. Não existe nenhum problema real, seja específico do Brasil ou de países em condição semelhante, que não advenha do abandono desta classe¹⁶.

Usamos o mesmo método no estudo da classe que chamamos de “batalhadores”. Aqui a questão foi tentar perceber como é possível reverter o círculo vicioso de abuso sexual generalizado, instrumentalização dos mais fracos pelos mais fortes, baixa autoestima, baixa capacidade de concentração e autocontrole etc., que caracteriza o cotidiano de muitas das famílias da ralé, e as condenam a uma vida sem futuro e sem esperança. “Ascender socialmente” só é possível a quem logra incorporar as pré-condições que o capitalismo atual pressupõe para a crescente incorporação de distintas formas de conhecimento e de capital cultural como “porta de entrada” em qualquer de seus setores competitivos. A fronteira entre ralé e batalhadores - a qual é sempre fluída na realidade concreta, embora, analiticamente, para efeitos de compreensão seja importante precisamente enfatizar o contraste - está situada precisamente na possibilidade da incorporação pelos batalhadores dos pressupostos para o aprendizado e o trabalho que faltam à ralé.

¹⁵ POCHMANN, *ibid*, pag. 8.

¹⁶ Que se pense na (in)segurança pública, no “gargalo da mão de obra qualificada”, nos problemas da saúde e da educação públicas etc.

Mas por que falta a uns o que é possível a outros nas fluidas fronteiras das classes populares? A resposta dessa questão exige o passo teórico que tomamos na nossa pesquisa, que implica criticar e complementar o esquema utilitarista dos capitais em Bourdieu. Ainda que a versão enriquecida dos capitais em Bourdieu possibilite que se compreenda o cálculo e a estratégia de indivíduos e classes no capitalismo, o comportamento social não é apenas utilitário. As pessoas também precisam dotar sua vida de sentido, de onde retiram tanto a autoestima quanto o reconhecimento social para o que são e o que fazem. No estudo das classes populares essa dimensão é fundamental, porque o que se retira dos dominados socialmente não são apenas os meios materiais. O domínio permanente de classes sobre outras exige que as classes dominadas se vejam como inferiores, preguiçosas, menos capazes, menos inteligentes, menos éticas – precisamente o que reencontramos em todas as nossas entrevistas. Se o dominado socialmente não se convence de sua inferioridade não existe dominação social possível.

Para percebermos adequadamente a dor e o sofrimento humanos envolvidos nesta condição, nós acrescentamos a dimensão valorativa do que as sociedades modernas julgam ser a “boa vida”. É a noção “prática” de “boa vida” que define o que é a virtude e, portanto, o que perfaz um indivíduo digno de respeito ou de desprezo. Essa dimensão é implícita e não articulada, mas todos nós nos julgamos e julgamos os outros baseados nela nas 24 horas do dia. Utilizamos a reconstrução do filósofo social canadense Charles Taylor¹⁷, que mostra como nenhum outro a relevância dessas categorias que se tornaram instituições e, portanto, prática “naturalizada” e irrefletida no mundo moderno. Para Taylor, assim como para Max Weber¹⁸, julgamos socialmente uns aos outros baseados nas figuras do “produtor útil” e da personalidade sensível. O efeito de distinção produzido pela noção implícita de “personalidade sensível” foi a base do estudo mais brilhante de Bourdieu acerca das lutas de classe na França¹⁹.

Nos nossos estudos das classes, “dignidade” é um conceito “procedural” e não substantivo, ou seja, ele não é um valor moral específico, mas

¹⁷ TAYLOR, 1989.

¹⁸ As célebres figuras do “especialista sem espírito” e do “hedonista sem coração”, no final do livro sobre a ética protestante, referem-se a papéis sociais muito próximos ao desenvolvidos por Taylor. Ver Weber, Max, *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*, J.C.B. Mohr, 1948.

¹⁹ BOURDIEU, 2010.

um conjunto de características psicossociais incorporadas, emocionais e cognitivas que fazem com que tanto a autoestima pessoal, quanto o reconhecimento social sejam possíveis. É essa seleção prática que qualquer entrevista de emprego no mercado ou qualquer prova de concurso público procura fazer. É a mesma seleção que fazemos todos os dias acerca de quem apertamos a mão ou de quem evitamos até usar a mesma calçada. Essa dimensão é tão encoberta e escamoteada quanto a dimensão dos capitais não econômicos. Daí que a realidade social tenha que ser reconstruída de modo novo em pensamento para que faça sentido.

As classes populares não são apenas despossuídas dos capitais que pré-decidem a hierarquia social. Paira sobre as classes populares também o fantasma de sua incapacidade de “ser gente” e o estigma de ser “indigno”, drama presente em literalmente todas as entrevistas. As classes com essa insegurança generalizada, como a ralé e boa parte dos batalhadores, estão divididas internamente entre o “pobre honesto”, que aceita as regras do jogo que o excluem, e o “pobre delinquente”, o bandido no caso do homem, e a prostituta no caso da mulher. A maioria esmagadora das famílias pobres convive com essa sombra e com essa ameaça, como a mãe da prostituta que a sustentava e que dizia para a filha em uma discussão: “Já fiz de tudo na vida, minha filha, mas puta eu nunca fui”²⁰. Como o “estigma da indignidade” ameaça a todos, vale qualquer coisa contra quem quer que seja para se conseguir um alívio momentâneo de tamanha violência simbólica.

Assim, as classes do privilégio não dispõem apenas dos capitais adequados para vencer na disputa social por recursos escassos, mas dispõem também da autoconfiança de quem teve todos os cuidados na família, de quem sabe que frequentou a melhor escola, que possui a “naturalidade” para falar bem línguas estrangeiras, que conta com as economias do pai para qualquer eventualidade ou fracasso, que conta com “exemplos bem sucedidos” na família. Tudo isso é também fonte de recursos valorativos como a crença em si mesmo, produto de uma autoconfiança de classe, tão necessária para enfrentar todas as inevitáveis intempéries e fracassos eventuais da vida sem cair no alcoolismo e no desespero, e usufruir do “reconhecimento social” dos outros, como algo tão natural como respirar.

As classes populares, ao contrário, não dispõem de nenhum dos privilé-

²⁰ Ver trabalho de Patrícia Mattos em SOUZA, Jessé et alii, *ibid*, 2009, pags. 173 e seguintes.

gios de nascimento das classes média e alta. A socialização familiar é muitas vezes disruptiva, a escola é pior e muitas vezes consegue incutir com sucesso insegurança na própria capacidade²¹, os exemplos bem sucedidos na família são muito mais escassos, quando não inexistentes, quase todos necessitam trabalhar muito cedo e não dispõem de tempo para estudos; o alcoolismo, fruto do desespero com a vida, ou o abuso sexual sistemático são também sobrerrepresentados nas classes populares. Os efeitos desse ponto de partida acarretam que a incorporação da tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo – que está pressuposta tanto em qualquer processo de aprendizado na escola quanto em qualquer trabalho produtivo no mercado competitivo – seja parcial e incompleta ou até inexistente.

Sem disciplina e autocontrole é impossível, por exemplo, se concentrar na escola. Essa “virtude” não é natural, mas um aprendizado de classe. Por outro lado, sem pensamento prospectivo – ou seja, a visão de que o futuro é mais importante que o presente – não existe sequer a possibilidade de condução racional da vida pela impossibilidade de cálculo e de planejamento da vida pela prisão no aqui e agora.

No contexto das classes populares, nosso estudo dos batalhadores se concentrou na determinação das fronteiras que os separam da ralé, por um lado, e da classe média verdadeira, por outro. Observamos, por exemplo, fontes importantes de autoconfiança individual e de solidariedade familiar baseada na socialização religiosa, temas negados por estudiosos conservadores²². O tipo de religiosidade pentecostal, crescentemente importante nas classes populares brasileiras, tende a ser, nos “batalhadores” dominado pelas denominações mais “éticas” – ao contrário da ralé, em que predominam as denominações mais “mágicas” do pentecostalismo – nas quais a regulação racional da vida cotidiana e a crença na própria capacidade passa a ser o valor máximo²³. Isso implica, nos melhores casos, na possibilidade de se conquistar tardiamente estímulos morais e afetivos que, nas classes do privilégio, estão no horizonte familiar em tenra idade. O belo estudo de Maria de Lourdes Medeiros mostra como também

21 Ver Trabalho de Lorena Freitas em SOUZA, Jessé et alii, *ibid*, 2009, pags. 281 e seguintes.

22 Ver minha crítica ao trabalho de LAMOUNIER, Bolívar e SOUZA, Amaury, *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*, Campus/CNI, 2010, em SOUZA, Jessé et alii, *ibid*, 2010, pags 349 e seguintes.

23 Ver o trabalho de Arenari, Brand e Dutra, Roberto, em SOUZA, Jessé et alii, *ibid*, 2010, pags. 311 e seguintes.

24 Ver o trabalho de Maria de Lourdes de Medeiros, em SOUZA, Jessé et alii, *ibid*, 2010, pags. 199 e seguintes.

a igreja católica no interior do Nordeste pode servir de incorporação de sólida ética do trabalho para muitas famílias²⁴. A religião também pode ser fundamental na redefinição da ética do trabalho de mulheres que o racismo havia condenado ao destino de objeto sexual²⁵.

Assim, do mesmo modo que a não incorporação familiar, escolar e social dos pressupostos de qualquer aprendizado e trabalho moderno é o que produz e reproduz a ralé, os batalhadores representam a fração das classes populares que lograram sair deste círculo vicioso. Como as fronteiras aqui são muito fluidas, isso significa que não existe “classe condenada” para sempre. Com condições políticas e econômicas favoráveis, os setores que lograram incorporar, seja por socialização religiosa tardia, seja por pertencerem a famílias comparativamente mais bem estruturadas – malgrado o ponto de partida desvantajoso comum a todas as classes populares – a incorporação das pré-condições para o desempenho do papel social do “trabalhador útil”, podem ascender socialmente.

Além da importância inegável, para classes socialmente tão frágeis, da variável religiosa, procuramos perceber a dinâmica e os efeitos da incorporação, ainda que tardia, familiar e extra-familiar, dos pressupostos emocionais, afetivos, morais e cognitivos para a “ação econômica racional” nas classes populares, levando em conta as desvantagens do seu ponto de partida. Como se aprende, na prática, com erros e acertos, por exemplo, a ser um trabalhador ou a calcular e a administrar um pequeno negócio de um trabalhador autônomo²⁶? Ou ainda, na dimensão mais política e social, tentar responder a questão acerca das bases da solidariedade familiar pressuposta nas pequenas unidades produtivas. Ou ainda de como o trabalhador formal, mas precário, especialmente dos serviços e do comércio²⁷, são tornados reféns de uma legitimação de um novo tipo de capitalismo que se expande precisamente para essas áreas do capitalismo moderno²⁸.

O nosso livro tratou da ascensão social, portanto, como um conceito relacional. Esta ascensão também traz consigo sofrimento, esforço, assim como o próprio medo de uma possível desclassificação social futu-

²⁵ Ver o trabalho de Djamila Olivério, em SOUZA, Jessé et alii, *ibid*, 2010, pags.173 e seguintes.

²⁶ Ver o trabalho de Fabrício Maciel em SOUZA, Jessé et alii, *ibid*, 2010, pags.173 e seguintes

²⁷ Ver o trabalho de Ricardo Visser, em SOUZA, Jessé et alii, *ibid*, 2010, pags.61 e seguintes.

²⁸ Ver meu capítulo inicial em SOUZA, Jessé et alii, *ibid*, 2010, pags.19 e seguintes.

ra. Ela não é uma bala que vai de um ponto a outro sem encontrar obstáculo. Qualquer entrevista no livro comprova isso. Pra levar o conceito a sério temos que considerar a ascensão social como uma prática em constante re-afirmação, um jogo social, cujos participantes são postos à prova a todo o momento com o fantasma da queda social e da desclassificação sempre a espreita.

Mas temos a clara compreensão de que o nosso próprio trabalho foi apenas uma primeira aproximação neste horizonte tão novo e tão desconhecido. Seria muito desejável se os estudos estatísticos bem feitos pudessem ser associados a trabalhos sociológicos mais refinados para os estudos posteriores dos diversos “ambientes sociais”, os “*milieus*”²⁹ ou “frações de classe” em movimento na nossa sociedade. Apenas assim seria possível perceber e ter uma ideia mais clara dos fatores que estão em jogo tanto na ascensão quanto na estagnação ou decadência social dos diversos setores das classes populares brasileiras no atual momento do capitalismo mundial.

O que faz uma concepção “triumfalista” das classes populares no Brasil, como a defendida pelo Prof. Marcelo Neri - onde apenas ascensão social e felicidade³⁰ são percebidas - ser tão cientificamente superficial e politicamente conservadora é precisamente a negação sistemática do sofrimento e da dor do dominado e do humilhado socialmente. Afinal, é apenas conhecendo e reconhecendo a dor e o sofrimento injustos que podemos mitigá-lo. “Enfeitá-lo” e negá-lo é, ao contrário, a melhor maneira de torná-lo eterno. De certo, apenas, a certeza de que um Brasil melhor se faz olhando nossos problemas e mazelas nos olhos, difíceis e desafiadores como eles são. Não existe nenhum outro caminho para o aperfeiçoamento individual ou coletivo. A escolha é nossa.

²⁹ Ver, acerca da importância dos diversos ambientes sociais ou milieus para a reprodução de uma classe social, o livro clássico de Vester, Michael et alii, *Soziale Milieus im Gesellschaftlichen Strukturwandel*, Suhrkamp, 2001.

³⁰ O fato do “habitus”, ou seja, o conjunto dos esquemas de avaliações e percepção do mundo, incorporado nos sujeitos, não ser consciente a eles, implica que a análise empírica dos sujeitos não pode ter a ingenuidade da pesquisa sobre felicidade dos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. Zouk/EDUSP, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo, Ática, 1978. NÉRI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo, Saraiva, 2012

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, São Paulo, Boitempo, 2012.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*, 2ª edição (com prefácio de Axel Honneth). Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé, et alii, *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé, et alii, *Os batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.

TAYLOR, Charles. *Sources of the self: the making of modern identity*. Harvard University Press, 1989.

TAYLOR, Charles. “To Follow a Rule”, in: CALHOUN, CRAIG, et alii. (orgs). *Bourdieu: critical debates*, Chicago, University of Chicago Press, 1993.

VESTER, Michael et alii. *Soziale Milieus im Gesellschaftlichen Strukturwandel*. Suhrkamp, 2001.

WEBER, Max. *Die protestantische Ethik und der Geist des kapitalismus*. J.C.B. Mohr, 1948.

* A FABRICAÇÃO DA CLASSE MÉDIA: PROJETO POLÍTICO PARA NOVA SOCIABILIDADE

Sonia Fleury¹

Sin embargo, dichas medidas (de políticas sociales) no están acompañadas de discursos públicos que tematicen y expliciten el sentido de las mejoras materiales, vinculándolas a la subjetividad de la gente... la política tiende a desaprovechar tales oportunidades para otorgar sentido a la convivencia social. Y las personas a su vez, difícilmente se reconocen en una política que no les brinda reconocimiento social, un sentimiento de seguridad colectiva y de pertenencia a una “comunidad”.

Norbert Lechner

A fabricação da classe média é uma política em curso no Brasil, seja como conjunto de decisões de políticas concretas seja como produção de representações desejáveis sobre o que se pode esperar como projeto de sociedade. A inclusão social e redução das desigualdades fazem parte da trajetória da construção da democracia, como utopia de uma sociedade mais justa, plural e igualitária. O fato da transição à democracia ter coincidido na América Latina com a transição a uma sociedade de mercado com baixa regulação estatal fornece a moldura na qual tanto a discussão sobre a pobreza quanto as políticas públicas orientadas à questão social devem ser enquadradas.

¹ Doutora em Ciência Política, professora titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) / Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde coordena o PEEP (Programa de Estudos da Esfera Pública).

Desde a tentativa de construção de uma sociedade inclusiva, pautada pelos valores de justiça social e redistribuição por meio de políticas públicas de proteção social, até a explosão midiática da Classe C como a nova feição da sociedade brasileira, encontramos a trajetória de enfrentamentos entre distintos projetos políticos de inclusão social. No interior da relação entre Estado e Mercado e nos embates e resistências da sociedade e das instituições sociais, configura-se o projeto atual de sociedade e sociabilidade. Esse, em aspectos essenciais, desfigurou a utopia democrática construída nos anos 70 e 80 a partir da mobilização social, transformando-a em um projeto de mercado: marketing político, consumo e crédito popular. Afastou-se, portanto da noção de inclusão em uma comunidade de cidadãos, para pensá-la como ações individualizadas a partir da integração via consumo.

A teoria social na América Latina buscou compreender questões como pobreza e marginalidade, intrínsecas à especificidade dessa forma de capitalismo, caracterizada como uma modernização sem a modernidade, compreendida como secularização com subjetivação centrada na liberdade e integração social². Tal fenômeno permitiu ao Brasil chegar a ser uma das principais economias industriais ostentando o maior índice de desigualdade mundial, fruto de um crescimento econômico caracterizado por conjugar o processo de modernização capitalista ao mesmo tempo em que reproduzia estruturas arcaicas de dominação e exploração: agro-negócio e trabalho escravo. A discussão sobre marginalidade social dos trabalhadores inseriu-se na análise do processo de exploração capitalista, apontando sua inutilidade para funcionar como exército industrial de reserva e rebaixar salários³, e desvendando sua inserção precária e instável⁴ como parte da incapacidade das relações capitalistas se generalizarem.

O apelo nacional desenvolvimentista ao Estado como propulsor do crescimento econômico não levou devidamente em conta as particularidades do poder político, cuja aparente fortaleza e autonomia comportavam imensa fragilidade frente aos interesses empresariais que se constituíam como poder no interior do próprio Estado⁵.

² LECHNER, N. (1988).

³ NUN, J. (1969).

⁴ KOWARICK, L. (1981).

⁵ FERNANDES, F. (1976).

O Estado foi incapaz de atuar como equivalente geral contemplando os interesses subalternos na disputa pelos recursos públicos. Entre nós, construíram-se Estados sem Cidadãos, onde direitos se transformaram em privilégios de poucos, reduzindo a teia de solidariedades, base constitutiva de uma cultura democrática, a relações pessoais e clientelistas.

O *apartheid* social brasileiro desempenhou um papel decisivo na atrofia da esfera pública, com a dissolução da identidade coletiva entre os setores mais pobres ao isolá-los daqueles que já tinham atingido o status de cidadãos⁷. Para as elites a categoria social dos pobres sempre se constituiu em séria ameaça à ordem estabelecida. Vistos pelo prisma do medo das classes perigosas⁸, os conflitos de classe tomaram o caráter de violência rural e urbana, demandando uma postura repressiva por parte do Estado para assegurar a ordem e o domínio.

A crise do pacto de poder que sustentou o desenvolvimentismo autoritário e excludente permitiu a rearticulação da sociedade a partir das demandas de reformas sob a égide e primado da justiça social, expressa no reconhecimento, na participação e na redistribuição.

Para contrapor-se a esse tipo peculiar de capitalismo que prescindiu da democracia, da integração regional e da inclusão social, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada tendo como objetivos (Art. 3º.) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a erradicação da pobreza e da marginalização, e redução das desigualdades. Para tanto, foram desenhados sistemas universais, descentralizados e participativos de proteção social, que consolidaram a Ordem social como independente da Ordem econômica. Além disso, definiu-se na Seguridade Social um orçamento social com fontes exclusivas e diversificadas, assegurando que nenhum benefício social poderia ser inferior ao salário mínimo.

Esses preceitos constitucionais elevaram a renda de milhões de beneficiários da previdência, urbana e em especial rural, e da área assistencial (BPC), com forte impacto distributivo, já que favoreceram grupos marginalizados como negros, mulheres, idosos, etc.

No entanto, a incapacidade de construir um novo pacto de poder reeditou a característica modernização conservadora, com a rearticulação

⁶ FLEURY, S. (1994).

⁷ REIS, E. (1998).

⁸ GUIMARÃES, A. (1981).

das elites de forma a preservar-se no poder, mesmo que tendo que ceder espaço para demandas de antigos opositores, agora transformados em aliados. Em um contexto de liberalização promovido pela globalização, impôs-se uma ordem de flexibilização e mercantilização, subordinando a política à estabilidade econômica, com graves consequências para a arquitetura dos direitos sociais recém institucionalizada.

A *fetichização* do poder do Estado que correspondeu ao projeto nacional desenvolvimentista ao invés de dar lugar ao Estado democrático fortalecido foi substituída pela *fetichização* da eficiência do mercado, agora concebido como o que é suficiente para atender de forma satisfatória às necessidades de reprodução social. Em ambos os casos, desconsidera-se a sociedade, as relações e correlações de forças, os valores compartilhados, os conflitos social e o aspecto relacional de classes, que por fim é a essência da relação de poder.

A obliteração do debate sobre o poder de classe e sua tradução como poder de consumo é um analisador do projeto político em curso, no qual a questão do conflito inerente às desigualdades de classe é substituída pelo consenso em relação à ascensão social necessária ao consumo na sociedade de mercado.

Nesse contexto, os programas de erradicação da pobreza e ascensão ao mercado de consumo por via de transferências públicas de renda ganham o estatuto de projeto de coesão social em sociedades profundamente marcadas pela desigualdade e exclusão social. Para além da mera ideologia, restaria pensar em que medida esse projeto é realizável.

CONDIÇÕES MATERIAIS DE PRODUÇÃO

As discussões sobre a reorganização da estrutura produtiva, como consequência das grandes transformações impostas pela liberalização promovida pela globalização, têm apontado tanto as mudanças como as continuidades em relação à inserção produtiva, relações de trabalho e identidades de classe.

Na crise das economias desenvolvidas e em consequência da adoção de políticas públicas preconizadas pelos organismos financeiros internacionais, o fenômeno de desemprego e vulnerabilidade de vínculos laborais de jovens bem qualificados tem dado origem a emergência de uma nova classe perigosa, denominada precariado⁹. Já as economias emergentes sempre conviveram com a heterogeneidade da classe trabalhadora,

⁹ STANDING, G. (2012).

porém foram os trabalhadores menos qualificados que incharam o mercado informal de trabalho. Desde a década de 1980, uma nova morfologia do trabalho está sendo desenhada a partir de fortes processos de reestruturação produtiva e organizacional. Essa reestruturação caracteriza-se pelo enxugamento da força de trabalho¹⁰ combinada com mudanças sociotécnicas no processo produtivo e na organização e controle social do trabalho, acarretando flexibilização e desregulação de direitos sociais, terceirização e novas formas de gestão da força de trabalho, embora ainda convivam com a preservação do *fordismo* em certas áreas. A expansão do trabalho em telemarketing, por exemplo, mostra como a superexploração do trabalho por ritmos intensos em condições precárias convive com o desenvolvimento tecnológico no ramo das telecomunicações.

No Brasil, devido ao aumento sustentável do salário mínimo acima da inflação por mais de uma década - valor ao qual está atrelado o piso dos benefícios assistenciais e aposentadorias - à expansão da cobertura e do valor das transferências de renda, somado ao aumento do crédito popular, houve um real aumento da renda e do consumo dos trabalhadores mais pobres. A expansão do consumo e redução da miséria têm demonstrado enorme eficácia comunicacional e política em toda a América Latina, considerando seu baixo custo como porcentagem do orçamento público e seu alto impacto social.

Tomando o crescimento da renda como indicador privilegiado da mobilidade social e o crescimento maior da renda entre os mais pobres do que o dos grupos mais ricos, intelectuais orgânicos cunharam o termo Classe C para indicar aquela parcela da população que ultrapassou a linha de pobreza, o que justificaria sua inclusão no vago conceito de classe média. Se há fragilidade conceitual, as derivadas políticas são bem consistentes, o que se manifesta na inserção desta produção no núcleo estratégico do governo. A partir desses dados afirma-se que a classe média já é majoritária no país, assegurando o caráter democrático da sociedade brasileira e permitindo divisar a erradicação da miséria. Mas, esse lado brilhante da reestratificação não é capaz de mitigar o lado obscuro da desigualdade, evidenciado pelos dados do Censo de 2010, onde os 10% dos domicílios mais ricos abocanham 42,85% da renda nacional, ou pelas estatísticas das Nações Unidas, onde o Brasil avança a passos muito lentos na evolução do IDH, situando-se na 84ª posição entre 187 países.

¹⁰ ANTUNES, R. (2012)

Mesmo que o gasto federal com assistência não ultrapasse 1% do PIB, e que a participação dos salários na renda nacional ainda seja baixa, não alcançando os patamares da década de 1960, a disputa por recursos públicos já ameaça as políticas distributivas. As medidas distributivas começam a ser criticadas por economistas ortodoxos, por serem vistas como possíveis fatores que alimentam o aumento da inflação. Ademais, questiona-se a efetividade da continuidade de aumentos reais do salário mínimo, considerado esgotados os efeitos desse instrumento de redução da pobreza extrema¹¹. Outros questionam a sustentabilidade da socialdemocracia brasileira, propondo a realocação dos recursos públicos desde o gasto social para o gasto com investimentos necessários para assegurar a competitividade da economia¹².

É preciso dizer que as evidências sobre os efeitos distributivos das políticas que elevaram o emprego, o salário mínimo real e, consequentemente os benefícios, além das transferências condicionadas – nessa ordem de impacto – ainda são insuficientes para transformar a estrutura social brasileira. Não só pelo baixo volume de recursos públicos alocados, mas, fundamentalmente, pelos limites decorrentes do modelo de desenvolvimento em curso, que não assegura sustentabilidade ao crescimento econômico com maior igualdade.

Ao atuar sobre os efeitos e não sobre as causas das desigualdades estruturais, tais políticas redistributivas têm sua capacidade limitada pela expansão do ciclo econômico na dependência dos preços das *commodities* nos mercados consumidores. A proposta de uma mudança estrutural defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL¹³ coloca o aumento da produtividade industrial e o emprego formal como eixos centrais do desenvolvimento com igualdade. Só será possível alterar o padrão estrutural de desigualdades com um modelo de desenvolvimento que incorpore produtividade de forma a produzir maior excedente e aumentar a massa salarial de forma sustentável.

O caráter pró-cíclico do gasto social – que aumenta quando a economia cresce e diminui na recessão – é uma expressão da capacidade de financiamento do Estado. Por outro lado, a capacidade distributiva depende de políticas fiscais e tributárias que sejam efetivamente progressi-

¹¹ AFONSO, L. E. et al. (2011)

¹² FRISCHATK, C. (2012)

¹³ CEPAL. (2012)

vas – ou seja, quem mais ganha mais paga, – o que se distancia da situação atual. A redistribuição por meio de transferências condicionadas não altera a desigualdade do sistema tributário, já que os novos consumidores estarão pagando uma parte significativa do que ganham em impostos sobre os produtos que consomem. Apesar de a carga tributária brasileira ser considerada elevada em relação à média da América Latina, ela não se diferencia do padrão regional por ser extremamente regressiva, sendo aqueles que ganham até dois salários mínimos despendem quase 50% com impostos enquanto para os que ganham mais de 30 salários mínimos a carga tributária não ultrapassa 25% de sua renda. Apesar de dinamizarem a economia, 56% dos recursos despendidos com o Bolsa-Família retornam aos cofres públicos sob a forma de impostos (IPEA, fev. 2011)

Ao dissociar a análise da ascensão da classe C das condições de emprego e trabalho opera-se uma descontextualização de cunho político e ideológico que impede a tematização da superexploração e endividamento dessa população. Tal parcela da classe trabalhadora englobada sob esse conceito é identificada por cumprir longas jornadas de trabalho, com ritmos muitas vezes extenuantes, recebendo aquém do mínimo necessário, o que a leva a recorrer a frequentes endividamentos, além de possuir vínculos de trabalho precarizados¹⁴. A reação da mídia e da sociedade à recente equiparação dos direitos das empregadas domésticas aos demais trabalhadores mostra como a superexploração do trabalho, no país com o maior contingente mundial de trabalhadoras domésticas, é banalizada e justificada.

O desigual tratamento desta parcela da classe trabalhadora conhecida está demarcado também pelo território, sentido socioespacial atribuído às inchadas periferias urbanas para designar a precariedade de oferta de bens públicos e condições adequadas de vida. Precariedade que inclui moradia, escola, transporte, creches, equipamentos culturais, saneamento, unidades de saúde, áreas de lazer etc. A essa ausência ou precariedade da oferta de bens públicos essenciais associa-se, na maioria das vezes, à péssima qualidade e falta de efetividade dos serviços como de educação e saúde. Além disso, a ocupação territorial das periferias e favelas por grupos armados de traficantes ou de milicianos colocou a questão da violência no cotidiano das famílias, e a coerção estatal como a presença mais expressiva da política pública.

¹⁴ LUCE, M. L. (2013)

Diante dessas condições materiais de produção e reprodução a que estão submetidos os trabalhadores da chamada classe C, seja nas periferias urbanas seja no campo, torna-se imprescindível qualificar a melhoria recente da distribuição de renda, para além de um processo político-ideológico de fabricação de um novo imaginário social. A hegemonia de certo discurso econômico que fala da renda e consumo mínimos ignorando as condições econômicas em que se dá a produção e reprodução dessa população mostra como ele se tornou essencial para construção dessa ordem. O sucesso político dessa disciplina em estabelecer um discurso de verdade¹⁵ – capaz de interditar qualquer discussão mais séria sobre o conceito de classe – gera condições normativas que definem o bom e o ruim, o normal e o patológico, constituindo-se em importantes instrumentos de poder. Nelas, a manutenção do ordenamento que expurga os conflitos passa a ser essencial para permitir a convivência com uma realidade cada vez mais ameaçada pela precariedade das condições de produção e de exigibilidade dos direitos sociais.

Desnecessário dizer que o recente aumento da renda dos trabalhadores é crucial para o desenvolvimento e para a consolidação democrática. No entanto, as condições estruturais de produção e exploração do trabalho, que aumentam a precariedade e reduzem direitos não são questionadas, terminando por substituir cotidianamente uma parte da população que ultrapassou a linha da pobreza por outra que acabou de cruzá-la no sentido inverso.

CONDIÇÕES DE SUBJETIVAÇÃO E REPRODUÇÃO

As políticas sociais devem ser vistas tanto como instrumentos na reprodução dos trabalhadores como das subjetividades que são conformadas a partir da interpelação que realizam aos vários agentes sociais, projetando condições de sociabilidade. Ou seja, uma política social não é só um montante de recursos transferidos, ela é parte de um projeto de construção de sociedade. A fabricação da classe média, ao deslocar-se desde a proposição dos sistemas universais de proteção social e inclusão no mercado de trabalho para os programas de transferência de renda, indica a construção social de outro projeto político e uma nova sociabilidade, cujas possíveis consequências merecem ser exploradas em vários aspectos.

O sociólogo alemão Max Weber¹⁶ nos ensina que o poder econômico não é idêntico ao poder como tal, porque a ordem social diz respeito à for-

¹⁵ FOUCAULT, M. (1979)

ma pela qual a honra social se distribui numa comunidade. Essa distribuição é fruto do entrelaçamento existente entre a ordem econômica, a ordem social e a ordem política. Mesmo que a ordem social seja condicionada pela ordem econômica, ela produzirá códigos próprios que distinguirão as elites pelos hábitos exclusivos e não apenas pelo poder econômico. Desta forma, apropriação econômica e honra social conjuntamente potencializam o exercício da dominação e a apropriação do excedente e dos fundos públicos.

Paradoxalmente, o duplo movimento de expansão da ordem econômica capitalista, baseado em relações de exploração de classe e a reação da sociedade organizada em classes em disputa quanto aos aspectos destrutivos nela embutidos¹⁷, levou à construção de uma ordem política democrática, fundada no status igualitário da cidadania, o que permitiu a reprodução capitalista em uma situação de preservação da comunidade de cidadãos¹⁸.

A disputa pelos fundos públicos tem no campo das políticas sociais um lugar privilegiado, pois aí é que se podem inserir os interesses dos setores dominados, dependendo da correlação de forças e da orientação ideológica dos governantes. Através das políticas sociais esses fundos são redistribuídos de acordo com o modelo de proteção social vigente. Um desses modelos, o assistencial, utiliza fundos residuais para focalizar sua ação nos grupos mais pobres e vulneráveis, condicionando as transferências de renda a certos comportamentos coercitivamente induzidos. Outro modelo, o de seguro social, busca, por meio de contribuições pretéritas, assegurar o mesmo status das corporações no mercado formal, terminando por reproduzir via política social a estratificação imposta pelo mercado. Apenas no modelo da Seguridade Social a proteção social organiza-se com base ao princípio de justiça social, pelo qual as necessidades se traduzem em direitos de cidadania e dão lugar aos sistemas universais e igualitários de proteção social.

Se todas essas políticas pretendem gerar melhorias sociais por meio de benefícios e serviços que representam alguma forma de apropriação dos fundos públicos pelos trabalhadores, seus objetos, princípios, beneficiários, formas interpelativas e incidência na sociabilidade são muito distintos. As políticas focalizadas, por mais importantes que sejam em relação ao valor dos benefícios e à melhoria da qualidade de vida dos beneficiados, os interpelam a

¹⁶ WEBER, M. (1976)

¹⁷ POLANYI, K. (1980)

¹⁸ MARSHALL, T. H. (1967)

partir do atributo da pobreza, vista como um risco individualizado ou, na melhor das hipóteses, tomando em conta a situação do grupo familiar. A pobreza deixa de ser contextualizada como resultante das relações de produção e exploração para ser cristalizada em ausências: de capacidades, recursos e ativos. As transferências condicionadas visam preencher essas ausências, assegurando melhor nível de vida e quiçá, oportunidade para os mais empreendedores transporem essa linha de dependência. A noção igualitária da cidadania é denegada pela política que separa os pobres da comunidade de cidadãos, gerando assim uma cidadania invertida, que se plasma na existência de benefícios sem direitos, beneficiários sem sujeitos. Porém, produz consumidores.

O modelo de seguro social, que esteve na base da construção das políticas do estado nacional-desenvolvimentista, restringiu os benefícios aos trabalhadores organizados e inseridos no mercado formal de trabalho, o que, nas condições de heterogeneidade da classe trabalhadora, gerou o padrão regional de proteção estratificado para os trabalhadores formais e excluyente para todos os demais. Neste caso, ao invés da igualdade de direitos, os benefícios se transformaram em privilégios a serem barganhados pelos que tinham maior capacidade de pressão.

As lutas sociais pela democratização assumiram a universalização dos direitos sociais de cidadania como uma de suas principais bandeiras, o que terminou por se corporificar no texto constitucional em uma Ordem Social orientada pela primazia do bem-estar do trabalho e da justiça social, assegurando direitos universais por meio da consolidação de sistemas de proteção social universais, descentralizados e participativos. A institucionalidade da Seguridade Social, em especial na saúde com o SUS e na assistência com o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), representou uma inovação importante, cujo maior significado político pode ser atribuído à sua capacidade de interpelação da cidadania ativa, em busca da construção de uma sociedade inclusiva e justa. As necessidades especiais de indivíduos e grupos, assim como as condições sociais dos contribuintes foram desvinculadas dos benefícios, de tal forma que a universalidade dos direitos pudesse reduzir as profundas segmentações sociais existentes. Nesse sentido, a universalidade desenhava um projeto de coesão social a ser alcançado por meio do protagonismo da participação da sociedade na disputa dos fundos públicos e da gestão das políticas sociais, com vistas a fortalecer a autoridade pública.

Desta forma, buscava-se a desmercantilização da reprodução social dos trabalhadores colocando o Estado como garantidor do direito e dos

sistemas de proteção e retirando direitos e benefícios sociais do circuito de acumulação capitalista. No entanto, esse projeto foi transmutado ao longo de sua implementação, dando lugar a uma remercantilização da proteção social, com a crescente penetração dos interesses empresariais na apropriação dos recursos destinados às políticas sociais, em especial na área de saúde e educação. É patente a subordinação das políticas sociais à lógica da acumulação, favorecendo com subsídios, isenções, contratos e parcerias, tanto o capital financeiro por meio dos seguros privados quanto o consumo de insumos e serviços cuja provisão é cada vez mais reservados às empresas privadas.

Que estrutura social tal política, que individualiza riscos e mercantiliza a provisão, está fabricando? A propalada mobilidade social ascendente não tem sido capaz de vincular a ação pública à construção da subjetividade como parte de um projeto coletivo de transformação social, que assegure direitos universais e coesão social dentro da comunidade de cidadãos. Ao esvaziar a política e substituí-la pela economia como o código de ordenamento dos comportamentos e das ações públicas e privadas, os conflitos na distribuição dos fundos públicos são escamoteados. A disputa pela associação da reestratificação social a novos padrões de consumo e sua dissociação dos sistemas universais de proteção conjuga-se com a crescente privatização das políticas sociais, distanciando-se dos ideais igualitários e redistributivos que só podem ser alcançados com o fortalecimento da ordem política.

Não resta dúvida que é mais fácil fabricar a classe média que construir uma sociedade solidária, coesa e justa.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, L. E. et al. “O salário mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: estariam esgotados seus efeitos?” In: *Economia Aplicada*, vl. 15, n 4, PP 559-593, 2011.

ANTUNES, R. *A nova morfologia do trabalho*. Nueva Sociedad. Junho 2012, disponível em www.nuso.org.

CEPAL – *Cambio Estructural para la Igualdad*. Chile, 2012.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

FLEURY, S. *Estados sem Cidadãos*. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 1994.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979

FRISCHATK, C. A. *Social democracia brasileira: seu momento de definição*. INAE, Rio de Janeiro, 2012.

GUIMARÃES, A. *As Classes Perigosas: banditismo rural e urbano*, Rio de Janeiro, Graal, 1981.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

LECHNER, N. “El malestar com la política y la reconsctrucción de los mapas políticos”. In: CALDERÓN Y LECHNER. *Más Allá Del Estado, más Allá Del mercado: la democracia*. Bolívia, Plural, 1998.

LUCE, M. L. *Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?* Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, vol. 11 n1, p.169-190, jan/abr. 2013.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e Status*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

NUN, J. “Sobrepoblación relativa, ejército de reserva y masa marginal”. *Revista Latinoamericana de sociologia*, v. 5 (2), jul. 1969.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

REIS, E. *Processo e Escolhas: estudos de sociologia política*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998.

STANDING, G. “Precariado the new dangerous class”. *Boletim Diplo Outras Palavras*; acessado em 29/06/2012

WEBER, M. “Classe, Status, Partido”. In: VELHO, Palmeira e BERTELLI (org.) *Estrutura de Classes e Estratificação Social*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, PP 61-83

*NOVA CLASSE MÉDIA: UM DELÍRIO COLETIVO?

Eliana Vicente¹

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, especialmente na última década, vários setores da sociedade, como instâncias governamentais, economistas, sociólogos e a grande mídia afirmam ter havido um intenso e profundo processo de mobilidade social no país.

O fenômeno da chamada “nova classe média”, segundo alguns sociólogos (SOUZA e LAMOUNIER, 2010) e economistas (GUERRA et al, 2006; NERI, 2008), tem chamado atenção na história recente, a partir do grande crescimento desse segmento nos países emergentes como China, Índia e Brasil. Estima-se que 400 milhões de pessoas façam parte da “nova classe média global” e que em 2030 esse número chegue a mais de 2 bilhões².

No Brasil, mudanças socioeconômicas relativas às camadas populares vêm ocorrendo de modo mais significativo desde 2002. O Plano Real lançado em 1994 implantou uma política de estabilidade da moeda, que se somou a outros fatores como as políticas governamentais de incentivo à bancarização e do acesso fácil ao crédito, planos sociais de distribuição de renda e aumento gradativo dos salários. Esses fatores resultaram num aumento da participação da população na aquisição de bens de consumo e consequente aquecimento da economia no país. A partir daí as camadas emergentes passaram a ser vistas como “novos consumidores” tanto pelo governo como pelo mercado, mudando o desenho dos gráficos que representam as estatísticas oficiais e classificam as classes socioeconômicas no país.

¹ Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense

² World Bank. Global Economic Prospects 2007: Managing the Next Wave of Globalization, Washington. D.C., 2007, apud SOUZA, Amauri e LAMOUNIER, Bolívar. A classe média brasileira: ambições valores e projetos de sociedade, Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.

Em 2003, a classe C representava 37,6% da população, passando para 55% em 2011. Mais de 30 milhões de pessoas ingressaram para a classe C, que hoje comporta metade da população brasileira, concentrando quase 47% do poder de compra do país (NERI, 2011).

Neste artigo tentarei elencar algumas das controvérsias relativas à forma como esse novo segmento vem sendo denominado, “nova classe média”, com o objetivo de contestar essa denominação que, acredito, pode confundir e obscurecer o entendimento das questões relativas às desigualdades e também problematizar o papel do consumo entendido como forma de reconhecimento social.

Ao assumir a ideia de mobilidade social unicamente através de critérios econômicos, desprezando outras categorias de análise, tais como, educação, garantias de sustentabilidade no mercado de trabalho, assim como as questões simbólicas que são tão importantes nas relações de poder inscritas na dinâmica social, descarta-se fatores estruturais que concorrem para a reprodução da desigualdade no país.

Chamar a população emergente que veio a fazer parte da classe C de “nova classe média” parece pretender demonstrar que o país está fundamentado na classe média e não na imensa massa de trabalhadores manuais, trabalhadores do setor de serviços, nos pobres e excluídos que ainda representam uma parcela bastante significativa da população.

A categoria classe média, por si só, já gera muitas controvérsias. Existem várias definições e metodologias para se classificar socioeconomicamente a população de um país, mas no caso brasileiro, a despeito das variações metodológicas, quase todas utilizam o critério classificatório renda, o que difere é a maneira como essa variável será operacionalizada.

Neste artigo, o segmento que ultrapassou a linha de pobreza nos últimos 10 anos, estimado em quase 30 milhões de pessoas, será referido como segmento emergente, já que a denominação “nova classe média”, além de controversa tende a mascarar e confundir o que de fato está ocorrendo em termos de mobilidade.

Um dos instrumentos de legitimação mais citados referente à ideia de “nova classe média” foi o estudo coordenado pelo economista Marcelo Neri realizado pelo CPS da FGV. O estudo se baseou em estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir dos dados da PME (Pesquisa Mensal de Empregos), mais a análise de atitudes e expectativas, utilizando a sondagem do consumidor divulgada pelo IBRE (Instituto Bra-

sileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e, ainda, o potencial de consumo, definido pela quantidade mensurada de bens duráveis nos domicílios, número de empregados domésticos na residência e no nível de escolaridade do chefe da família, o chamado Critério Brasil, utilizado pelos institutos de pesquisa de mercado para classificação socioeconômica.

Divulgado em 2008, o estudo foi muito badalado, gerou grande repercussão e muita polêmica. Caracterizando a parcela da população que migrou para a classe C como a “nova classe média”, o estudo identificou-a como a imagem mais próxima da sociedade brasileira atual. A pesquisa suscitou um grande interesse da mídia e do mercado e, a partir daí, a ideia foi se consolidando no senso comum e uma vasta quantidade de matérias e pesquisas com fins mercadológicos passaram a ser realizadas.

O debate acadêmico que se iniciou a partir da pesquisa da FGV tendeu a certa polarização de opiniões, uma de viés mais liberal, como é o caso dos cientistas políticos Amaury de Souza e Bolívar Lamounier, informado no livro *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade* (2010) e outra mais crítica, com uma análise do fenômeno fortemente assentada na perspectiva bourdiesiana pode ser encontrada no livro do sociólogo Jessé Souza, *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2010). Marcelo Neri, principal sistematizador e divulgador desse conceito, tem disponibilizado dados que de fato comprovam a emergência de uma nova classe social no país. Seus estudos continuados sobre o fenômeno em questão demonstram de forma quantitativa o que está ocorrendo no país em termos de renda, ocupação e consumo. Sua perspectiva vê o fenômeno de forma bastante positiva, já que de fato há um crescente movimento de acesso aos bens e serviços por parte de uma expressiva parcela da população.

No entanto, segundo Bomeny (2011), o fato de os pobres estarem no mercado através do consumo não significa que os pobres se beneficiem do mercado da mesma forma que aqueles que participam do consumo com regularidade – como é o caso da classe média e da classe alta. Os pobres entram nas estatísticas de consumo de forma preponderante, mas possuem um baixo capital cultural no que diz respeito ao mercado de trabalho competitivo. Falta-lhes educação regular e continuada, cultura e profissionalização, esses os principais entraves na questão da mobilidade social no Brasil.

Bolívar e Lamounier embasam seus argumentos a partir de pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas pelo IBOPE, solicitadas pela Confe-

deração Nacional da Indústria. A questão central na obra desses autores se refere à sustentabilidade da tão rápida e grande ascensão social que hora assistimos por parte desse grupo emergente. Os autores questionam se em virtude de empregos pouco estáveis ou das atividades por conta própria os representantes da “nova classe média” conseguirão sustentar os padrões de consumo, se criarão novos valores e projetos de vida, e de que modo isso se refletirá na esfera política.

Souza e Lamounier se referem à “nova classe média” mundial, incluindo aí a brasileira, como resultado de políticas econômicas liberais. A “nova classe média” teria diferenças e semelhanças em relação à classe média tradicional, no entanto, justamente o que chama a atenção para esse fenômeno são as semelhanças em relação aos hábitos de consumo entre o segmento em questão e as outras classes mais elevadas. O automóvel e a casa própria, segundo os autores, além de outros itens de conforto seriam os ícones de adesão à classe média no imaginário das pessoas do segmento emergente, que, segundo os autores, consumiriam para emular as classes mais altas. Percebe-se aí um discurso de forte cunho liberal, que vê no empreendedorismo de parte desse segmento uma tentativa de inclusão na classe média.

Os autores observaram, a partir das pesquisas realizadas, a busca por um estilo de vida por parte da nova classe emergente, no qual viver bem implica consumir muito através do crédito, fragilizando a segurança econômica das famílias que contraem dívidas para consumir. Afirmam, ainda, que a classe média tradicional se preocupa muito mais com as instituições democráticas que dão suporte às atividades sociais no país do que as classes inferiores. Concluem que, por conta de sua heterogeneidade, essa camada social não internaliza de forma substancial os valores liberais: mercado e estado racional.

No outro pólo temos os argumentos de Jesse Souza (2010), que critica a ideia de uma “nova classe média”, afirmando existir na verdade uma nova classe de trabalhadores, fruto do capitalismo neoliberal, no qual a produção flexível foi a grande responsável pelo desemprego estrutural, ocupa hoje posições que não exigem grande capital cultural ou uma especialização técnica ou acadêmica e que, portanto, pode ser descartada a qualquer momento dos seus postos de trabalho. Por isso mesmo, para Souza, a nova classe emergente ou os batalhadores brasileiros, ou ainda, a nova classe trabalhadora, como ele prefere chamar essa parcela da população, não se configura nem como a classe trabalhadora tradicional, nem como classe média.

Souza recusa o rótulo atribuído pelo pensamento social dominante no país de que as relações pessoais aqui teriam um peso maior no que se refere às questões hierárquicas e critica o discurso de Souza e Lamounier a respeito da falta de valores e ideais liberais nas camadas emergentes. Para Souza, esse tipo de pensamento que junta racismo de classe com a ideia do patrimonialismo só serve para “justificar e perpetuar um tipo de violência simbólica, na qual a relação entre “pobreza” e “burrice” não é causal nem arbitrária” (SOUZA, 2010, p. 316).

Ainda, esse tipo de pensamento presume que as classes populares não sabem votar, não desenvolvem o senso de confiança entre seus iguais e consome para emular as classes mais abastadas. Souza rebate essa ideia, afirmando que este é um pensamento determinista, um racismo culturalista, segundo palavras do autor, e que imputa às classes populares um estigma de pré-modernidade.

O autor vê nas relações pessoais e nas relações com o Estado não uma forma de liberalismo à brasileira, e sim instrumentos possíveis, ou os mais disponíveis, no agenciamento de estratégias que se antecipam à ordem do mundo, nos termos de Bourdieu, na busca por uma vida mais digna através do trabalho árduo.

Para Souza, a forte disposição para o trabalho estaria muito mais ligada à questão de romper com a reprodução da pobreza excludente. O consumo não se prestaria nesse caso à emulação, e sim se constituiria numa forma de garantir uma qualidade de vida melhor, fruto do trabalho desses batalhadores em jornadas irregulares. O consumo, nesse caso, representaria muito mais a objetificação de uma conquista que se deu através da fé em si mesmo.

A CLASSE MÉDIA BRASILEIRA

Após a Revolução de 1930, o país passa a ter um projeto de industrialização nacional, que avança predominantemente nas cidades, possibilitando a reprodução e o crescimento de uma classe média assalariada e urbana. Enquanto isso, no setor agrário, o grande latifúndio predomina, impossibilitando a mobilidade social ascendente, o que potencializou o êxodo rural para as cidades mais industrializadas do país (GUERRA et al, 2006).

A classe média brasileira mais tradicional, que emergiu com o projeto de industrialização nacional, consolidou-se nos anos 1950 e teve seu ápice de crescimento nos anos do chamado Milagre Econômico Brasileiro, entre 1968 e 1973. Esse segmento foi naquele período, o beneficiário privilegiado

dos programas governamentais, que garantiam acesso à casa própria e ao bem estar social, além da distinção dos rendimentos salariais entre operários e aqueles que ocupavam as posições intermediárias. Vale ressaltar que os pobres só tiveram alguma atenção do Estado no final do regime militar.

Dentro desse quadro privilegiado a classe média se expandiu de forma coesa não apenas no período do “milagre”, como boa parte dos anos 1980. Segundo Santos (2004), a classe média brasileira, ancorada nos recursos que o Estado e o mercado lhe ofereciam, aumentou seu poder aquisitivo e seu bem estar material, e por não estar exposta à grande competitividade, manteve-se coesa e consciente de sua poderosa posição estamental. Tornando-se assim, a grande beneficiária do crescimento econômico, do modelo político e dos projetos urbanísticos. Resulta daí um sentimento de inclusão no sistema político e econômico acompanhado por um sentimento de segurança. Instala-se um processo de barganhas entre a classe média e o governo, que tem nesse segmento o seu maior alicerce. O crescimento dos níveis de educação e renda propicia um estilo de vida que se deseja preservar. Dessa maneira a classe média brasileira se volta mais para o consumo do que para as questões de cidadania, conivente com um tipo de crescimento econômico baseado no cerceamento das liberdades democráticas.

O fato da classe média brasileira ter se expandido nos anos do “Milagre Brasileiro” sem muita competição e com privilégios em relação às classes populares, assegurados pelo Estado, pode explicar em parte, a sua posição tradicionalmente conservadora. É bem provável se ouvir em conversas entre pessoas de classe média, atualmente, duras críticas aos programas de distribuição de renda, como é o caso do programa Bolsa Família, entre outros.

A classe média brasileira conquistou um padrão de bem estar material ou estilo de vida, vivido através do aumento do poder de consumo que sempre foi um forte instrumento de marcação social, além da busca por diferenciação através da cultura e da suposta meritocracia educacional. O consumo assume aqui um importante papel no imaginário social da classe média, que através do mérito profissional busca elevar cada vez mais o seu estilo de vida. Assim, lugares, comidas e vestimentas são elementos que marcam a distinção entre a classe média mais tradicional desse segmento emergente e dos mais pobres.

Enquanto os gastos das camadas populares se concentram em alimentação, moradia, vestuário e cuidados pessoais, os gastos da classe média estão concentrados em educação, cultura, e lazer e serviços privados de

saúde. A classe média, diferentemente do segmento emergente, não está habituada a utilizar os serviços públicos em virtude da péssima qualidade que esses oferecem, como educação e saúde, por exemplo, e por essa razão parte importante da renda familiar é destinada a essas despesas. Além, é claro, do investimento em educação ser uma característica das classes médias modernas, pois esse tipo de investimento é o que garante a reprodução e perpetuação do status social desse grupo (GUERRA et al, 2006).

A moderna classe média brasileira quase sempre esteve alheia às desigualdades sociais do país, sobretudo porque essa desigualdade sempre favoreceu esse segmento que usufruía, e ainda usufrui, de privilégios que as classes médias dos países desenvolvidos não possuem, como por exemplo, os serviços pessoais de babá, faxineira, empregada doméstica, motorista, segurança, serviços possíveis por causa da baixa remuneração e da quantidade de mão de obra disponível.

“NOVA CLASSE MÉDIA”: MAIS ALGUMAS CONTROVÉRSIAS

O aumento de renda e de consumo das classes populares está realmente acontecendo no país por uma série de fatores, conforme foi citado no início e não se pretende aqui, negar uma realidade tão óbvia. Entretanto, maior renda e maior poder de consumo podem não implicar necessariamente em mobilidade social, principalmente de uma parcela tão grande da população em tão curto espaço de tempo.

Sem dúvida a economia brasileira vem crescendo e, considerando o PIB atual, o Brasil já é a sexta economia do mundo, porém, na colocação no ranking de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o país ocupa a 84ª posição entre 187 países, ainda que o país tenha avançado três posições nos últimos cinco anos, a desigualdade social ainda é muito alta entre nós. Por exemplo, no IDHAD (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade) o país ocupa 73ª posição entre 134 países³. O IDHAD combina dados que levam em conta, além da distribuição de renda, a distribuição de saúde e educação. O que nos coloca a frente de uma primeira controvérsia, pois parece faltar muito para os índices relativos ao desenvolvimento humano e de equidade na distribuição dos recursos chegarem próximos ao da colocação econômica.

³ Segundo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), divulgado em 11/2011, disponível no site PNUD Brasil.

Em relação ao aumento dos postos de trabalho no país, a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE, que produz indicadores mensais sobre a força de trabalho, tem apontado um aumento significativo no setor formal. Segundo comunicado do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), como base na PME/IBGE, os postos de trabalho formais no país cresceram entre 2001 e 2009 43,5%, chegando a 41 milhões em 2009. Mas o número de postos informais ainda é maior do que o de postos de trabalho formais, 47,7 milhões em 2009⁴.

Questões ligadas à saúde, educação, segurança e saneamento básico são responsáveis pelos altos índices de desigualdade no país. Segundo dados divulgados pelo IBGE no Atlas do Saneamento 2011, menos da metade dos domicílios brasileiros estão conectados à rede de esgoto. Em etnografia realizada (VICENTE, 2012) em um bairro popular da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro constata-se entre algumas famílias pertencentes a esse segmento, uma realidade muito diferente do ideal que fazemos do que seja ser de classe média no Brasil.

Em relação à saúde, um episódio durante a realização do trabalho de campo exemplificou muito bem as precárias condições de atendimento do sistema público de saúde. Uma das interlocutoras que participou da pesquisa havia agendado uma cirurgia de períneo, internando-se na data marcada, em hospital da rede pública. Porém, a cirurgia não aconteceu e de tanto esperar dentro do hospital ela acabou contraindo uma forte gripe e foi então, dispensada pelos médicos sem que o procedimento fosse realizado.

Essa e outras controvérsias a respeito de se classificar uma imensa massa da população – que até 10 anos atrás se encontrava abaixo da linha da pobreza – como classe média, saltam cotidianamente aos olhos. E, justamente por essa parcela da população se sentir tão excluída do mundo da classe média e dos ricos, que é tão midiaticizado e tido como o ideal de ser e pertencer, é que essa classe enxerga na atividade do consumo um canal de inclusão social, ainda que esta seja uma inclusão superficial.

CONCLUSÃO

Para Campbell (2009), o consumo não é tido como um instrumento de desintegração da cultura e da personalidade pós-moderna. Ao contrário, o consumo contribui para a resolução da crise de identidade, funcio-

⁴ Comunicado do IPEA N° 89 – Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil - 28/04/2011.

nando, para cada um como uma via de reconhecimento, através do qual combatemos o sentimento de insegurança ontológica que todos sofremos (BARBOSA, 2010). Nesse sentido, o consumo contribui para a escolha de um estilo de vida através dos gostos e desejos específicos dos indivíduos, como definidor de identidades, sendo o ato de consumir vital e necessário para o autoconhecimento.

Giddens (2002) diz que o estilo de vida é privilégio dos grupos e classes mais prósperos, em nossa sociedade o consumo é um dos principais responsáveis pela demarcação de um estilo de vida. Portanto, os pobres estariam excluídos de ter um estilo de vida, este seria um privilégio das classes média e alta. Quando a carência material é muito grande em nossa sociedade, podemos considerar que não existe um estilo de vida, ou este seria definido pela falta, ou seja, pelas mínimas possibilidades de escolha, pelas escolhas voltadas para a satisfação das necessidades mais imediatas.

Na etnografia citada acima, quando as pessoas eram questionadas a respeito de seu estilo ou modo de vida – já que a expressão “estilo de vida” não faz muito sentido para a maior parte das pessoas desse segmento –, muitas afirmaram não ter um estilo ou modo de vida próprio. Isso pode ser explicado, se levado em consideração que só agora é possível a esse segmento o acesso à escolha dentro de uma gama variada de produtos e serviços. É possível imaginar que talvez, pela primeira vez, essas pessoas comecem a pensar no sentido de ter um estilo de vida.

Ao imaginar um sentimento de pertencimento desse segmento emergente através do consumo, podemos recorrer a ideia de Canclini (2008) de que as mudanças na maneira de consumir alteraram as possibilidades e as formas de exercer a cidadania. Segundo Canclini, as perguntas dos cidadãos em relação ao lugar de pertencimento, aos seus direitos, ao acesso à informação e representatividade de seus interesses são respondidas muito mais “através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos” (Ibid, p.29). A burocracia e as decisões no sentido de uniformizar as sociedades se dão em instâncias globais distantes do cidadão comum. Os bens e as mensagens passam então a se constituir nas coisas mais acessíveis que chegam até nós, e fazemos com eles aquilo que entendemos ser o melhor.

Além dos critérios relacionados ao prazer, ao selecionarmos os bens partimos do critério daquilo que para nós é valioso, que nos representa para

o outro. Uma das condições para a vida social é que todos os participantes compartilhem de um conjunto comum de expectativas normativas sustentadas e incorporadas, ou um imaginário social. Esse imaginário social é construído a partir de um tipo de entendimento comum, de modo que as coisas sejam de um jeito e não de outro (VELOSO e SANTOS, 2009).

Portanto, a identidade é criada a partir do ponto de vista de um grupo, e o estilo de vida é fundamental para a representação dessas identidades. Um imaginário social que informe o que é ser cidadão se constrói entre nós pela mídia e, principalmente, nas camadas populares, pelos meios de comunicação de massa, sobretudo através das novelas de TV (GOMES, 1998).

Esse segmento emergente pode agora, além de sonhar, adquirir e buscar ter uma casa “normal”: com todos os eletrodomésticos, móveis e objetos, o que faz com que se sinta incluído simbolicamente naquilo que foi socialmente construído como o ideal de vida, usufruindo de bens de consumo como eletrodomésticos de primeira linha, aparelhos de TV gigantescos, viagens em cruzeiros pela costa brasileira, alimentação delivery etc.

Nesse sentido é possível imaginar que as pessoas desse segmento percebem no consumo uma possibilidade de construir uma identidade que se conectem ao imaginário social do que é ser um cidadão. A partir da ideia de que os objetos criam e alimentam relações sociais (MILLER, 2009, 2013), e assumindo que consumir e desejar coisas não são particularidades da nossa sociedade, mas algo percebido em todas as sociedades desde as pré-letradas, pois os homens sempre consumiram, fosse as conchas como nos informa Malinowski no kula das Ilhas Trobriand, fosse as riquezas como nos Potlatch dos índios americanos: consumir para de alguma forma dizer quem somos e assim sermos reconhecidos e aceitos.

Ser cidadão para o segmento emergente está alicerçado na ideia de ser o provedor ou a provedora, aquele que consegue nos termos nativos dos interlocutores da etnografia: “uma casa toda pronta”, “ter um nome limpo”, poder “emprestar o nome” e principalmente, ter a sua imagem descolada da imagem do marginal, do vagabundo (ZALUAR, 1994).

Dessa forma, ser visto como um trabalhador e reconhecido no seu meio social como “alguém”. Como no Brasil, ser reconhecido como cidadão, usufruir igualmente dos direitos formais, se aproximar de uma sociedade justa e igualitária é muito mais difícil de ser alcançado, pois depende de mudanças estruturais profundas, a forma mais acessível que as pessoas

do segmento emergente têm encontrado é ver seu esforço materializado em objetos, que aos olhos dos outros podem parecer irracionais, mas que se prestam, além de todas as outras formas possíveis: utilidade, conforto etc., a reforçar a autoestima e ajudar na confirmação de uma identidade que possa ser dignamente compartilhada.

Nesse sentido o fenômeno do consumo da chamada “nova classe média” nos informa muito mais sobre o papel do consumo nas relações sociais, do que a crença delirante de que o Brasil é um país formado por uma maioria de classe média, tomando aqui de empréstimo a ideia de Durkheim (1989) sobre as religiões serem delírios coletivos socialmente construídos.

BIBLIOGRAFIA:

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. “O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas” In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAMPBELL, Colin. “Eu compro, logo existo: as bases metafísicas do consumo moderno”. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo. Edições Paulinas, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2010.

GOMES, Laura Graziela F. Fernandes. *Novela e sociedade no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1998.

GUERRA, Alexandre et. al. (orgs). *Atlas da nova estratificação social no Brasil - vol. I, Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo, Cortez, 2006.

MILLER, Daniel. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo: Nobel, 2002.

_____. *Stuff*. Cambridge: Polity, 2010.

MILLS, C. Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

NERI, Marcelo (coord.). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2008.

_____. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

VELOSO, Letícia; SANTOS, E. Inácio dos. *Consumo e Sociabilidade na Construção do Imaginário Carioca*. IN: BARBOSA, Livia; PORTILHO, Fátima; VELOSO, Letícia (orgs). *Consumo: cosmologias e sociabilidades*. Rio de Janeiro: Maud X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

SANTOS, Figueiredo José Alcides. *Questão de Classe: Teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2004.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER Bolívar. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VICENTE, Eliana. *'Nova classe média'? Uma abordagem antropológica sobre consumo, mobilidade e inclusão social*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFE, Niterói, 2012.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.



DIREITOS E CIDADANIA: ALCANCE, FALHAS E BENEFÍCIOS DE UM PROJETO POLÍTICO

* QUE BRASIL ESTAMOS CONSTRUINDO?

Cândido Grzybowski¹

Meu ponto de partida é reconhecer que estamos diante de um Brasil que está mudado e que novas contradições estão em operação. Mais do que entusiasmo e louvação às mudanças ocorridas, por alguns, ou frustração e desilusão com a esperança de transformações que não aconteceram, por outros, estou, sobretudo, preocupado em avaliar as condições políticas do país diante desta nova situação. Analiso com um objetivo de intervenção na realidade. Por isto, meu compromisso primeiro é ver como radicalizar a democracia entre nós para que o impossível se torne possível e sejamos o país da cidadania plena, da ampliação dos bens comuns e do bem viver, da sustentabilidade social e ambiental, nem que seja para netos e bisnetos. O fundamental é ter presente que o futuro não é um ponto de chegada, é o resultado do que fazemos a partir de hoje. É neste quadro que quero situar o debate sobre “nova classe média”, me perguntando por que ele se instalou entre nós e a que interesses serve.

Não estamos mais naquela situação de capitalismo selvagem da ditadura, sem contrapesos. Nem estamos praticando o liberalismo submisso da agenda do ajuste, com redução do Estado, desregulação, flexibilização de direitos e muito livre mercado dos anos 90. De um ponto de vista de justiça social, fizemos sim avanços muito importantes. Destaco a criação de milhões de empregos com direitos trabalhistas e com redução da informalidade, substancial aumento do salário mínimo legal – padrão de referência de relações trabalhistas para 2/3 da população economicamente ativa do Brasil, diga-se de passagem, – ampliação da cobertura da seguridade social, expansão fenomenal do acesso ao crédito para compra de bens de consumo, inflação em padrões razoáveis para que reine a confiança nos contratos de todos os tipos, entre outros. Avançamos trazendo para

¹ Sociólogo, diretor do Ibase

a agenda pública o velho patriarcalismo e o profundo racismo que impregnam nossa vida no cotidiano, na família, na segmentação territorial, no trabalho, nas práticas e instituições públicas. Mas a mudança ainda é um sonho. E, sim, temos a festejada Bolsa Família e seus derivados, como política focada na miséria e fome. Afinal, com a Bolsa Família como política pública começamos a enfrentar o que é inaceitável, de qualquer ponto de vista e valor ético, que haja gente morrendo de fome num país saudado por ser um dos principais celeiros do mundo. E quem tem fome tem pressa, pois está no fio da navalha entre viver e morrer. Falo isto olhando o Brasil a partir do Ibase, com olhos de Betinho.

Mas, é preciso reconhecer, ao mesmo tempo, que os ganhos em justiça social foram feitos sem mudar substancialmente a lógica do desenvolvimento capitalista, sua estrutura e processo de exploração e concentração de mais valia, transformada em ativos e riqueza de uma pequena, pequeníssima, classe social, porém superpoderosa.

O desenvolvimento entre nós ainda é crescimento a qualquer custo, com relações profundamente desiguais em termos sociais e políticos, com base de operação poluente, mercantilista, industrialista, produtivista e consumista, ainda de viés colonialista e dependente, com prioridade estratégica na produção de commodities, que acentua o seu caráter predatório do grande patrimônio natural do Planeta Terra que nos cabe cuidar. O Brasil pode ser visto hoje como um exemplo tardio de social democracia de bem com o capitalismo – por ser de “baixa intensidade”, na verdade.

Vou matizar melhor meu ponto de vista. De uma perspectiva política, a gente precisa ter presente que a questão da pobreza funciona no Brasil como um divisor político no processo de democratização e nas opções de desenvolvimento. O debate sobre o desenvolvimento entre nós tem sido dominado pela visão e propostas em relação ao quanto, como modelo e estratégia, ele é distributivista e se é capaz ou não de enfrentar a enorme pobreza e a escandalosa desigualdade. Este é o debate entre direita e esquerda que conta no Brasil. O mesmo não acontece na questão ambiental. O debate da destruição ambiental na arena política, quando existe, tende a ser dominado pela questão da justiça social. O grande jogo político se faz em torno da justiça social, onde até amplos setores tradicionalmente predadores e conservadores se valem do argumento social para continuar o seu negócio destruidor dos bens comuns. Considero ainda embrionárias e até aqui com pouca capacidade de incidência política as demandas

por aliar a dimensão da justiça social e a dimensão ambiental, como faces da mesma questão. No Brasil, é ainda muito marginal o debate de alternativas ao desenvolvimento, de mudança do paradigma, de transformação de processos. Fundamentalmente – e ainda mais nos governos petistas, dos últimos 10 anos – quer-se mais e mais desenvolvimento, do mesmo desenvolvimento produtivista e consumista, só que com inclusão social. Hoje estamos diante de um “novo desenvolvimentismo”, na verdade o velho modelo de desenvolvimento capitalista tendo o Estado como indutor, com raízes na CEPAL, combinado com políticas sociais mais ativas em termos de distribuição de parte dos benefícios do crescimento. A lógica de condicionar tudo ao crescimento como prioridade não mudou. Mas ao trazer a questão da inclusão social como um qualificador do crescimento, por menor que seja, está fazendo uma grande diferença. Aí estamos.

QUAL O POTENCIAL DAS POLÍTICAS POR JUSTIÇA SOCIAL?

Fazer as políticas sociais meras condicionalidades que, para serem viáveis, dependem do crescimento econômico, acaba por definir o próprio limite na mudança do desenvolvimento e na busca de sustentabilidade. Ainda pior, as políticas sociais deixam de ser estratégia a serviço de democratização substantiva de estruturas e processos tanto econômicos como políticos, com inclusão em cidadania plena – a sua real inspiração. Não é a universalização de direitos e a emancipação social que estão em jogo, mas é apenas uma mitigação dos efeitos mais perversos, sem transformação da lógica excludente na base da miséria, da pobreza e da desigualdade. Não foram privilegiadas ou fortalecidas as políticas sociais universalizantes com uma perspectiva de cidadania, políticas que implicam redistribuir ativos e riquezas, criando outro tipo de economia e de poder, fazendo a sociedade enfrentar de forma sustentável a lógica geradora da desigualdade social. As políticas sociais adotadas minimizam efeitos, mas não mudam suas causas (Ver a respeito DOMINGUES, 2013).

Parece que o objetivo maior das políticas sociais adotadas é a inclusão monetária no mercado de consumo. Isto, para os milhões sem ou com muita pouca renda, é urgente e necessário, mas insuficiente. Ter renda para pagar escola privada e plano de saúde não é o mesmo que ter garantida a educação pública de qualidade e cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS), como direito universal. São duas concepções e situações distintas de cidadania. Ter facilitado o acesso ao crédito e IPI reduzido para compra

de carro não é garantir o direito de mobilidade em uma grande cidade, – aliás, tão crítica e tão expressão de injustiça social entre nós (isto sem falar que a própria cidade vira mais para carro do que para cidadania). Renda e crédito, como de fato vem acontecendo, retroalimentam e puxam o crescimento da economia, a mesma economia geradora de desigualdade social, pobreza e miséria. Substancialmente, as políticas adotadas vão mais no sentido de criar consumidores e não necessariamente cidadãos. Não estamos ainda diante do direito universal de renda de cidadania, quinhão que cabe a cada um e uma na qualidade de cidadania compartilhada, bandeira da democracia radical.

Este ponto precisa ficar bem explicitado. Nada se fez até aqui para mudar a base da tributação brasileira, regressiva e profundamente injusta, geradora ela mesma da desigualdade. Aumentar o imposto de renda, com novas alíquotas para marajás, rentistas e capitalistas não está na agenda. As grandes fortunas continuam a crescer e o tema da taxaação progressiva de heranças não pode ser tocado. A terra continua altamente concentrada, onde uns 70 mil dos “renovados” latifundiários do agronegócio, tão saudados oficialmente, açambarcam uns 200 milhões de hectares, quase $\frac{1}{4}$ do território do Brasil! E a Reforma Agrária para as quatro milhões de famílias sem terra ou pouca terra..., é bom não falar. Existem ainda os ativos simbólicos, especialmente os saberes e as informações, altamente concentrados. As cotas são um passo significativo no caso de universidades, mas a direção a perseguir é democratizar o acesso à universidade pública e não às bolsas de estudo para a universidade privada. A democratização do acesso à informação entre nós não passou da popularização dos telefones celulares pré-pagos (uso caríssimo, por sinal) e pela compra facilitada de televisores cada vez mais sofisticados para ver a Globo e algo mais de nossa mídia altamente concentrada. A falta de inclusão digital massiva e a democratização dos grandes aparatos de hegemonia, especialmente a grande mídia, são reveladoras do medo de confrontar forças que confundem liberdade de expressão cidadã com liberdade de oligopólios de comunicação. Assim, como resultado de políticas que evitam redistribuir ativos, reais e simbólicos, o grande câncer da desigualdade social, com suas múltiplas raízes e formas, continua corroendo a sociedade brasileira.

Afinal, no campo político progressista da sociedade brasileira, nos contentamos com precariedade mais digna ou ainda miramos o objetivo da dignidade na condição de cidadania para todas e todos? Esta é a ques-

tão de fundo neste debate. Claro que a urgência embutida na precariedade da situação de miséria, de falta de emprego e de renda a que condenamos milhões de brasileiros, demanda ações emergentes. Mas o problema é enfrentar a emergência de modo a que não se repita a sua causa geradora. Ou, em outras palavras, também é urgente e indispensável enfrentar a lógica que para criar riqueza e abundância para uma parte precisa excluir e criar a precariedade de forma estrutural para outra. Isto como direção, como rumo, como projeto. Renunciar de antemão a uma estratégia de mudança desde aqui, com políticas de emergência que se combinem com outras que as tornem desnecessárias amanhã, é aceitar a derrota frente à desigualdade social estrutural. Pior, é tornar a emergência um permanente inevitável, uma mazela com a qual teremos que conviver para poder desenvolver. Será que não está na hora de nos perguntarmos o que precisa e pode ser mudado na economia e no poder enquanto fazemos bem a ética e o politicamente necessário diante da emergência?

POR QUE ESTE “REFORMISMO FRACO” SEM MUDANÇA DE RUMO?

Empresto de André Singer a qualificação de “reformismo fraco” para o atual momento brasileiro. Mas já não concordo tanto com a sua hipótese do “lulismo” como uma espécie de cesarismo, para explicar o “realinhamento político” social (de classes) e geográfico (territorial) operado no Brasil (SINGER, 2012). Estamos diante de história em processo, com a estrutura de classes, os interesses e as lutas e, sobretudo, a hegemonia política – que legitima e dá direção ao desenvolvimento capitalista de país emergente – apresentando mudança de rumos e sentidos. Os limites e as possibilidades dos sonhos e das ideias, das opções feitas e sua transformação em políticas se configuram em tal caldeirão de relações de forças e de poder.

Indo direto ao ponto, a questão que me perturba mais nesta análise é o quanto o PT cedeu e como isto mudou o seu DNA como partido e expressão de aliança entre sindicalistas e movimentos sociais e populares. Lembro aqui minha análise de 2004, “Cidadania Encurralada”, tentando entender o governo petista ainda lá na origem (GRZYBOWSKI, 2004). Cito textualmente: “Para a conquista do poder hegemônico na sociedade brasileira, o PT se aliou a setores empresariais globalistas e arrastou parte significativa dos outros segmentos desenvolvimentistas, até aí reticentes diante do petismo. Diferentemente dos tucanos, que tem globalistas como parte do seu DNA, petistas fazem uma espécie de engenharia genética para se aliar a

essas forças. É a tal Carta ao Povo Brasileiro. Para nossa infelicidade, parece que o transgênico político vingou e vem transformando o petismo.”

Hoje vou um pouco mais fundo nesta questão, mas não escondo minhas dúvidas sobre as conclusões a que chego. Lembro aqui o conceito de “transformismo”, utilizado por Gramsci na análise do Ressurgimento italiano (GRAMSCI, 1978). De modo muito direto e simples, ocorre o “transformismo” quando uma força política potencialmente revolucionária acaba “guiada” por interesses até opostos aos seus. Não vejo outro conceito melhor que o “transformismo” para definir a guinada do PT, que lhe garantiu vitória e permanência no exercício do poder, o apoio e a adoção ativa do projeto desenvolvimentista do grande capital nacional pelo petismo – que não era o projeto original, – com o Estado indutor, mesmo com condicionalidade sociais distributivas (as políticas sociais adotadas).

Claro que tudo isto é complexo, contraditório, explicável. Não estamos somente diante de opções e, de meu ponto de vista, de renúncias fundamentais. Sou o primeiro a dizer que precisamos ver a correlação de forças, aliás, o elemento central no método de análise de Gramsci (ver GRAMSCI, 1978b). Para ele, o fundamental em qualquer situação é a hegemonia, entendida como direção política, moral e intelectual. Ganhar uma eleição não significa per se hegemonia. É hegemônica a força ou correlação de forças capaz de ser portadora de sonho e projeto, imprimir rumo às políticas emanadas do poder conquistado e ser vista com legitimidade política, intelectual e ética para exercer o poder. Temos uma hegemonia, sem dúvida. Petista? Sim e somente se o petismo – ou lulismo, como alguns preferem – significar apoio ao grande capital nacional com políticas sociais distributivistas de ganhos de crescimento. Penso que estamos diante da retomada do projeto de país emergente e grande da nossa burguesia, projeto inviabilizado pelo seu caráter selvagem e autoritário durante o período do neoliberalismo tucano. Projeto tornado possível pelas condicionalidades de justiça social petista. É duro constatar isto, mas é o que as minhas análises de intelectual e ativista da sociedade civil me põem no colo (ver GRZYBOWSKI, 2012).

Não estou querendo julgar quem quer que seja. Se assim fosse, eu deveria ser um dos julgados, pois pus minha vida em tudo isto. Estou é querendo ver luzes por onde sair deste impasse. Para isto vale lembrar aqui dois elementos fundamentais. Um está expresso muito bem por

Fábio Konder Comparato, numa brilhante análise do julgamento do mensalão. Ele analisa o poder em dois níveis: um oficial, com grande visibilidade, do Executivo, Legislativo e Judiciário, órgãos auxiliares e partidos políticos; o outro é quase sempre oculto, mas que suplanta o primeiro, formado pelo grande empresariado financeiro, industrial, comercial, de serviços e do agronegócio. Este segundo tem aliados históricos na corporação militar e na classe média superior e conta com o aparato ideológico e cultural controlado pelo oligopólio empresarial da mídia (vale a pena ver a respeito disto o artigo de Leandro Fortes, “Saudades de 1964”). Como estamos falando de poder e hegemonia, com um governo petista de plantão e a direita extremamente ativa, tal lembrança é fundamental.

O outro elemento que importa lembrar aqui é o que brilhantemente destaca Francisco Fonseca em seu pequeno artigo na Carta Maior “Travas do sistema político às políticas públicas”. Ele analisa os limites para ganhar hegemonia eleitoral e poder governar. Segundo o autor, é necessário aceitar as regras do jogo. Para o PT tornar-se um partido do poder, ele se submete a aceitar as seguintes regras: “financiamento privado de campanhas, coligações eleitorais e coalizões governamentais amplas e contraditórias, negociação do programa de governo e enfática mensagem, simbolizada pela ‘Carta ao Povo Brasileiro’, de partido da ‘ordem constituída’ (FONSECA, 2013). Lembro aqui Singer, com base nas pesquisas eleitorais, que aponta um realinhamento do que ele chama de “subproletariado” - muito melhor que “nova classe média”, diga-se de passagem, - historicamente conservador, ao petismo e ao lulismo devido, exatamente, a este compromisso de não subverter a ordem.

Enfim, sintetizando, penso que o PT e seu grande líder Lula fizeram e fazem diferença no panorama político brasileiro, latinoamericano e mundial. Abrem novas possibilidades e muitas contradições e desafios. O preço que o PT está pagando é ter que renunciar a ser força transformadora e ficar numa posição de coadjuvante num jogo maior de relações de forças, determinado pelos que detêm e ampliam seu poder real na economia, no Estado e na sociedade, com um projeto de Brasil emergente, grande e sócio do pequeno clube de um novo surto capitalista mundial. Para a cidadania, o preço é saber se reposicionar para permitir que nova e mais radical onda de democratização surja das entranhas de nosso país.

PARA FINALIZAR: POR QUE E PARA QUE PROJETO A BUSCA DE UMA “NOVA CLASSE MÉDIA”?

Não me cabe entrar nas estatísticas, que por sinal valorizo, para reconhecer que algo mudou na base da sociedade brasileira no contexto do governo petista. O que questiono é a apropriação do fenômeno como “nova classe média”. Primeiro, de meu ponto de vista, tal categorização é até uma desqualificação do que vem ocorrendo. Não estamos diante de uma mudança de classes sociais. Mudou, e um bocado, o consumo popular. Que bom que amplos setores da população, excluídos de muitos bens de consumo apregoados com indicadores de usufruto da civilização industrial, produtivista e consumista, tenham acesso a eles. Isto muda a vida? Sim, até certo ponto.

A cesta de consumo muda, mas de jeito nenhum a condição de classe. Não cabe entrar aqui em todo o debate teórico e político sobre classes sociais. Simplesmente, basta lembrar que as classes sociais não são uma linha ascendente, mas uma estrutura de relações que as opõem umas às outras e as diferenciam. O esforço de ver classes sociais por nível de consumo é politicamente direcionado. Trata-se de ocultar a lógica subjacente que opera numa sociedade, onde para ser rico tem que ter pobre, patrão supõe empregado, dominante implica em dominado. Na verdade, ter como projeto criar e ampliar classes médias é mascarar a hegemonia reinante que visa poder manter tudo como é. Isto não significa nada mudar. Pelo contrário, trata-se de mudar algo para não transformar o essencial. O ideal de criar classes médias ampliadas é essencial num tal projeto.

Parece providencial poder apregoar o crescimento da classe média, a la norteamericana, no contexto que chamo de “transformismo” do PT. Afinal, está bem presente entre nós o ideal do jeito americano de viver, da competição e do sucesso individual, uma espécie de modelo fantasma, um poderoso cimento ideológico e cultural, que minimiza diferenças e desigualdades estruturais. As próprias religiões pentecostais, em plena expansão, alimentam isto como desígnio de Deus. Mas não dá para esquecer o quanto a grande mídia é veículo de tal visão e valores. Acima de tudo, porém, é fundamental questionar a adoção pelo PT de tal visão. O projeto desenvolvimentista definido antes e fora dele, mas ao qual ele aderiu de forma subserviente, emprestando a sua legitimidade trabalhadora e popular para torná-lo viável, tenta se justificar expandindo “classes médias”. O cúmulo é avaliar as importantes políticas sociais, adotadas como

condicionalidades, com tal chave. Aí estamos politicamente derrotados. Precisamos redefinir caminhos e rumos. Mas como mudar?

Sou dos que pensam que a onda democratizadora que nos levou aos governos petistas está rebentando e se esgotando na praia. Não vai dar muito mais do que deu até aqui, estas novas e importantes contradições e desafios, que tendei caracterizar. Definitivamente, não é o país assim que ainda sonho construir, nem penso que é tal Brasil que a nascente cidadania planetária precisa. Desta coalizão de forças e da hegemonia constituída, que tem o PT como protagonista no nível oficial, não dá para esperar outra coisa, especialmente não dá para esperar transformações substantivas. O fato relevante, diante disto, é que nova onda precisa ser gestada desde aqui e agora. Na minha opinião, precisamos voltar às bases, fazer o que fizemos na resistência e derrota da ditadura. Trata-se de um trabalho de educação popular e cidadã, na visão libertária de Paulo Freire. Só que a realidade é outra. Estamos numa democracia e com amplo espaço de liberdade. Estamos, além disto, diante de uma realidade em que emergências mudam e os desafios mais claros são garantir direitos. Pior, começamos a ver que não dá para avançar em direitos sem, ao mesmo tempo, avançar em sustentabilidade, ela mesmo um direito. Por isto, para justiça social sustentável precisamos de outra economia e de outro poder, pois o desenvolvimento como o entendemos não basta. Precisamos deixar de pensar em democratizar o desenvolvimento, distribuindo os seus benefícios, pois ele mesmo precisa ser questionado e alternativas a ele precisam ser construídas.

Acabo me perguntando: qual a agenda no aqui e agora? Como agir? Que métodos políticos e que pedagogia de disputa de hegemonia a inventar? Que papel devem desempenhar as organizações de cidadania ativa neste particular? O certo é que não dá para ficar quieto, esperando.

BIBLIOGRAFIA

COMPARATO, Fábio Konder. *Para entender o julgamento do “mensalão”*. 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materia-Mostrar.cfm?materia_id=21075>.

Acessado em: 01 Mar 2013.

DOMINGUES, José Maurício. *O Brasil entre o presente e o futuro*. 2013 (está no prelo)

FORTES, Leandro. *Saudades de 1964*. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/saudades-de-1964-2/>>.

Acessado em: 01 Mar 2013.

GRAMSCI, Antônio. “O Ressurgimento”. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo : Martins Fontes, 1978, p.275-309.

_____. “Análise das situações. Relações de força”. In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3.ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p.43-54.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Cidadania encurralada. Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n.23, ago-set, 2004, p.8-14. Disponível em: <<http://issuu.com/ibase/docs/democracia-viva-23>>. Acessado em: 01 Mar 2013.

_____. *Como criar as condições para a “Grande Transição”?*. Rio de Janeiro, Ibase, 2012. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/brasil-como-criar-as-condicoes-para-a-grande-transicao/>>. Acessado em: 01 Mar 2013.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

* ENTRE SAIR DA POBREZA E INGRESSAR NA CIDADANIA

NOVA CLASSE MÉDIA: UTOPIA DE UM FUTURO FUGAZ?

Amélia Cohn¹

Reitera-se por meio de métricas e cálculos sofisticados a emergência de uma nova classe média no Brasil, fenômeno que aponta a promessa de um futuro pleno de “janelas de oportunidades”. De fato (e não é o caso de reiterar aqui), a sociedade brasileira apresenta na última década uma mobilidade ascendente de renda dos segmentos mais pobres da população, fruto, como é consenso, do aumento real do salário mínimo, do valor dos benefícios da previdência social (contributiva e não contributiva) e da criação de empregos formais. A questão que se coloca é se esse fenômeno pode ser confundido com a emergência de uma NCM, e o que isso significa em termos de sinalizações sociais e políticas para a construção de projetos nacionais.

Um primeiro movimento a ser feito, nesse sentido, é distinguir a “velha classe média” dessa “nova”. Segundo vários autores, aquela se identifica com a manutenção do seu *status quo* social e econômico e, portanto, também político, porque lhe permite manter-se nesse patamar; enquanto a NCM identifica-se com uma promessa de futuro de ascensão social, com o “buscar progredir na vida”. Em suma, com o velho e já conhecido *self made man (woman)*. Mas, de uma forma ou de outra, o que a classe média (nova ou velha) coloca em pauta é a resistência a mudanças, a pactos e contratos de solidariedade social que se traduzam em políticas públicas promotoras de maior igualdade e equidade em nossa sociedade.

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/Unisantos e Pesquisadora sênior CNPq

Isso não porque seja intrínseco desses indivíduos assim pensar e agir, mas porque – voltando agora ao velho Polanyi² – acreditam no mercado e na sua capacidade de criar oportunidades “justas” para aqueles que se esforçam via trabalho e busca de maior qualificação. Em decorrência, organizam-se (individual e socialmente, até em redes) em torno do ganho monetário mais do que das necessidades de sobrevivência. Assim, o discurso da emergência da NCM vem ao encontro daquilo que Polanyi apontava em meados do século passado: que as novas dinâmicas econômicas capitalistas de então faziam com que o sistema econômico não mais estivesse encastelado no seio das instituições sociais tradicionais fundadas em modelos sociais como idade, sexo, parentesco, mas se transformado em algo infiltrado na sociedade; e que, portanto, para que se entenda a economia, isso não poderia ser feito desconhecendo-se o tecido das relações sociais.

NOVA CLASSE MÉDIA:

PRINCÍPIOS DE COMPORTAMENTO OU FORMAS DE INTEGRAÇÃO

Temos então um segundo movimento. E mais uma vez recorrendo a Polanyi, porque ele aponta que se faz necessário, no estudo desses sistemas econômicos – e, acrescentamos, dessas sociedades, – precisar o que permite a estabilidade e unidade (a ordem) dos processos econômicos: se estes estão pautados por “princípios de comportamento” ou por “formas de integração”. Esta distinção é fundamental. Em primeiro lugar, porque no primeiro caso o que prevalece são comportamentos plagiados, atitudes passivas de indivíduos receptores de um conjunto de valores e normas de comportamento. Normas estas que, por sua vez, em grande parte advêm não somente da rede de sociabilidade à qual almejam pertencer – e serem reconhecidos por ela como iguais – como também das próprias políticas públicas governamentais. Tudo isso, claro, muito bem amalgamado pelos meios midiáticos e pelos formadores de opinião vinculados à resistência de qualquer outra política e projeto nacional de caráter mais equitativo. Já no segundo caso, a dinâmica econômica pautada por “formas de integração” implica ir muito além da simples aderência ao *status quo* via consumo, fonte de renda e aspirações que garantam esse padrão, mas buscar de forma autônoma e consciente integrar-se na sociedade buscando dela participar e nela se inserir de forma sustentada – o que vai muito além dos limites estreitos, mas impiedosos, do mercado.

2 POLANYI, K. A Grande Transformação. As origens da nossa época. Editora Campus. Rio de Janeiro: 1980.

Dessa forma, classificar a sociedade brasileira em termos de segmentos ou estratos de renda – seja pelo parâmetro que determina que a partir de R\$261,00 per capita/mês estar-se-ia na classe média, seja pelo parâmetro do Banco Mundial de 10,00 US\$/dia – pouco significa em termos de se avançar no entendimento das novas redes e padrões de sociabilidade que as políticas recentes (de aumento real do salário mínimo, da previdência social e de transferência de renda) vêm favorecendo. O que importa é deslindar os limites desse processo de inclusão via mercado de segmentos sociais antes dele excluídos num modelo de desenvolvimento que dificilmente restabelecerá a sociedade salarial, que foi a base dos modelos de *welfare state* mais consequentes e mais sucedidos. Não é por acaso que atualmente, aqui e acolá, surge o termo *workfare* substituindo o *welfare*.

Com isso, introduz-se outro movimento. Não se pode desconhecer que a classe média tradicional vem há muito sofrendo um processo de crescente proletarização, seja vinculada ao serviço público, seja ao setor privado. Proletarização esta vinculada não ao valor do salário mínimo, mas à precarização das condições e dos contratos de trabalho. Hoje não basta ser engenheiro para garantir uma renda compatível com os padrões daquela classe média; é necessário ser um engenheiro muito bem formado, e que tenha a sorte de ser absorvido pelo mercado de trabalho imediatamente pós-formado, antes que se torne obsoleto. Tão pouco se vive mais das tradições e dos costumes (tidos sempre como “bons”) dos antepassados; há que se ir à luta e conquistar, custe o que custar, espaço no mercado de trabalho, cada vez mais seletivo e cada vez mais algoz com relação àqueles que têm a “sorte” de nele conseguir se encaixar.

Mas essa NCM também é objeto de desejo desse mercado. Não são poucos os estudos que apontam e demonstram que ela significa um nicho de mercado precioso para setores como educação e saúde, por exemplo. Tanto assim que estamos na denominada terceira geração de privatização desses serviços essenciais, bens de consumo fundamentais porque respondem a necessidades básicas da população e são de responsabilidade do Estado. E como conseguem esses nichos de mercado? Através da popularização dos planos de ensino, preocupados em fornecer profissionais formados somente o suficiente para o mercado, e dos seguros e planos privados de saúde, que passam a ofertar “pacotes básicos” de seguros. Qual a consequência disso? De um lado, o reforço da valorização da situação dos indivíduos no mercado, como alvo para a satisfação de suas necessidades a ser atingido por meio

de recursos próprios e individuais; e de outro, particularmente no caso da saúde, sobrecarga dos serviços públicos estatais (Sistema Único de Saúde – SUS) pela precariedade de cobertura dos planos e seguros privados de saúde.

Nesse sentido, revela-se bastante distinto colocar a ênfase nos fenômenos sociais recentes de diminuição da desigualdade e do contingente de indigentes e pobres no país, tomado como um fato em si, e o que ele significa ou poderia estar significando para o futuro de nossa sociedade e dos projetos nacionais, ou enfatizar a emergência da NCM. Pois o que está em questão aí é o padrão de sociabilidade e inserção social – mais ou menos justa, mais ou menos equitativa – regido por contratos de solidariedade social, que por sua vez se traduzem em políticas econômicas e sociais que tenham maiores ou menores efeitos redistributivos.

AS POLÍTICAS SOCIAIS E A ESFERA PRIVADA DA VIDA SOCIAL

São inúmeros os estudos e análises que apontam os efeitos das políticas sociais de 2003 para cá sobre a mobilidade de renda dos segmentos mais pobres do país. Mas, como aponta Pochmann, entre outros, ela não vem acompanhada da redistribuição da propriedade, o que lhe impõe sérios limites para que siga prosperando. Por outro lado, não se pode menosprezar esse impacto, nem muito menos ignorar o acesso a “novas janelas de oportunidade” que esse processo vem gerando para segmentos significativos da sociedade.

Há, no entanto, que estar alerta para o fato de que com isso estão também sendo gerados valores e representações sobre a própria sociedade, o papel do Estado e as responsabilidades sociais deste e dos indivíduos. E um primeiro efeito é o reforço da concepção, de raiz neoliberal, de que a responsabilidade pelos riscos sociais de cada um reside na esfera privada da vida social, dado que ter capacidade, vontade de trabalhar e investir esforços próprios (tudo isso associado com a “sorte” ou a vontade divina) são tidos como elementos que por si só garantem o sucesso na vida, vale dizer, no mercado.

É inquietante, ou no mínimo instigante, por exemplo, recordarmos os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, tanto os movimentos populares quanto o novo sindicalismo. Foram capazes, então, junto com outros segmentos e organizações da sociedade, de constituir um fenômeno social e político novo no país, com grande capacidade de mobilização³. Indo mais

³ Ver a respeito SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1988.

para trás, na década de 1950, temos as Ligas Camponesas, que igualmente mobilizavam o setor dos trabalhadores rurais com a demanda fundamental de “ingressarem na cidadania”. Pois independentemente do revestimento político, as demandas concretas dessas forças sociais eram por legislação trabalhista no campo. Ambos os momentos revelam com clareza que o que regia esses movimentos era um novo projeto de sociedade, que sedimentava e articulava sua atuação. Projeto este coletivo, de participação social, de fortalecimento da esfera pública, enfim, de enfrentamento por um maior grau de democracia, política e social. Corrobora isto o acentuado isolamento político em que se encontra atualmente o MST (Movimento dos Sem Terra).

Daí ser fundamental olhar a emergência do que se denomina de NCM pelo prisma do que ela vem apontando, ou projetando, em termos de projeto político para o futuro próximo e a médio prazo da sociedade brasileira. Para tanto, dadas as desigualdades de nossa sociedade, as políticas sociais cumprem um papel fundamental, não só do ponto de vista distributivo da renda, mas, sobretudo, dada a perspectiva que aqui se adota, da constituição de indivíduos cidadãos, no sentido pleno do termo.

Em artigo publicado em 1987, Wanderley Guilherme dos Santos⁴ aponta a imprecisão e a polissemia do termo política social. Seu objetivo no texto é desenvolver a tese de que a escolha de uma política social é sempre trágica, porque nela está implicada a escolha de um princípio de justiça frente a outros historicamente possíveis em contextos sociais concretos. É disto que se trata quando se analisa o perfil de proteção social que vai se construindo no Brasil contemporâneo.

Dessa perspectiva, não há como negar os avanços da primeira década deste século até o presente momento. Mas como todo processo histórico, avanços que vêm mesclados com ambiguidades e retrocessos, que certamente irão se refletir no cenário onde são definidas e redefinidas as políticas sociais. Desta perspectiva, o que está no cerne da questão é em que medida as políticas sociais, ou o perfil de proteção social brasileiro, que abarca o conjunto delas, aponta para a constituição dos direitos sociais, quebrando nossa herança de direitos como privilégio porque têm origem em atributos meritocráticos corporativos ou individuais.

4 SANTOS, W. G. A Trágica Condição da Política Social. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G.; COIMBRA, M.A. Política Social e Combate à pobreza. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro: 1989. 2a Ed. Pp. 33-63.

Mas se não se trata somente de tentar analisá-las abstraíndo-se os princípios de tipo procedimental contratualista, como adverte Santos, uma vez que o que se busca é o princípio de justiça que as norteia. Não há como desconhecer o avanço que a Constituição de 1988 representou no que diz respeito aos direitos sociais. Mas também há que se reconhecer que, se desde então houve avanços na área social, e muito mais significativos na atual década, isso não nos impede de indagarmos se eles foram capazes de quebrar o círculo de ferro que delimita essa área no campo quase que estritamente da acumulação econômica. Não há como desprezar nossa herança histórica de construção de um modelo de proteção social que essencialmente estava voltado para o mercado de trabalho, os assalariados urbanos e depois os rurais, e que em assim sendo, apesar do poder distributivista da previdência social, acaba reproduzindo as diferenciações criadas pelo próprio mercado, ao invés de desmercadorizar o acesso a esses direitos – haja visto que os estratos de faixas de benefícios ainda são definidos pela posição dos indivíduos no mercado.

Por outro lado, se na assistência social os avanços são extremamente significativos nesse período mais recente, não há como negar que a constituição do acesso a benefícios e serviços por ela prestados como um direito ainda está longe de ser conquistado. Pesam aqui a tradição histórica de que benefícios e serviços não-contributivos constituem um “favor” do Estado e não um direito dos cidadãos.

SAÚDE, EDUCAÇÃO E O PERFIL DO MODELO DE PROTEÇÃO SOCIAL

Quanto à saúde, os avanços do SUS são reconhecidos inclusive internacionalmente. No entanto, há que se temer sobre os rumos que as políticas de saúde vêm tomando no período mais recente: de um lado a crescente falta de integração entre os níveis de menor e maior complexidade no atendimento dos usuários, o que fere o princípio da integralidade da atenção à saúde; e de outro o transplante em ritmo vertiginoso de formas de gerência dos serviços estatais públicos da administração direta para os contratos de gestão com parceiros constituídos por organizações sociais. Aqui, ao contrário do caso

5 O termo mercadorização aqui utilizado remete ao fato de os benefícios sociais previdenciários terem como parâmetro o salário pago pelo mercado. Mercantilização remete ao fato de os bens de consumo coletivos voltados à satisfação das necessidades básicas dos cidadãos sofrerem um processo que os submetem à lógica do mercado: de bens essenciais transformam-se em bens de consumo, qual mercadorias.

da previdência social, talvez coubesse melhor o termo mercantilização para qualificar esse processo: a saúde como um bem de consumo⁵.

Na área da educação os avanços também foram significativos nesse período mais recente. Universalizou-se o acesso ao ensino fundamental, restando agora a questão da sua qualidade, e ampliou-se o acesso ao ensino superior. Não obstante, junto com a emergência dessa NCM vem o denominado “apagão de mão de obra”, apesar da criação de inúmeros programas de capacitação de mão de obra.

Mas apesar da ênfase dos governos Lula e Dilma em investimentos na área social, o perfil do modelo de proteção social que se vem conformando por meio desses programas e políticas acaba sendo ambíguo. De um lado, a reafirmação dos direitos sociais nas áreas de saúde e educação; de outro, reformas (ou tentativas subsequentes de reforma) do sistema previdenciário que sofreu um dos seus golpes mais significativos ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi aprovado o critério para aposentadoria por tempo de contribuição e não por tempo de serviço. Porque com isto transplantou-se para a responsabilidade do trabalhador sua capacidade de contribuição num mercado de trabalho formal cada vez mais seletivo e caracterizado pela alta rotatividade nos postos de trabalho que o mercado cria.

Completa o quadro a extensão dos programas de combate à pobreza, por meio de programas de transferência condicionada de renda e esforços no sentido de maior focalização das políticas sociais universais, como saúde, por exemplo. Exemplo deste é o Brasil Carinhoso; exemplo daquele é o Brasil sem Miséria, ambos criados no governo Dilma. Destaque-se que esses programas, extremamente significativos no combate à pobreza e com largo impacto social no sentido de inserir dos pobres e indigentes no mercado, monetarizar as economias dos rincões do país, e com isso dinamizar as economias locais, não se caracterizam como direitos universais.

Por outro lado, esses programas são complementados com as assim denominadas condicionalidades – a contrapartida da responsabilidade das famílias para o recebimento do benefício – que incidem sobre saúde e educação, direitos universais. Certo que assim se retroalimentam; mas igualmente certo que direitos, nesses casos, viram imposição: frequência das crianças à escola e a programas de saúde voltados a elas e a gestantes e nutrízes. Cria-se então uma intrincada sinopse de significados e representações, por parte desses indivíduos, entre direito e monitoramento do seu comportamento, o que lhe tolhe a autonomia e a possibilidade de criação

de novas e independentes identidades sociais que respeitem mais de perto suas origens sociais e sua diversidade.

Por outro lado, se o acesso a bens de consumo básicos é um fator essencial para que os indivíduos possam sequer vislumbrar a possibilidade de conquistarem a cidadania, o que significa que acesso a renda é fundamental, este tem que ser um acesso sustentado de modo a poder dar um mínimo de segurança e permanência de condições de vida a eles. E esse acesso sustentado a fontes de renda e de sobrevivência não é garantido nem pelos programas sociais que incidem sobre não-direitos, e muito menos pelo mercado de trabalho, cada vez mais instável.

Da mesma forma, ser cidadão é ser portador de direitos civis, sociais e políticos, como nos ensina Marshall em sua obra clássica. No que diz respeito aos direitos sociais, eles implicam que o Estado seja capaz de provê-los de forma continuada e sustentada. O que não vem sendo o caso tanto na saúde como na educação. É significativo que nas cartas que beneficiários e candidatos a beneficiários do Bolsa Família escreveram para o então presidente Lula⁶ a necessidade dos recursos do programa é remetida com enorme frequência para a garantia de compra de material escolar e de roupa para as crianças frequentarem a escola, e com maior frequência ainda para a compra de medicamentos, pagamento de procedimentos médicos não acessíveis pelo SUS, ou mesmo de traslado para outras cidades com a disponibilidade de serviços médicos necessários. Neste sentido, o programa Bolsa Família vem cobrir as insuficiências (e assim complementar em aspectos essenciais) das políticas sociais universais. E mesmo no caso da previdência social, ficam escancaradas as situações da falta de acesso a ela devidas a sua dinâmica de funcionamento.

Mas como a sociedade é essencialmente permeada pelo mercado, isso significa que com essa tendência o que se está alcançando é exatamente trazer para a esfera das famílias, a esfera privada da vida social, responsabilidades públicas de enfrentamento dos riscos sociais. Perde-se, com isto, qualquer traço de solidariedade social inerente aos sistemas de proteção social. Mais que isso, não se vislumbra, no atual estado das coisas, traços de garantias mínimas de acesso às políticas e progra-

⁶ COHN, A. Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais. Pensamento Brasileiro. Azougue Editorial. Rio de Janeiro: 2012.

mas sociais que não sejam segmentados – com isso, fracionando ainda mais a clientela, vale dizer, a sociedade.

E nunca é demais lembrar que a condição de cidadania não se restringe a estratos de renda, e que muito menos quando se designa de NCM um deles, que isto diga respeito tão somente a uma mera categoria estatística. Sua nomenclatura e o discurso com o qual vem revestido remetem a todo um ideário que envolve padrões de consumo e de vida em que o indivíduo, e não a sociedade, é o que conta. E com isto comprometem-se projetos para nossa sociedade que construam e apontem para padrões mais igualitários e democráticos de convivência.

* TÊNIS, BERMUDA, FONE NO OUVIDO... VAI SAÚDE E EDUCAÇÃO TAMBÉM?

Claudio Salm e Lúgia Bahia¹

Nesse artigo buscamos examinar alguns aspectos das relações entre a chamada “Nova Classe Média” (NCM) e as políticas de saúde e educação.

Graças ao ciclo ascendente do mercado mundial de *commodities* e do consequente aumento na nossa taxa de crescimento do PIB, a partir de 2003 grandes contingentes de trabalhadores foram incorporados à base da nossa pirâmide ocupacional urbana, especialmente nos serviços. Esse surpreendente aumento do emprego concentrou-se em ocupações de menor qualificação, mas típicas dos decis situados logo acima dos relativos à pobreza e à miséria. A multidão recém incorporada dessa forma ao mercado foi denominada por uma sociologia de araque de “Nova Classe Média”.

Para começar, não cabe repetir aqui todas as críticas já feitas ao conceito de “NCM” (POCHMANN, 2012; QUADROS, 2009; SOUZA, 2009). Basta lembrar que o conceito de classe média construído pela sociologia clássica enfatizava ou a propriedade ou a educação diferenciada desses segmentos. A nova denominação reduz o conceito de classe média à dimensão econômica da renda - àqueles capazes de abrir um crediário. Dessa forma, transfigurou-se o conceito de classe média em média das classes. De fato, “(...) nada obscurece de modo tão eficaz a nossa visão social quanto o preconceito economicista” (POLANYI, 2012: 372).

Mas, independente do nome, do rigor conceitual, trata-se de fenômeno importante e que deveria suscitar várias indagações interessan-

¹ Cláudio Salm é professor aposentado do IE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Lúgia Bahia é professora da Faculdade de Medicina e do Instituto de Saúde Coletiva da UFRJ.

tes. Que impactos teriam essas transformações econômicas e sociais sobre as necessidades de saúde? Que novos desafios seriam apresentados à educação? Sabemos que os riscos a que estão expostos os vários segmentos da população podem variar em função da renda e da ocupação, o que irá redefinir o perfil epidemiológico. Sabemos também que as habilidades requeridas do jovem que ingressa na indústria diferem daquelas valorizadas nos serviços, o que apresenta desafios para uma educação que se pretende orientada para a empregabilidade. São todas, sem dúvida, questões relevantes e familiares aos cientistas sociais.

Entretanto, não são essas as interrogações que têm dominado o debate sobre os impactos provocados pelo dinamismo e pelas alterações na nossa estrutura ocupacional. Pode parecer estranho, mas o que resalta nesse debate hoje é uma discussão sobre a suposta “preferência” da “nova classe média” (haja aspas!) por serviços privados de saúde e educação. Enquanto aquelas questões, relativas às mudanças nas necessidades sanitárias e educacionais em função das transformações econômicas e sociais fazem sentido, a discussão aqui abordada - se os atendimentos devam ser públicos ou privados - constitui, *per se*, tema bizarro. A origem dessa discussão, que não se refere nem às coisas da lógica nem à lógica das coisas, poderia ser mais bem traçada por um Freud, mas, já que foi nesses termos que o debate tomou conta da área, não podemos nos furtar a participar.

É uma ironia, mas, em que pese a forte retórica antiliberal, foi nos governos Lula que mais se consolidou a saúde e a educação como *business*, o que pode ser constatado de vários ângulos - seja pela enorme expansão das atividades privadas tanto em saúde como em educação, seja pela abertura de capital em bolsa de empresas desses setores que a partir de 2004 tornam-se grandes empreendimentos.

Foi nesse período que se estabeleceu uma forte associação entre a emergência da chamada “nova classe média” e uma suposta preferência pelas soluções de mercado na prestação de serviços de saúde e de educação.

Tal associação, ainda que pudesse ser passível de verificação empírica, seria espúria. Carece de fundamentação teórica, antecedentes históricos e até mesmo de bom senso mercadológico. Desse último ponto de vista, o máximo que se pode afirmar é que segue vigente o velho “feito demonstração” - não há nada que prenuncie um comportamento diferente por parte dos segmentos emergentes, ainda mais num mundo dominado pela

propaganda em todas as mídias e às quais a “nova classe média” tem amplo acesso. Se, digamos, as classes médias tradicionais sempre demonstraram uma preferência pela escola básica privada e pelo ensino superior público, o mais provável é que, pelo efeito demonstração, a NCM irá reproduzir o mesmo padrão de comportamento.

Assim, dessa perspectiva econômica estreita, a emergência da “nova classe média” representaria mais do mesmo. Esses novos segmentos são, antes de tudo, apenas novos consumidores; aqueles capazes de comprar um plano de saúde e de pagar matrículas em estabelecimentos particulares de ensino em qualquer nível e modalidade (como informática, inglês, espanhol ou mandarim). Não seriam portadores de qualquer renovação de valores, nem trariam qualquer mensagem de mudança. Nesse sentido, são conservadores como bem mostrou o filme “Família Braz”. Do ponto de vista da demanda, não haveria nada de específico, de diferenciado, nessa expansão do mercado de educação e de planos de saúde que pudesse ser atribuído à emergência da NCM.

Pode ser tentador pretender dizer qual a preferência deste ou daquele segmento a respeito do atendimento público e do privado, como também seria fácil conseguir fragmentos de evidência que possam respaldar uma preferência pelo mercado. Mas, nenhum analista sério deveria alardear fazer uso desse eventual consenso a respeito da preferência pelos serviços privados. Nessa matéria, não cabem pesquisas de opinião. Afinal, não estamos num programa de auditório (“Vocês preferem SUS? Vocês preferem plano? Vocês querem bacalhau?”). Formular políticas tão importantes quanto são as políticas de saúde e de educação com base em suposições a respeito do individualismo metodológico é levar a falácia economicista ao absurdo (POLANYI, 2012).

Do lado da oferta, quer dizer, dos interesses empresariais envolvidos, o aumento da classe “C” e a crescente mercantilização da educação e da saúde, representa, tão somente, mercados em expansão, sejam mercados de bens e serviços, sejam de novas frentes de acumulação financeira. O fato de essa expansão ser turbinada por estímulos e renúncias fiscais em nada altera sua natureza. Quanto mais a demanda puder ser atendida por recursos fiscais, melhor para a “indústria”. A recente reunião de empresas de planos e seguros de saúde com a Presidente Dilma e diversos Ministros (divulgada pelo Jornal Folha de São Paulo em 27/02/2013) imprimiu à atual agenda política o estilo do regime militar de atribuir às empresas privadas a res-

ponsabilidade pela assistência à saúde com apoio de recursos públicos. Nos anos de chumbo, a transferência de recursos públicos à demanda e oferta de serviços privados de saúde estimulou a construção de hospitais privados e empresas de planos de saúde para absorver o atendimento dos então trabalhadores de setores melhor estruturados. No revival, a ressurreição das teses sobre o atendimento diferenciado à expansão da demanda tende a resultar em promissor aumento do mercado financeiro.

Surtos de expansão de mercados são próprios do capitalismo. A última grande onda expansionista ocorreu nas três décadas depois da 2ª guerra mundial. Se nos EUA, os “anos dourados” foram marcados pela difusão dos bens duráveis de consumo que tão bem caracterizam o *american way of life*, na Europa sobressaem as políticas universais de saúde e educação, postas em prática a partir das propostas revolucionárias de Beveridge, a construção do *Welfare State*, movimento que inspirou a nossa constituição de 1988. O que existe de novo é que tanto Beveridge quanto a Constituição Cidadã parecem, hoje, ideias fora do lugar. Ao invés de prosseguirmos na construção de um Estado capaz de prover o bem estar social naquilo que é importante, prefere-se subsidiar com recursos fiscais toda e qualquer demanda dita social através do mercado. E tudo cabe no mesmo saco das políticas sociais redistributivas ou progressistas.

A respeito do uso de mecanismos de mercado para atender às metas sociais, cabe lembrar um vídeo bastante divulgado na internet, no qual Michael Moore pergunta a um entrevistado o que ocorreria se a Inglaterra acabasse com o National Health System (NHS). “Haveria uma revolução”, respondeu o velho socialista Fabiano. Nem Margaret Thatcher, a mais voraz privatista da história contemporânea, conseguiu privatizar o NHS.

No entanto, é inegável que existem sim aqueles que preferem a via privada por conta das conhecidas críticas às ineficiências que seriam inerentes à gestão pública. Tais restrições ganharam força com a onda neoliberal que veio imbricada com a 3ª revolução industrial. Com o suposto fim da produção em massa, as novas tecnologias apontariam para a possibilidade de atendimentos mais personalizados, o que seria incompatível com a natureza do serviço público. Bobagem, puro preconceito.

Acabar com o NHS era impensável, o que, porém, não impediu Margaret Thatcher de promover reformas de gestão de pessoal, baseadas em incentivos e metas individuais visando incorporar ao serviço público comportamento pautado pela já referida ficção economicista do *homo oeconomicus*.

Essas reformas gerenciais não trouxeram resultados. O que falta, tanto aqui quanto lá não são incentivos individuais e metas - sempre fáceis de burlar pelo seu cumprimento meramente formal, -mas sim o *ethos* do serviço público. (a esse respeito ver o documentário “A Armadilha: Para Onde Foram Nossos Sonhos de Liberdade”, BBC, 2011).

Se a NCM per se não nos inspira maiores reflexões a respeito de mudanças comportamentais, as transformações em curso, das quais esses segmentos fazem parte, apresentam especificidades interessantes.

A nova estrutura ocupacional, com a crescente importância do emprego em serviços, distancia-se da cultura da classe operária tradicional, uma cultura que valorizava os ofícios. Os requerimentos de qualificação de uma economia que depende cada vez mais dos serviços são diferentes. Saber falar de forma correta e articulada torna-se tão ou mais importante do que saber fazer. E falar direito se aprende na escola. É na escola básica onde todos podem adquirir as credenciais, onde se aprende a emitir os sinais que o mercado valoriza. Daí que a escolaridade regular passa a ter crescente importância em relação ao domínio de um ofício manual. Os novos requerimentos de escolaridade passam a compor o perfil da classe trabalhadora em geral e não será por adquirir essas credenciais educacionais que a massa dos trabalhadores em serviço transforma-se em classe média.

Se a “nova” classe média é muito diferente da classe média tradicional, é diferente também da classe trabalhadora tradicional – a do Zé do Boné – simplesmente porque a classe trabalhadora como um todo vem mudando. Nem o clássico boné, nem o martelo na bigorna continuam como ícones representativos da nova classe trabalhadora como um todo. Pelas roupas não se percebe nada que expresse forte identificação com classes ou segmentos tradicionais, sejam eles melhor ou pior situados na escala de renda. Ao contrário, basta observar como se vestem para ver a preocupação em integrar um novo padrão geral - tênis, bermuda ou jeans, mochila, fone de ouvido (ou seja, conectados, habilitados a formar juízos rapidamente e a atuar em conjunto).

O afã em garimpar algo de novo, diferente, específico na NCM, faz surgir algumas interpretações bem esdrúxulas. Impressionados com o fenômeno da terciarização da economia brasileira (e que ocorre, também, no mundo todo), alguns descobrem, ou melhor, inventam uma vocação brasileira para o “servilismo” (Carta Capital, 2013), como se trabalhar em serviços fosse necessariamente algo servil por natureza, indigno do trabalhador da indústria, ativo e consciente.

Existe aqui uma confusão entre “serviçal” e “trabalhador em serviços”, confusão essa que advém do fato de ambos prestarem serviços às pessoas. O grande aumento do emprego em serviços vem provocando certo mal estar entre analistas mais atentos à estrutura ocupacional. Naturalmente, evoca a velha, entediante e anacrônica discussão sobre trabalho produtivo x trabalho improdutivo. O grande contingente que trabalha em serviços aparece como uma anomalia, um retrocesso; é associado a quem é “serviçal”, que pertence à criadagem. Serviços e trabalhadores em serviços podem prestar serviços pessoais, mas as relações sociais a que se submetem são radicalmente distintas. O “serviçal” está associado à criadagem, àqueles que são remunerados como gastos de renda – de consumo – dos que os contratam diretamente. São os empregados domésticos. Pode ser também o rapaz contratado para passear o cachorro. Mas não é o caso de quem trabalha numa empresa que faz serviços de faxina nem de quem trabalha numa *pet shop*, numa escola ou em um hospital. Como sempre, a distinção não está na qualificação do posto de trabalho, mas na relação social. O serviçal não gera mais valia, enquanto que o trabalhador em serviços está inserido numa relação capitalista tanto quanto um operário industrial. A grande maioria dos recém incorporados nas atividades terciárias é composta de assalariados, contratada por capitais que buscam valorização como em qualquer outro setor.

Certamente esses novos trabalhadores apresentam traços novos, diferentes do estereótipo do antigo “proletariado” — o que não os transformam nem em classe média, nem os tornam mais ou menos servis. Trata-se da nova classe trabalhadora, nem mais nem menos combativa. Se possui características que não correspondem ao paradigma “proletariado”, essas devem ser analisadas e não usadas para estigmatizar a maioria dos novos trabalhadores.

Todos, NCM ou classe operária de macacão, querem, óbvio, acesso a bom atendimento em saúde, a uma educação de qualidade, tanto como segurança e transporte. Todas essas são atividades essencialmente públicas e não há qualquer evidência em nenhum lugar do mundo de que sejam mais bem atendidas pela empresa privada do que pelo Estado. Se hoje tanto a “nova classe média” quanto a classe operária de macacão almejam um plano de saúde, uma matrícula em faculdade particular, isso não revela posição ideologizada ou de princípio, mas tão somente um estado de coisas meramente circunstancial.

Como confirma recente pesquisa (LAVINAS, 2012), a NCM tem posições conservadoras. Acreditam, por exemplo, que as melhorias que experimentam advieram de seu esforço, de seu trabalho, mas não é reacionária. Para enfrentar as desigualdades sociais, a pesquisa nos informa que essa NCM confia mais na ação do Estado do que nos mecanismos de mercado, o que não implica renunciar aos prazeres do “consumismo” recém conquistado incluindo, se possível, plano de saúde e escola particular.

No Brasil, a discussão público x privado parece não empolgar a maioria. As políticas em curso de privatização da saúde e educação são contingentes, não se pautam por programas ideológico-partidários, mas pelo pragmatismo de buscar atender demandas em rápida expansão e pela racionalidade de coalizões político-eleitorais. Portanto, é de se esperar que na medida em que se acumulem as experiências negativas da privatização, a pressão por um efetivo *Welfare State* seja apenas uma questão de tempo. Por quê?

Porque na saúde, o padrão de inovação tecnológica tal como vem sendo incorporado especialmente pelos serviços privados, incentivando um consumismo acrítico de medicamentos e exames, conjugado com o envelhecimento populacional e aumento de agravos e doenças exigentes de tratamentos prolongados, tem elevado sobremaneira os custos (VIANA, 2012). É esse o motivo alegado para ampliar subsídios para os planos. Sem os subsídios, o atual mercado fica inviabilizado, a menos que as empresas possam se livrar da carga excessiva de “usuários-problema”.

O que é lógico esperar? Que os planos busquem selecionar seus clientes, dando preferência a quem não é doente e apenas enquanto for saudável. Caso os planos não possam elevar os seus preços de forma a acompanhar os custos em ascensão, terão que coibir o atendimento, como, aliás, é o que já estamos assistindo: saúde racionada. Filas estão deixando de ser atributo exclusivo do SUS e os gastos com saúde aumentam exponencialmente. Na educação ocorre o contrário. A queda na fecundidade – iniciada na década de 1960 do século passado, – diminui a pressão geral por novas vagas no ensino fundamental. Seria o caso de aproveitar os recursos excedentes pela menor demanda por vagas no ensino fundamental para melhorar a qualidade do ensino público e aumentar as horas de permanência na escola.

Uma assistência à saúde racionada, seja ela pública ou privada, da mesma forma que faculdades que não conseguem sequer complemen-

tar uma educação básica deficiente, além de não atender os requisitos mínimos do desenvolvimento, irão comprometer fatalmente o extravagante consenso atual pró-mercado.

Nem aqui, nem em qualquer parte do mundo, os ataques ao *welfare* estiveram baseados em demonstrações de superioridade da empresa privada sobre as instituições públicas de saúde e educação.

Que caminhos o Brasil irá adotar, vai depender de um “pega prá carapar” cuja importância não queremos desconhecer e nem temos a pretensão de elucidar aqui. Mas o que nos parece claro é que a NCM, ou a classe trabalhadora emergente, não irá impor qualquer definição.

A decisão sobre a estratégia, se estatal ou privatista, cabe aos governos e, principalmente, aos partidos políticos. Se vamos ou não conseguir nos livrar de tantos mitos envolvidos nas pressões sobre os custos em saúde (inovações tecnológicas), bem como do credencialismo vazio da educação, são interrogações que transcendem o pobre debate privado x estatal.

BIBLIOGRAFIA

BBC (British Broadcasting Corporation) *The Trap: What Happened to Our Dream of Freedom*. Television Documentary Series. Human beings will always betray you, 2011. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=7qwvASfLPLw>>

CARTA CAPITAL. *Serviços do Brasil*. Edição 732. 22 de janeiro de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. *União quer ampliar acesso a planos de saúde*. *Cotidiano*. C3. 27 de fevereiro de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Orçamentos Familiares 2008-2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Despesas Públicas em Educação, 2013*. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-despesas_publicas>

LAVINAS, L. (coord.) “Medindo o Grau de Aversão à Desigualdade da População Brasileira”. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <<http://www.plenitude21.com.br/p21/lena2012.pdf>>

OMS. Organização Mundial da Saúde. Global Health Observatory Data Repository. *Health financing: Health expenditure ratios data by country, 2013*. Disponível em <<http://apps.who.int/gho/data/node.main.485>>

POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2012.

POLANYI, K. (Org.) *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

QUADROS, W. J. GIMENEZ, D. M. E ANTUNES, D. J. N. “O Brasil e a nova classe média dos anos 2000”. *Plataforma Política Social*. Texto para Discussão, 2012. Disponível em <<http://www.politicassocial.net.br/index.php/textos-para-discussao/173-textos-para-discussao5.html>>.

VIANA, J. F. M. *Saúde supletiva: Estado, famílias e empresas em novo arranjo institucional*. Dissertação Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

*A NOVA CLASSE TRABALHADORA E O NEOPENTECOSTALISMO

Marilene de Paula ¹

Dentre os milhões de homens e mulheres vivendo precariamente, com pouco acesso a bens e serviços públicos de qualidade, uma nova classe trabalhadora, mais escolarizada que seus pais e com melhores salários, está nascendo. Vários pesquisadores, de economistas a sociólogos² tentam entender e desenhar um perfil compatível para esse grupo recém-chegado ao mundo do consumo. Segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE, 2012) a nova classe média³ seria formada por aqueles com renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019, ou seja, 52% da população brasileira. Já Marcelo Neri, em estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (Neri, 2011) define a faixa de R\$ 1.126 a R\$ 4.854 mensais de renda familiar para esse público. De acordo com esta definição, entre 2003 e 2009, 30 milhões de pessoas saíram das classes D e E⁴, ou seja, ultrapassaram a linha de pobreza extrema.

¹ Marilene de Paula é coordenadora de direitos humanos da Fundação Heinrich Böll Brasil

² Os três principais pesquisadores com trabalhos publicados sobre o tema são Jessé Souza, com os livros “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora” (2010) e “A ralé brasileira, quem é como vive” (2009), Bolívar Lamounier e Amaury de Souza, com o livro intitulado “A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade” (2010) e Marcelo Neri, hoje no IPEA, mas com pesquisas realizadas na FGV, com o livro “A nova classe média: o lado brilhante da pirâmide” (2011).

³ Esse movimento de aumento da renda e melhoria das condições de vida da população pobre é um fenômeno em toda a América Latina. A pobreza, definida pelo Banco Mundial como aqueles que ganham até US\$ 4,00 ao dia recuou 28% na América Latina entre 2003 e 2009. Segundo estudo, em 2000, 100 milhões de pessoas faziam parte das classes médias e na última década esse número passou para 150 milhões. Ferreira, Francisco H. G. & et al. Visão geral: mobilidade econômica e a ascensão da classe média latino-americana. Washington, DC: World Bank.

⁴ Segundo estudo da FGV, do pesquisador Marcelo Neri (2011), a classe D seria formada por aqueles com renda familiar entre R\$ 1.126 e R\$ 705,00, enquanto que a classe E seriam aqueles com renda até R\$ 705,00.

Jesse Souza (2010), sociólogo que tem se posicionado criticamente a essa visão economicista, afirma que na verdade esse segmento é formado por uma nova classe trabalhadora precarizada, que foi inserida no mercado de trabalho via comércio, pequenas indústrias e serviços, numa jornada de trabalho que em muitos casos passa de 10 horas diárias. Para ele “esse conceito de classe média, que tudo abrange, serve apenas para encobrir conflitos e injustiças sociais de todo tipo. Para essa versão dominante, classe média é apenas um amontoado de indivíduos que competem em igualdade de condições pelos recursos sociais escassos⁵”. Na verdade, o que a sociedade brasileira extremamente desigual demonstra é que a nova classe trabalhadora está desigualmente aparelhada para competir e, mais que isso, enfrenta as barreiras ligadas ao *habitus* específico do jogo de privilégios que caracteriza as classes mais favorecidas no Brasil.

Kerstenetzky & Uchôa (2012), analisando os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, identificam uma falta de estruturas sociais e econômicas (de educação, saúde, moradia etc.) que inviabilizaria a inscrição desse grupo como uma nova classe média. Os dados apontam que 9% dos chefes de família são analfabetos e apenas 10% tem curso superior, 71% não têm plano de saúde, 1,2% das casas não têm banheiro, 65% não têm cartão de crédito e 82,9% não têm cheque especial. Para as autoras essa nova *classe média* não exibe a maior parte dos critérios diferenciadores da classe média tradicional.

Os dados apontam que, apesar de as ideias de prosperidade material alimentarem essa nova classe trabalhadora precarizada, a insegurança econômica e social ainda é a marca desse grupo. Uma recessão da economia brasileira ou alguma fatalidade pessoal pode rapidamente precarizá-la ainda mais. Ao contrário, a classe média tradicional possui uma rede de relações com contatos que podem realocá-la em novos empregos de igual nível ou oferecer facilidades na obtenção de serviços públicos ou privados; está preparada e formada para o exercício profissional, o que significa orientação familiar e educação compatível para manter padrões de consumo e estabilidade econômica.

⁵ Nova classe média: um discurso economicista. Entrevista especial com Jessé de Souza. IHU, 02/01/2013. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/516686-nova-classe-media-um-discurso-economicista-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>>, acesso em 21/02/2013.

Nesse sentido, a nova classe trabalhadora possui uma estrutura familiar e societária muito mais frágil. Aqueles que conseguem galgar níveis mais altos em escolaridade e emprego são exemplos quase únicos em suas famílias e têm sobre seus ombros a responsabilidade de serem exemplos de sucesso. Ou seja, a explicação economicista não dá conta de entendermos as variáveis que integram as condições culturais, religiosas, sociais e econômicas desse público. Nesse sentido, procuro analisar no artigo uma das variáveis importantes desse novo perfil, ou seja, qual o papel que o pertencimento religioso tem na construção das subjetividades desses indivíduos; ou dito, de outro modo, como a lógica dos segmentos religiosos *neopentecostais* se conjuga com os anseios de mudança desse segmento.

A ONDA PENTECOSTAL

Para quem mora nas periferias das cidades é comum se deparar com uma igreja evangélica próxima de sua casa. Elas estão por toda parte e seus fiéis já são 22,2%, (42,3 milhões) da população brasileira, um crescimento gigantesco se pensarmos que em 1970 eram apenas 5,2% (4,8 milhões). Mas o último Censo (IBGE, 2012) nos dá algumas pistas para entendermos o crescimento evangélico ao apontar que o Brasil católico sofreu um declínio expressivo de 12,2% em relação ao Censo anterior e hoje os católicos são 64,6% da população. O que contrasta fortemente com os dados de 1970 quando os católicos eram 91,8% dos brasileiros. A ascensão de novos grupos religiosos demonstra também a diversidade religiosa no Brasil.

A secularização do Estado, o fim do monopólio da Igreja Católica enquanto religião oficial e a garantia estatal de liberdade e tolerância religiosa, reforçadas no processo de consolidação da democracia iniciado em 1988, criaram condições favoráveis para instalar uma competição pela hegemonia religiosa. A ínfima abertura de novas paróquias pela Igreja Católica, com taxa que não ultrapassa 2,4% desde 1995 (CERIS, 2011), o baixo número de padres⁶, a migração do rural para o urbano que desenraizou a população da tradicional igreja católica do meio rural, a precariedade da vida urbana para aqueles que vivem nas periferias são aspectos gerais para entendermos em especial o fenômeno evangélico.

⁶ Há hoje 22 mil padres para quase 48 mil centros de atendimento religioso - locais em que as missas são celebradas, não necessariamente uma igreja. Enquanto as freiras totalizam 33 mil. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1232063-brasil-tem-deficit-de-mais-de-20-mil-padres.shtml>>, acessado em 20/02/2013.

Uma miríade de denominações religiosas compõe esse campo religioso, feito de vários grupos e tendências que estão longe de expressar homogeneidade. O que significa que a generalização “evangélicos” não dá conta de explicitar todas as diferenças históricas, comportamentais, teológicas, estéticas etc., que identificam esses grupos. Essa multiplicidade levou os estudiosos a criarem classificações que tentam iluminar o entendimento dos processos históricos e políticos desses grupos no Brasil.

Os evangélicos têm sua origem no protestantismo histórico, iniciado no Brasil no século XIX, com as igrejas luterana, anglicana, presbiteriana, batista e metodista. No início do século XX chegam as primeiras igrejas, que inauguram o pentecostalismo no Brasil. Com objetivo missionário se distinguem pelo batismo do Espírito Santo, a glossolalia (falar em línguas estranhas), dons espirituais etc⁷. No entanto, as mudanças mais contundentes aconteceram no final dos anos 1970 com a criação da Igreja Universal do Reino de Deus (1977, IURD), que inaugurará um novo perfil religioso com profundo impacto no campo. Outras também irão se destacar, como a Internacional da Graça de Deus (1980, RJ), a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, GO), a Renascer em Cristo (1986, SP) e a Igreja Mundial do Poder de Deus (1998, SP), fundadas por pastores brasileiros. Chamadas de neopentecostais e em destaque nesse artigo são as que tiveram aumento acentuado nos últimos anos e conseguiram modificar o cenário religioso ao inaugurar novas formas de pregação, abandonar o ascetismo do protestantismo histórico e modificar costumes e hábitos para entrada em padrões modernos de conduta. São modelos para outras igrejas, inclusive às do pentecostalismo histórico e mesmo para a Igreja Católica, que utiliza muitos dos formatos das evangélicas no ramo da Renovação Carismática. Estão em lugares centrais, seja nos bairros da periferia ou em locais de grande visibilidade nos centros urbanos, disponíveis e em contato direto com possíveis fiéis, numa evangelização ativa,

⁷ De inspiração norte-americana, as duas primeiras igrejas pentecostais a se instalar no Brasil são a Congregação Cristã no Brasil (1910), criada por um missionário italiano e a Assembleia de Deus (1911), por dois missionários suecos. Os três missionários traziam na bagagem sua ligação com o pentecostalismo norte-americano e a contestação da ordem religiosa tradicional. Na década de 1950, outra mudança acontece quando dois missionários norte-americanos da International Church of The Foursquare Gospel criaram em São Paulo a Cruzada Nacional de Evangelização, focada principalmente na pregação da cura divina, atraindo multidões para seus cultos e em 1953 fundaram a Igreja do Evangelho Quadrangular (SP). Na esteira desse tipo de evangelização foram criadas a Brasil para Cristo (1955, SP), a Deus é Amor (1962, SP) e a Casa da Benção (1964, MG).

que tenta cativar através de promessas de resolução de problemas familiares, econômicos ou afetivos; no exemplo emblemático do lema proselitista da IURD: “Pare de sofrer: nós temos a solução”. Assim, as práticas evangélicas são de cunho mágico, mas também taumatúrgicas de matriz cristã, numa junção que as aproximam da realidade dos fiéis e facilitam a construção de uma identidade religiosa comunitária.

Antes demonizados pelo pentecostalismo clássico, os meios de comunicação de massa serão grandes aliados, tendo essas igrejas forte presença nos mercados editorial e fonográfico. Hoje 10% do mercado editorial brasileiro são de literatura religiosa, seja católica ou evangélica, com arrecadação de cerca de R\$ 483,7 milhões em 2011 (VASCONCELOS, 2012). A música religiosa é responsável por 20% do mercado fonográfico, com shows por todo o Brasil. Também na política o olhar das lideranças evangélicas está voltado para a ampliação de espaços de poder, entendendo o Parlamento como lugar estratégico para seu projeto moralizante da sociedade brasileira. A Bancada Parlamentar Evangélica é composta por 71 deputados e três senadores, só perdendo para a Bancada Ruralista. Os evangélicos não formam um único grupo no Parlamento, nem estão representados em poucos partidos. Nessa legislatura (2010-2014) estão em 16 partidos, de todas as tendências, porém com uma clara opção por legendas de centro-direita. A concentração está no Partido Republicano Brasileiro (PRB, oito parlamentares), no Partido Social Cristão (PSC, 11 parlamentares) e no Partido da República (PR, nove parlamentares). Exemplo emblemático do poder de barganha desse grupo foi o que ocorreu na campanha presidencial de 2010, na qual lideranças evangélicas foram cruciais para pautar o tema do aborto, tendo os três principais candidatos (Dilma Rousseff/PT, José Serra/PSDB e Marina Silva/PV) que se posicionarem sobre o tema, negando serem a favor da prática. Durante a campanha, Dilma Rousseff teve de lançar uma mensagem se comprometendo a não tomar qualquer iniciativa de “propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no país⁸”.

As denúncias de corrupção, as acusações de charlatanismo e o enriquecimento duvidoso de alguns dos seus líderes foram fatores negativos que

⁸ Disponível em <http://odia.ig.com.br/portal/brasil/dilma-n%C3%A3o-vou-propor-altera%C3%A7%C3%B5es-de-pontos-que-tratem-da-legisla%C3%A7%C3%A3o-do-aborto-1.251342>, acesso em 15/02/2013.

ampliaram uma visão pejorativa que os coloca como gente “atrasada”, fundamentalista, sectária. Mas os dados do Censo mostram que apesar do ritmo de crescimento ter diminuído⁹ esse grupo torna-se mais e mais importante para análises políticas e sociológicas sobre a sociedade brasileira hoje.

PERFIL EVANGÉLICO E A NOVA CLASSE TRABALHADORA: JESUS É PODER

Mas quem é esse público que afirma ser evangélico? Dentro dos 22,2% de evangélicos apontados pelo último Censo do IBGE (2010)¹⁰, 44,6% são brancos enquanto que os negros são 54,9%. Na desagregação dos dados o ramo pentecostal tem o maior contingente de negros, 57,4%. A maioria dos neopentecostais está nas periferias das cidades e 63,7% ganham até um salário mínimo. Os rendimentos da maioria do público dessas igrejas não ultrapassam os dois salários mínimos (75,3% dos evangélicos de missão, 86,1% dos de origem pentecostal e 78,4% das evangélicas não determinadas). A escolaridade é baixa, 8,6% são analfabetos e 42,3% têm ensino fundamental incompleto. Isso não significa dizer que a classe média tradicional não faça parte deste contingente, porém ela possui menor representação, pois o pentecostalismo ainda não é atraente para esse grupo, enfrentando a concorrência do catolicismo e do kardecismo, além do protestantismo histórico.

O crescimento dos neopentecostais demonstra o fato de que sua proposta teológica e eclesial trabalha com a visão de seus fiéis estão inseridos na sociedade de consumo e serve completamente ao atual mundo globalizado. Assim, viver melhor implica não ter apenas saúde ou outro valor afetivo/cultural, mas necessariamente em viver “materialmente” melhor. Os neopentecostais utilizarão em sua prédica os ensinamentos da Teologia da Prosperidade, na qual ter bens materiais, ser saudável, não ter grandes problemas financeiros ou de outra ordem mostra sua fé e como

9 Dos anos 1980 para os 1990 o ritmo de crescimento dos evangélicos atingiu o auge, de 36,3% para 71,1%. Mas de 1990 para 2000 houve uma retração e chegou a 44,1% (IBGE, 2012).

10 As igrejas evangélicas são divididas pelo IBGE em três categorias: evangélicas de missão (Igreja Evangélica Luterana; Igreja Evangélica Presbiteriana, Igreja Evangélica Metodista, Igreja Evangélica Batista, Igreja Evangélica Congregacional, Igreja Evangélica Adventista, Outras Evangélicas de Missão); as evangélicas de origem pentecostal (Igreja Assembleia de Deus, Igreja Congregação Cristã do Brasil, Igreja O Brasil para Cristo, Igreja Evangelho Quadrangular, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Casa da Bênção, Igreja Deus é Amor, Igreja Maranata, Igreja Nova Vida, Evangélica Renovada não determinada, Comunidade Evangélica e outras igrejas evangélicas de origem pentecostal) e uma terceira classificação são as evangélicas não determinadas.

Deus está atuando em sua vida. Tornaram-se assim mais pragmáticos e imediatistas invertendo a lógica teológica que falava de sofrimento na terra, pagamento de pecados, e em uma vida melhor no reino de Deus (que virá). Para esses grupos a prosperidade não se dá no mundo além, se dá nesse mundo, no agora, no fazer cotidiano e para isso é necessária a troca de “coisas materiais” para obter “coisas materiais”. Para isso o pagamento do dízimo e as ofertas à igreja são fundamentais para demonstrar seu comprometimento com a igreja, mas, sobretudo com Deus; são provas de sua espiritualidade e de sua fé. No relato de Clotilde, ex-católica e atualmente na Assembleia de Deus, o dinheiro de um evangélico é comparado ao de uma pessoa não-evangélica (MATOS, 2007:147):

Clotilde, vamos até Pinheiros fazer compras de roupa? (minha irmã convidou). Vamos!, respondeu ela. Saímos as duas com R\$ 50,00. Ela comprou, comprou muita roupa com seu dinheiro e eu voltei com duas coisas. Jesus mostrava o que era o dinheiro de um crente e o do ímpio. Deu tristeza no coração. Perguntei para a minha irmã e ela explicou: “o meu [dinheiro] é abençoado e o seu não, pois eu dou o dízimo. O seu não tem multiplicação.”

Essa mudança de concepção segundo Mariano (1999) “subverte radicalmente o velho ascetismo pentecostal”, colocando em destaque que é necessário dar dinheiro para receber benções e que sem isso as oportunidades para mudanças em suas vidas não virão. Como um complemento, cada uma das igrejas irá criar formas de mediar essa relação com Deus para melhoria da vida financeira de seu fiel. A IURD faz a “corrente da prosperidade”, reuniões de oração que afirmam: “se você deseja reerguer seus negócios, conquistar o emprego dos seus sonhos, montar sua empresa ou sair definitivamente do vermelho, venha fazer parte da corrente da prosperidade. Permita que o Poder de Deus se manifeste em sua vida”¹¹. A Igreja Mundial do Poder de Deus lançou o “martelo da justiça”, um objeto que promete “quebrar” os problemas dos fiéis. Mas essas promessas de prosperidade somente poderão se concretizadas para os “escolhidos de Deus”.

¹¹ Disponível em <http://iurdparaíso.com.br/portal/2012/09/07/corrente-da-prosperidade-0309/>, acessado 03/03/2013.

Solange Ramos de Andrade (IHU, 2012) afirma, entretanto, que o “conceito de eficácia religiosa é muito importante, porque se um discurso religioso não é eficiente, ‘não funciona’, ele perderá sua razão de ser, que é a de oferecer respostas para questões ao mesmo tempo fundamentais e imediatas, como é o momento em que vivemos”. Essa multidão de fiéis está interessada em construir um futuro para si; melhor do que aquele deixado por seus pais em termos econômicos e assim legando condições melhores para seus filhos. Não é simplesmente um desejo; esse sentimento deve ser seguido por transformações cotidianas, por investimento de tempo e dinheiro; em educação e em aprimoramento profissional, mas também em reafirmação da fé. Nesse sentido, as igrejas conseguem ser o elemento de estímulo fundamental, a partir de sua pregação religiosa de que as pessoas *merecem* uma vida melhor, sobretudo economicamente *nesse mundo* e que é uma mediadora para que isso aconteça. Para o evangélico, reafirmar sua fé nessas igrejas é reafirmar uma estratégia de vida. Assim, negar sua fé é negar essas mesmas estratégias e valores.

A igreja também é fundamental como espaço de sociabilidade, pois alarga seus horizontes de relações e pode ser fonte de realocação de trabalho e de serviços. Podemos pensar, no entanto, que proporcionar um espaço de sociabilidade com ganhos sociais e econômicos não é um atributo apenas das igrejas. Mas é importante destacar a fidelidade a um *espaço evangélico*; a participação em obras sociais e em outras discussões sobre a comunidade irão se dar dentro desses espaços, considerados ungidos pela solidariedade e força da fé. Nesse sentido, o domínio das igrejas pentecostais pode contribuir para o enfraquecimento de outros processos de participação social, como associações de moradores, clube de mães, ONGs, sindicatos etc., pois concorrem com esses ao criar seus próprios circuitos de participação.

O crescimento dessas igrejas está vinculado à ampliação de público na base da pirâmide social, na qual se encontra a classe trabalhadora precarizada. Para isso foi preciso se aproximar da lógica religiosa presente nas periferias, que opera a partir das misturas e sínteses religiosas entre os ritos católicos, os cultos afro-brasileiros e o kardecismo. Apesar da demonização dos cultos afros, é deles que várias igrejas irão “tomar emprestado” nomes e práticas: como a “sessão de descarrego” da IURD, a troca em igrejas evangélicas de doces de São Cosme e São Damião por doces de Jesus, como na Igreja Projeto Vida Nova/RJ; o acarajé de Jesus da Bahia, feito por evangélicos e não pelas baianas tradicionais simbolicamente li-

gadas ao candomblé; a retirada do demônio ou exus que estariam interferindo na vida dos fiéis, o sabonete de arruda para limpeza espiritual etc. As tradições sincréticas brasileiras, nas quais se podia ir à Igreja de manhã e à noite visitar um terreiro de candomblé ou um centro de umbanda, tomar passes às quintas em um centro kardecista e outras tantas configurações e manifestações da cultura brasileira tornam-se mal vistas pela congregação e rechaçadas, não significando necessariamente que todos seguirão essa determinação, mas entendendo que o objetivo é banir outros convívios em detrimento da participação na congregação evangélica.

Outro fator importante na vinculação a essas igrejas é a transformação de indivíduos que não tinham nenhuma representação na comunidade ou mesmo na família, alguns deles inclusive negativa, ligada ao alcoolismo, ao tráfico de drogas, a uma vida moralmente repreensível, passam a ter reconhecimento; ao dar seus “testemunhos” de mudança, tornam-se ícones da força da fé e da força da própria igreja. A frase *Jesus é Poder*, utilizada por algumas delas, exemplifica o empoderamento dado ao fiel. O reconhecimento dentro do grupo e para além dele cria um sentimento de autoestima que o faz um *militante* da fé evangélica que tenta trazer sua família, amigos e todos aqueles aos quais tem algum contato. No depoimento de Lígia, uma convertida à Assembleia de Deus essa mudança de perspectiva é exposta e o acolhimento pela igreja (Matos, 2007: 147):

Às vezes a gente vê uma pessoa igual um mendigo, no mundo das drogas, no mundo da bebida, no mundo dos hippies, porque muitas coisas acontecem... gente que é homem, que é humano, vê aquilo e pensa ‘não tem mais jeito’. Mas aquele homem que está caído ali, Deus faz dele um grande homem... hoje é um grande homem, ele é um homem de luz, é uma pessoa que brilha, é uma pessoa bonita, que anda bem arrumada.

O compartilhamento de crenças e visões de mundo faz com que seja possível que essa identificação (o ser “evangélico”) possa ser invocada para além do ambiente religioso, criando laços fraternais e de interesse. Em algumas prisões já existem alas específicas dedicadas a detentos convertidos; grupos que se reúnem nas escolas, nos locais de trabalho, aqueles que se unem a partir do pertencimento religioso e até a emblemática Bancada Evangélica no Parlamento. Mas também fará parte dessa lógica a criação de dicotomias, como o “nós” e os

“outros”, num discurso moralizador que rejeita aqueles que estão fora. Seu relativo sectarismo e a crença de que eles detêm o monopólio da verdade divina e da salvação dificultaram até hoje o diálogo interreligioso e ecumênico.

O discurso conservador, baseado, sobretudo na exortação da família nuclear tradicional, feita de homem e mulher, é outra chave de pensamento para entendermos o forte apelo dessas igrejas junto a essa nova classe trabalhadora. Esse discurso rejeita qualquer outro tipo de orientação sexual que não a heterossexual e condena as práticas consideradas desviantes, como o aborto, o consumo de drogas (alcoólicas ou ilícitas), o adultério etc. Assim, essas igrejas servem como uma fronteira moral; zelam pelo relacionamento familiar, pela integração e socialização entre as pessoas. O comportamento *correto* inclui passar pela educação formal, o vestir-se adequadamente, o falar sem o uso de palavrões ou qualquer linguagem vulgar, o respeito aos *irmãos* da congregação etc., ou seja, um conjunto normatizado de comportamentos que dão uma base de sustentação tanto social quanto econômica. No entanto, como o campo não é homogêneo, a diversidade engloba tanto posições morais bem conservadoras quanto aquelas flexíveis aos costumes e comportamentos da sociedade atual. Mas há algo em comum: elas contribuem decisivamente para reunir os indivíduos com um objetivo comum que diz respeito à melhoria da sua condição de vida, em múltiplos aspectos, inclusive o econômico.

Mas é a partir desse discurso moralizador que as lideranças evangélicas justificam sua presença tanto na mídia, quanto na política como um bem social, um instrumento no combate aos problemas sociais atuais, como a violência, os conflitos familiares, dependência de drogas etc. Ao mesmo tempo, as disputas de poder das lideranças dentro do campo e dentro das próprias igrejas foi o que ampliou a vontade de construção de um projeto político mais amplo, mesmo que nesse momento ele não seja coletivo. A fala do pastor Marcos Galdino de Lima, presidente da Assembleia de Deus Ministério de Santo Amaro sobre as eleições em 2014 exemplifica a disposição das lideranças: “o povo está entendendo e sendo conscientizado não só quanto ao evangelho, mas também no que diz respeito à política”. E acrescenta: “estamos envolvidos para que possamos dar a nossa ajuda para que a cidade melhore naquilo que o povo precisa¹²”. As lideranças

¹² Disponível em <http://www.valor.com.br/eleicoes2012/2858964/pastor-da-assembleia-ja-planeja-2014>, acesso 14/02/2013.

evangélicas estão tentando converter os benefícios do conforto espiritual e social inerentes às práticas religiosas em moeda de troca no mercado político, a partir do voto com identificação religiosa e em fidelidade ao cardápio de produtos ligados de alguma forma ao campo religioso.

Assim, enquanto as classes dominantes querem manter esses indivíduos como classe social permanentemente subalternizada em termos de disputa de poder e repartição dos benefícios da sociedade, porém incluída no consumo e no mercado de trabalho precarizado, as lideranças evangélicas vêem a possibilidade de influenciar decisivamente a política e ao mesmo tempo consolidar o desejo de disputar poder de fato e construir uma elite econômica e política, cuja identificação de *evangélicos* possa ser ponto de partida para seus projetos políticos. Nesse sentido, essa nova classe trabalhadora é o principal grupo a ser disputado pelas igrejas. Mas até agora o que tem estado nas mídias de todo país é um postura fundamentalista, deslocada das premissas de afirmação de direitos e repartição de benefícios, inclusive para aqueles que não comungam da mesma religião, orientação heterossexual ou dos valores ligados à moral cristã.

BIBLIOGRAFIA

BOMENY, Helena. *Do frango ao avião ou o que é possível dizer sobre a nova classe média brasileira?* Notas exploratórias. Rio de Janeiro, CPDOC/ FGV & UERJ, 2011. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8475?show=full>

CENTRO DE ESTATÍSTICAS RELIGIOSAS E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS. *Censo anual da Igreja Católica no Brasil: análise sociológica da evolução numérica da presença da Igreja no Brasil 2010*. Rio de Janeiro, 2011.

FRESTON, Paul. *Protestantismo e democracia no Brasil*. Lusotopie, Paris, 329-340pp., 1999.

IBGE. *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro, 2012.

LAMOUNIER, Bolívar & SOUZA, Amaury de. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, Ed. Loyola, 1999.

MARTINS, Rodrigo. “A avalanche evangélica”. Carta Capital, 25/07/2012.

MATOS, Teresinha. “Caseiras pentecostais: mulheres felizes”. *Último andar, Caderno de Pesquisa da Ciência da Religião*, São Paulo, n. 16, 129-182, jun., 2007.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. Rio de Janeiro: Ed. Saraiva, 2011.

REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINO. *Religiões e religiosidade hoje: significados e especificidades*. São Leopoldo, no. 407, ano XII, 05/11/2012.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

_____. *A ralé brasileira: quem é e como vive?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

VASCONCELOS, Paulo. “A indústria da salvação”. *Valor*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2012. Magazine, p.04-09.

* ENTRE A DUPLA JORNADA E A DISCRIMINAÇÃO CONTÍNUA

UM OLHAR FEMINISTA SOBRE
O DISCURSO DA “NOVA CLASSE MÉDIA”¹

Nina Madsen ²

Temos observado com preocupação a construção discursiva do governo federal acerca da emergente “nova classe média”. Primeiro, porque a maneira como vem sendo apresentada a ideia de uma nova classe social, que surge a partir dos ganhos mais recentes de renda e da ampliação do acesso a bens de consumo de uma parcela significativa da população, nos parece apontar para uma mudança no sentido e no desenho de políticas que enfrentem a pobreza e que fortaleçam a construção da cidadania em direção à ampliação e garantia de direitos. Uma mudança negativa, com perdas políticas importantes.

Segundo, porque a “personagem mulher” construída no discurso da “nova classe média” não corresponde às mulheres reais que existem e compõem a população dessa faixa de renda. E aqui nos interessa esboçar algumas avaliações preliminares a respeito das “personagens mulheres” que vêm ocupando a centralidade das políticas públicas do Brasil atualmente.

É, portanto, à construção do discurso sobre a “nova classe média”, conforme vem sendo conduzida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, que dirigimos as inquietações e perguntas apresentadas neste artigo.

¹ Contribuíram para a elaboração deste artigo Guacira César de Oliveira, integrante do colegiado de gestão do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), e Joluzia Batista, do Coletivo Leila Diniz.

² Socióloga e feminista, integra o colegiado de gestão do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria).

A perspectiva a partir da qual fazemos o enfrentamento político a esse novo discurso é a do feminismo antirracista, o que quer dizer que nosso olhar sobre a pobreza, sobre os direitos humanos e sobre o papel do Estado no enfrentamento da primeira e na construção e garantia dos seguintes, parte do princípio de que tanto o Estado, quanto a pobreza produzida em nossa sociedade atuam e existem a partir de uma estrutura patriarcal e racista, que ordena e limita o acesso a direitos, a partir dos marcadores do sexo e da cor. Insistimos que não se pode pensar nem fazer política (seja a Política ou as políticas) sem que se considere a maneira diferenciada como determinados segmentos da população estão contemplados em nossos contratos sociais.

Trazer para o centro desse debate a pobreza e o enfrentamento à pobreza nos parece fundamental para questionar a linha de corte estabelecida para a definição dessa “nova classe média”. Parece-nos necessário recuperar o entendimento da pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, fundada no paradigma dos direitos humanos e concebida como situações (no plural, pois também são muitas as situações de pobreza possíveis) de escassez: de renda, de direitos (humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), entre outras.

Situar essa perspectiva significa, inevitavelmente, reafirmar a insuficiência das atuais políticas em curso, e também provocar a reflexão sobre os limites e obstáculos com os quais temos nos enfrentado nesse longo processo de construção de um Estado democrático, laico e cidadão – um Estado de direitos. Significa questionar não o fato de que 50% da população brasileira se encontram, de fato, no intervalo de renda estabelecido pela SAE. Tampouco se trata de resistir à ascensão social dessa população. Trata-se, na verdade, de questionar os princípios que orientam esse discurso e as implicações políticas que ele traz.

É desse lugar, então, que levantamos as seguintes questões: por que elevar ao status de classe média uma população que até pouco tempo era considerada pelo próprio governo como “vulnerável”³, atribuindo a ela valores (conservadores) e comportamentos (dirigidos pelo e ao consumo) que passariam a orientar a formulação e implementação de políticas públicas no país? O que acontece quando o Estado deixa de encarar esses sujeitos como

³ Refiro-me aqui à classificação proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2011, atualizando as linhas de elegibilidade do Programa Bolsa Família de 2003, segundo a qual são consideradas vulneráveis as famílias com renda domiciliar per capita entre R\$ 134,00 e R\$ 465,00 e não pobres aquelas com renda domiciliar per capita igual ou superior a R\$ 465,00.

cidadãos e cidadãs, como sujeitos de direitos e passa a encará-los como consumidores e “protagonistas” de suas histórias individuais de sucesso? O que acontece quando deixa de olhar para a pobreza em sua multidimensionalidade? E quando passa a atribuir ao acesso ao crédito e ao endividamento para compra de bens duráveis o caminho para a ascensão social? Quem são as mulheres dessa “nova classe média” e em que medida o traçado proposto pela SAE dialoga de fato com suas realidades e as necessidades?

“NOVA CLASSE MÉDIA”

Em 20 de setembro de 2012 a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República publicou, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com a Caixa Econômica Federal, o caderno “Vozes da Classe Média – É ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas”. Trata-se do primeiro número de uma série que irá compor o projeto de mesmo nome, desenvolvido pelas três instituições com o objetivo de dar corpo e voz aos desejos atribuídos a essa “nova classe”.

Para além da crítica sociológica que vem refutando, de maneira bastante consistente, o conceito proposto pelo economista e atual presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, Marcelo Neri, nos interessa saber, do ponto de vista político, para que e a quem serve a invenção da “nova classe média”?

Pistas importantes para respondermos a essas questões estão no prefácio e no posfácio da publicação, assinados, respectivamente, por Robson Braga de Andrade, da Confederação Nacional da Indústria, e por Renato Meirelles, sócio diretor do Data Popular. O primeiro se refere a uma “revolução no padrão de consumo” produzida pelo novo grupo emergente. Afirmar ainda que “conhecer o perfil e os anseios dessa parte da população é essencial para a definição das políticas públicas e das estratégias das empresas industriais”. Trata-se de melhor conhecer um mercado consumidor que enche de esperanças as nossas indústrias e o nosso governo. O foco nas possibilidades de consumo – marca importante dessa “nova classe” – dialoga com a estratégia de desenvolvimento pelo crescimento econômico, e os interesses de que essas possibilidades se ampliem e aprofundem é bastante evidente.

Importa saber, no entanto, que esse maior acesso a bens de consumo se faz possível não apenas por um aumento da renda familiar per capita, mas

também por fortes incentivos ao crédito. Esse grupo passou a consumir mais, endividando-se mais. E pensando no consumo dos bens duráveis, é válido recuperar o dado da PNAD 2009 (Pesquisa Nacional por amostra de domicílios) segundo o qual 55,8% dos domicílios brasileiros não possuíam máquina de lavar roupa – aquele item que, segundo alguns, teria promovido, junto com a pílula anticoncepcional, uma verdadeira revolução na vida das mulheres – e 65,4% não possuíam computador.

Além da renda, do crédito e do endividamento, há que se destacar que tal ascensão também se sustenta no trabalho não remunerado, realizado pelas mulheres no seio de suas famílias e comunidades. Injustamente, são elas que assumem quase que solitariamente as tarefas de cuidados (com as crianças, com as idosas e idosos) e que muitas vezes trabalham gratuitamente para manter os pequenos empreendimentos familiares, que ampliam a renda familiar. Para ascender a esse padrão de “nova classe média”, nem as políticas públicas, nem o mercado de trabalho, muito menos do trabalho doméstico, têm oferecido suporte para as trabalhadoras desse estrato social aliviarem a sobrecarga dos afazeres domésticos e familiares que suportam. Para emergir, a “nova classe média” se escora na velha e injusta divisão sexual e racial do trabalho, reproduzindo condições de vulnerabilidade na vida das mulheres. A compreensão de que esse grupo passa a compor a classe média brasileira, e de que já não se trata de uma população “vulnerável”, ou mesmo empobrecida, é, sem dúvida, uma escolha discursiva e política para se referir a um grupo populacional que cresce no país.

E por melhor fundamentada que essa classificação possa estar, estatisticamente, ela apresenta inconsistências importantes, tanto do ponto de vista sociológico, quanto do ponto de vista político. Christiane Uchôa e Celia Kerstenetzky, ao analisarem, a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, a distribuição dos domicílios dentro do intervalo de renda proposto pela SAE fracionado, observaram que a maioria dos domicílios abarcados pela chamada “nova classe média” (60%) se encontra na primeira fração do intervalo, ou seja, têm renda familiar de até R\$ 1.200,00.

Pensando em termos de renda familiar per capita, temos uma maioria expressiva dessa população com renda menor que um salário mínimo por mês. Apesar de reconhecermos a eficaz política de valorização do salário mínimo, que tem produzido efeitos importantes no país, é importante ressaltar que nosso salário mínimo ainda está muito distante de um míni-

mo necessário para a manutenção de um padrão médio de vida no Brasil (o salário mínimo calculado pelo Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos (DIEESE) para janeiro de 2013 era de R\$ 2.561,47). Mais importante ainda, não está garantida para essa população, como para nenhuma outra no país, o acesso a direitos e aos serviços públicos que deveriam traduzi-los.

E nesse ponto o discurso se torna ainda mais complexo, na medida em que reconhece, sem nenhuma problematização, o desejo dessa classe emergente às redes privadas de educação e saúde. É como se a migração à rede privada fosse um caminho inexorável, além de um claro sinal de que estamos, enfim, lidando com a classe média, que procura aproximar sua realidade daquela das “elites” do país. O que se questiona aqui não é a constituição e a localização do desejo em si – nada mais compreensível num contexto de baixa qualidade dos sistemas públicos de ensino e de saúde – mas a sugestão de que o caminho é facilitar e ampliar as possibilidades de acesso às redes privadas, em lugar de qualificar e ampliar as redes públicas, assegurando assim o direito constitucional à educação e à saúde a toda a população brasileira.

Importa-nos, também, problematizar a abordagem da “ética no trabalho” conforme apresentada no documento da SAE. O tipo ideal da nova classe média construído pela SAE tem escolaridade superior a de seus pais, trabalha mais de 40 horas semanais, possui geladeira, televisão e pretende comprar um carro. O documento “Vozes da Classe Média” aponta ainda quatro determinantes para a ascensão da classe média: crescimento demográfico do grupo, que acompanha o próprio crescimento populacional brasileiro (que responde a 20% da ascensão), as transferências de renda (responde a subdimensionados 30% da ascensão!), acesso ao trabalho (10%) e ganhos de produtividade (40%), sendo este último o fator determinante destacado, junto com o acesso ao trabalho. Assim se constrói o argumento de que a ética do trabalho é a marca desse grupo. Consideramos importante uma leitura dos dados relacionados ao mercado de trabalho e ao uso do tempo, para que seja possível a construção de um diagnóstico mais próximo da realidade de trabalho vivenciada por essa maioria da população brasileira, sem dúvida “batalhadora”, conforme caracterização de Jessé de Souza, mas também fortemente submetida à informalidade e à precariedade das condições de trabalho.

QUEM SÃO AS MULHERES DA CHAMADA “NOVA CLASSE MÉDIA”?

Faltam-nos dados para responder essa pergunta com mais precisão e riqueza de detalhes. Temos, no entanto, o discurso sobre “a mulher da nova classe média” construído pelo documento da SAE, com o qual pretendemos dialogar. Além disso, com a intenção de facilitar uma maior aproximação das mulheres dessa faixa de renda, recuperamos alguns indicadores da 4ª edição do Retrato das Desigualdades, publicada em 2011 e construída a partir dos dados da PNAD 2009.

A personagem “mulher” construída na publicação da SAE aparece no final dela, no posfácio assinado por Renato Meirelles. É a única seção do texto que se refere às mulheres, aos jovens e aos negros – de acordo com ele, “três segmentos que de forma mais direta impulsionaram o crescimento da classe média”. Para quem, como nós, opera a partir dos paradigmas dos direitos, da igualdade e da autonomia, as apresentações são, no mínimo, alarmantes. Totalmente desprovidas de análise, as descrições e referências a esses três segmentos são feitas a partir de uma linguagem publicitária e parecem dialogar única e exclusivamente com as indústrias e suas agências de propaganda. Reproduzo abaixo os dois parágrafos de caracterização da mulher e o parágrafo de caracterização dos negros. Os grifos são nossos.

“A mulher – Pense em uma mulher, na *faixa dos trinta anos, com curso superior, usuária habitual da internet*. Essa mulher, que assumiu o posto de *chefe de família, divide seu tempo entre emprego e lar, responde por boa parte da renda familiar e determina a distribuição de quase todo o orçamento doméstico*. Com mais escolaridade que o homem, contribui cada vez mais para a renda, ganha dia após dia mais *poder social*. Conquistando espaço *no mercado de trabalho*, antes inimaginável, ela rompe novas fronteiras em seus *hábitos de consumo*. Roupas e produtos de maquiagem, antes tidos como compras supérfluas, hoje são considerados investimento para essa jovem mulher que, na classe média, passa a ter *profissões mais vinculadas ao atendimento ao público*. Almejando novos empregos e estabilidade na carreira, ela *se preocupa cada vez mais com sua aparência* e não se importa em gastar com isso, pois os *benefícios vão além da valorização da sua autoestima e garan-*

tem o sustento da família e sua evolução profissional. Na outra ponta, ao observarmos as mulheres mais velhas, enxergamos que profissões como a de empregada doméstica alcançaram ganhos reais de salários, uma vez que suas filhas procuram outras perspectivas profissionais. *Em outras palavras, as mais jovens estudam, têm emprego formal e constroem um plano de carreira. As mais velhas ganham mais pelo mesmo trabalho que há anos responde por sua renda.*

O negro – É praticamente impossível falar da população emergente sem citar a importância do negro. Foram os brasileiros dessa raça *os responsáveis pela maioria absoluta dos cidadãos que subiram de classe social.* Os negros da classe média têm orgulho de sua cor; exigem, portanto, uma *comunicação que dialogue com sua etnia e um Estado que seja parceiro da melhora da sua qualidade de vida.* (pp. 47).

Como a matéria-prima de que dispomos aqui é o discurso, é com ele que iremos dialogar. Começando pela personagem “mulher”. São, na verdade, duas as personagens femininas que aparecem no caderno da SAE. A primeira, a jovem mulher de 30 anos, operadora de telemarketing (assim traduzimos). A segunda personagem, mãe da primeira, é a trabalhadora doméstica.

O cotidiano dessas mulheres é o da dupla jornada. Disfarçado, aparece também sua condição de responsável quase exclusiva pelas responsabilidades familiares e domésticas – sem infra-estrutura de cuidados garantida pelo Estado, – bem como seu papel de administradora doméstica reforçado pelos programas de transferência de renda. O parágrafo se encerra afirmando o aumento do “poder social” das mulheres.

E o texto segue mencionando a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e sua sobrerrepresentação nas profissões de atendimento ao público (aí pressentimos o telemarketing), ainda que omita que a maioria das mulheres ocupadas esteja no mercado informal, na desproteção social e trabalhe em condições precárias. Mas destaca a importância de que ela cuide de sua aparência, entendida ali como a chave para seu sucesso profissional e para sua subsistência.

As trabalhadoras domésticas, mães das vaidosas atendentes construídas pelo texto, estão escondidas numa outra referência do documento, quando se afirma que “encontra-se sobrerrepresentado na classe média,

além daqueles já mencionados, o grupo formado pelos trabalhadores domésticos. Aliás, esse é o setor com maior sobrerrepresentação: 64% de seus membros pertencem à classe média. No entanto, como não constitui um grupo tão grande em relação ao Brasil (apenas 8% dos trabalhadores brasileiros estão no setor de serviços domésticos), sua participação para a formação da classe média acaba se limitando”.

O dado utilizado pela SAE não traduz a realidade do trabalho doméstico para as mulheres brasileiras. Para elas, esse “setor” abriga 17,1% do total das mulheres ocupadas no país, 21,8% do total das mulheres negras ocupadas. Trata-se de um grupo bastante grande. Provavelmente, um percentual significativo das mulheres da chamada “nova classe média”.

As trabalhadoras domésticas no Brasil, ainda que tenham sim passado a ganhar mais, assim como todos os demais trabalhadores e trabalhadoras dessa faixa de renda no país, são a única categoria de trabalhadoras e trabalhadores discriminada em nossa Constituição Federal. Sua luta pela equiparação de direitos é longa e difícil e apenas agora parece estar caminhando de fato⁴. Dentre as trabalhadoras domésticas, apenas 26,4% possuem carteira assinada, sendo que para as mulheres negras o percentual é ainda menor: 24,6%. O rendimento médio mensal da categoria era, segundo os dados da PNAD de 2009, R\$ 386,40, valor que se reduz a R\$ 364,80 se olharmos apenas para as mulheres negras.

Ao olharmos para essas trabalhadoras a partir dos critérios de definição da situação de pobreza adotados pelo IPEA à época, observamos que 37,5% das mulheres em situação de vulnerabilidade ocupavam a posição de chefe de família.

Vale lembrar que, em 2009, 35,2% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres. No mesmo ano, 56,2% das famílias chefiadas por mulheres tinham renda familiar per capita⁵ de até um salário mínimo, sendo que a proporção varia significativamente ao desagregarmos o dado por raça/cor: 42,7% por mulheres brancas, 68,9% por mulheres negras.

O personagem “negro” construído pelo documento segue com as mesmas tintas. O discurso impresso no curto parágrafo de referência nos in-

⁴ Vale destacar que no dia 2 de abril, foi promulgada a emenda constitucional que passa a garantir equiparação de direitos a todas as trabalhadoras domésticas e trabalhadores domésticos. A PEC, no entanto, ainda carece de regulamentação, a qual, uma vez aprovada em Comissão, deve ir à votação nos plenários da Câmara e do Senado.

⁵ A renda familiar per capita é a média das somas das rendas de toda família dividida pelo número de pessoas que compõe a família.

forma que (i) é a imagem da população negra que importa, não para as políticas públicas, mas para as indústrias e suas propagandas publicitárias (“exigem uma comunicação que dialogue com sua etnia”); e (ii) o Estado não é quem garante de direitos, mas “parceiro” dessa população na construção individual de seu sucesso pessoal.

O que foi feito da luta histórica dos movimentos sociais pela democracia e pelos direitos humanos no país? Onde se encontram, nesse projeto publicitário, os registros desses processos e das conquistas alcançadas e produzidas até aqui? Onde estão as gritantes desigualdades brasileiras na composição dessa “nova classe média”? É esse o projeto para resolvê-las?

Precisamos recuperar o sentido de sociedade e de Estado que queremos, antes que terminemos irreversivelmente deglutidos por um discurso conservador, medíocre e desprovido de historicidade. Antes que terminemos por acreditar que as mulheres brasileiras são mesmo ou as mães redentoras da pobreza do país, ou as vaidosas e poderosas atendentes, que, mais arrumadas e maquiadas do que nunca, continuam carregando o mundo nas costas.

BIBLIOGRAFIA:

QUADROS, Waldir. *Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 189, março de 2011.

SCALON, Celia e SALATA, André. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? *O debate a partir da perspectiva sociológica*. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 27, Número 02 – Maio/Agosto de 2012.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Vozes da Classe Média*. SAE/PR, Setembro de 2012.

KERSTENETZKY, Celia Lessa e UCHÔA, Christiane. 2012. É a “nova classe média” classe média? O que diz a Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009). *Texto para Discussão no. 66*, Outubro, 2012.

YACCOUB, Hilaine. A chamada “Nova Classe Média”. *Cultura Material, Inclusão e Distinção Social*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 197-231, jul/dez. 2011.

* NECESSIDADES HUMANAS E DA TERRA VERSUS NECESSIDADES DO CAPITAL

Ivo Poletto ¹

Não pretendo refletir sobre o conceito “nova classe média”; outros o farão muito melhor do que eu. Como seu conteúdo está ligado ao aumento da capacidade de consumo dos empobrecidos, o que me proponho fazer é refletir criticamente sobre a terrível trílice contradição: entre as necessidades humanas e as necessidades do capital, e entre essas duas necessidades e as necessidades da Terra. Por um lado o capital afirma ser necessário seu crescimento constante para satisfazer as necessidades humanas; por outro, a realidade deixa claro que o crescimento constante do capital não só não garante, como ameaça e até impossibilita a satisfação das necessidades de todos os seres humanos, entre outras razões, exatamente por desprezar as necessidades da Terra.

NECESSIDADES HUMANAS

Em recente artigo², Leonardo Boff afirma que mestres das mais diferentes tradições da humanidade e das ciências do humano convergem no reconhecimento de que cada pessoa e, por isso, todas as pessoas humanas têm cinco necessidades: necessidades biológicas, de segurança, de pertença, de autoestima e de autorrealização. Em outras palavras, o ser humano não se contenta com pouco: ele tem desejos de infinito, quer realizar-se ple-

¹ Cientista social e educador popular, assessor do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social. Autor do livro “Brasil: oportunidade perdidas”. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

² Ver em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=72864>

namente, e tem, para isso, necessidade que sua busca de realização conte com o necessário para existir e para tornar-se humano: o que garante sua existência biológica; sua garantia de enfrentar os riscos e ameaças à vida; sua integração participativa a um território, a uma família, a uma sociedade; seu acolhimento e reconhecimento de suas qualidades e capacidades.

Essas necessidades das pessoas têm a ver com seu processo de humanização, que inicia com sua concepção e não tem limites de realização. Mas esse processo é realizado pelo ser humano, que é, segundo Boff, “por natureza, um ser de muitas carências. Precisa de grande empenho para atendê-las e assim poder viver, não miseravelmente, mas com qualidade. Atrás de cada necessidade, se esconde um desejo e um temor: desejo de poder satisfazê-la de forma a mais satisfatória possível e o temor de não consegui-lo e aí sofrer. Quem tem, teme perder; quem não tem, deseja ter. Assim é a dialética da existência.”

NECESSIDADES DO CAPITAL

De forma conflituosa e contraditória, seres humanos foram utilizando sua criatividade e esperteza para organizar iniciativas com o objetivo de aumentar a capacidade de domínio sobre a natureza e de produzir os bens que garantam a superação das necessidades. Nos últimos cinco séculos nasceu, foi se consolidando e tornou-se hegemônica a forma capitalista de produção e de consumo. Tendo por base a propriedade privada, a organização do trabalho através de contrato e a produção de mercadorias, tem como objetivo fazer com que a venda das mercadorias gerem dinheiro para cobrir os custos totais da produção e o direito de lucro dos proprietários das empresas, que podem ser industriais, agropecuárias, minerárias, construtoras, comerciais, de serviços, financeiras...

Se por um lado as necessidades humanas são levadas em conta na hora de escolher o que produzir, elas não são o objetivo do processo produtivo. O empresário capitalista visa, sempre e em primeiro lugar, a garantia de sua margem de lucro, que deseja sempre maior para ter capital para novos empreendimentos lucrativos e para cobrir suas “necessidades”. Pode, para isso, ou só produzir o que uma pequena porção de pessoas deseja e pode comprar, realizando não necessidades e sim luxos e exibicionismos; ou pode criar necessidades em pessoas que têm capacidade de consumo através do marketing e publicidade, levando-as a um desperdício para estarem na moda.

O sistema capitalista cria a ilusão da possibilidade de um mundo em que nada teria limites: nem a criação de novos conhecimentos científicos,

avançando no controle do que é natureza, na capacidade de produzir tecnologias e técnicas, novos instrumentos, novos produtos... Nem a transformação de bens criados e oferecidos pela Terra, podendo-se derrubar florestas, extrair minérios e fósseis, explorar águas doces e salgadas, transformar tudo em produtos e mercadorias... Nem a quantidade de animais criados, podendo-se ocupar espaços, jogar esterco no solo, nas águas, e gases na atmosfera... Nem na quantidade de usinas e motores, queimando carvão, petróleo e gás, emitindo CO₂ na atmosfera... Nem no controle sobre os processos agropecuários, desde a produção das sementes até a inseminação artificial, passando pela adequação dos solos às sementes planejadas, tornando a produção agropecuária um ramo instrumental dos laboratórios, das indústrias, oferecendo produtos/mercadorias aparentemente maravilhosos, mas cheios de agrotóxicos, antibióticos... Nem no uso e abuso da água para produção de commodities agrícolas, pecuárias, minerais, gerando contaminação de tudo...

Não haveria limites. Ou melhor, quando a produção e comercialização mundializadas sinalizam problemas e ameaças, passa-se a afirmar que o número de pessoas está elevado demais, que é preciso diminuir sua quantidade. Ou seja, para o sistema capitalista importa que só haja na Terra os indivíduos que têm capacidade de consumo de seus produtos; as demais, especialmente o bilhão e duzentos milhões de pessoas que se encontram na miséria, constituem uma ameaça ao equilíbrio da Terra. Tudo o mais deve continuar seu caminho de crescimento, já que este seria o caminho natural de progresso da humanidade; quem deixa de crescer, seja empresário ou país, entra em crise e está ameaçado de quebra, de fracasso, e isso é ótimo para o capital financeiro.

Esse crescimentismo tornou-se, por força da dominação e da educação de séculos, a ideia e o projeto dominante no mundo atual; ele domina o funcionamento dos Estados e contamina a alma das pessoas.

AS NECESSIDADES DA TERRA

Como afirmam diferentes povos indígenas, a Terra tem necessidade de lençóis freáticos, córregos, rios, mares, como tem necessidade dos raios do sol para provocar evaporação e, a partir daí, gerar chuvas. Ela tem necessidade, na verdade, de todas as formas de vida que gerou, nos solos, nas águas, nos ambientes de florestas, nos desertos, sejam microorganismos, insetos, vegetais, animais que se arrastam, que caminham, que voam. Enfim, ela tem necessidade do tudo que criou em bilhões de anos para ser

circundada por um conjunto de gases, umidade e partículas a que se dá o nome de atmosfera e é o que garante uma temperatura favorável a todas as formas de vida, inclusive a humana.

Quem assim dialoga com a Terra, reconhecendo-a como Mãe da vida, afirma e defende que ela tem direitos anteriores ao ser humano, direitos que, se feridos ou negados, colocam em perigo a vida³. A consequência disso é que os seres humanos não podem fazer o que querem no espaço que encontraram para viver e reproduzir-se; se desejam ter direito de viver e reproduzir-se, devem combinar com a Terra o que podem ou não fazer. Mas a civilização moderna capitalista globalizada neoliberal não reconhece, despreza, nega e agride, com sua perspectiva de crescimento econômico constante e sem fim, que se realiza em mercados promotores de um consumismo sem fim, estes direitos da Terra – bem como os reais direitos das pessoas, especialmente das empobrecidas.

INCLUIR NO MERCADO... ATÉ QUANDO?

É correta a afirmação de que há milhões de brasileiros que precisam chegar ao mercado para satisfazer necessidades básicas. São corretas, nesse sentido, as políticas que promovem o aumento da capacidade de compra da renda dos mais empobrecidos. O impasse, contudo, está na busca desse objetivo junto e através de políticas que promovem a produção e o consumo de mercadorias que interessam aos que têm alto poder de compra junto com o que interessa aos empobrecidos. Mais ainda: através de políticas que objetivam a aceleração do crescimento a qualquer custo, sem consultar a Terra. Por exemplo: a festa do aumento constante da produção e venda de automóveis e, para isso, a busca a qualquer custo do petróleo do pré-sal, que futuro têm? Só os que são cegos por sua própria opção, como as figuras do romance do escritor português José Saramago, “Ensaio sobre a cegueira”, podem defender esta estratégia como caminho que leva vida para as próximas gerações...

O que dizer, por outro lado, das políticas assentadas sobre a exportação bruta de grãos, carne, celulose, minérios? Não se está exportando bens naturais, gerados pela Terra, sem respeitar seu direito de, pelo menos, recriá-los? Numa sociedade de mercado, o produtivismo e o consumismo não admitem outra coisa que os interesses de imediato e curto prazo. Mas, como admitir políticas públicas que se deixam aprisionar por esses interesses?

3 Cf. Constitución de la República del Ecuador. Cap. Séptimo: Derechos de La naturaleza.

Para finalizar essa parte do exercício de provocação de consciência, basta dizer que o resgate e promoção da dignidade e da cidadania dos que ainda se encontram na miséria criada pelas oligarquias e pelo Estado submetido a seus interesses não pode nem será realizado pela sua inclusão no mercado capitalista. O que eles necessitam e têm direito só poderá ser realizado com a construção de outro tipo de sociedade, com outra forma de organizar a produção e a distribuição dos bens produzidos, com outra forma de relações entre as pessoas, entre as comunidades, entre os povos, e dos humanos com o ambiente vital criado e recriado pela Terra. Eles têm necessidade de mais alimentos, mas não dos produtos envenenados do agronegócio; têm direito à moradia, mas não com os limites e a baixa qualidade daquelas construídas pelas empresas do programa “Minha Casa Minha Vida”; têm direito ao trabalho e à renda que garanta sua autonomia, coisa que a sociedade capitalista jamais admitirá, pois seu desejo incontrolável é a exploração máxima do trabalho...

Poderíamos seguir nesse caminho até desembocar num projeto alternativo de sociedade, assentado na prática da democracia em toda sua extensão, desde as decisões de organização da vida em cada território – implicando também direito às sementes, tradições alimentares, cultura e valores éticos de cada um deles – até a definição de como organizar a relação nacional de todas estas comunidades territoriais em sua dimensão política, econômica, energética, cultural, alimentar, ética e espiritual. Mas isso só acontecerá de forma geral quando as estruturas da sociedade atual forem colocadas em questão e redefinidas, quando o Brasil se assentar sobre outros fundamentos.

O NOVO EM GERMINAÇÃO

Engana-se quem pensa que esse “projeto de Brasil” não está sendo construído em múltiplas e diversificadas iniciativas econômicas, sociopolíticas e culturais.

Basta ter presente, por exemplo, todos os avanços na direção do reconhecimento do direito e das práticas do que está sendo denominado “biorregionalismo” pelos autores do livro “O Tao da Libertação”⁴ : as formas de convivência humana realizadas numa determinada região, em que os seres humanos convivem com e são parte da comunidade de vida típica do ecossistema local.

⁴ BOFF, Leonardo, HATHAWUAY, Mark. O Tao da Libertação – explorando a ecologia da transformação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 473-523

Para não elaborar apenas idealmente e na forma de legítimo desejo, quero destacar o ponto de chegada e o novo ponto de partida que a “Lei da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para Bem Viver”, promulgada no dia 15 de janeiro deste ano pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, significa para os povos bolivianos⁵. Ela é o reconhecimento das práticas econômicas, das culturas, das formas de poder e de justiça, dos valores comunitários e das espiritualidades dos povos de longa história que vivem na Bolívia. É uma vitória de alcance incalculável. Basta lembrar que estes povos sobrevivem a um decreto de extermínio de cinco séculos, nas palavras de Evo Morales, e agora se tornam fonte de referência, fundamento e protagonistas de uma Lei que estabelece normas para bem viver com os seres humanos e bem conviver com a Mãe Terra. Dado este passo gigantesco, outros mais deverão ser dados para que essa nova visão e propostas concretas se mantenham como horizonte a ser aperfeiçoado por todos os povos da Bolívia, de modo especial enfrentando a reação já iniciada dos grandes proprietários e empresários ligados ao agronegócio e à mineração.

Este novo passo da revolução boliviana está presente nas lutas de todos os povos indígenas da Américas. Os do Equador, por exemplo, já incorporaram os direitos da natureza em sua Constituição, como foi lembrado acima. Os demais, reforçados pelo documento da ONU, conquistado com trinta anos de luta, têm como bandeiras a conquista de Estados Plurinacionais, em que cada povo – portanto, cada nação que vive seu biorregionalismo – é a base da convivência com os demais diferentes povos e com a Mãe Terra, que é uma e biodiversa ao mesmo tempo.

No Brasil, mesmo com grandes lacunas, normais num projeto em construção, a Assembleia Popular mantém como guia para as iniciativas sociais que estiveram na sua origem, o Projeto Popular para o Brasil – Na construção do Brasil que queremos. Ele está fundado nos direitos, e não apenas os humanos; o primeiro dos direitos é o da Terra, por ser fonte e base de todas as formas de vida por nós conhecidas. A perspectiva é a de que uma sociedade é mais humana quanto mais todos os direitos forem realidade positiva para e com todas as pessoas e para e com a Terra, abrangendo toda a comunidade de vida nela existente. É por isso que tudo, desde a produção econômica do necessário para bem viver – e não para

⁵ Cf. artigo de Elaine Tavares, “A Lei da Mãe Terra: um novo momento da luta na Bolívia”, publicado no dia 14/02/2013 em www.eteia.blogspot.com – blog dos Povos Originários.

viver melhor, acumulando, descuidados dos outros e da natureza – até as dimensões espirituais das pessoas e das comunidades deve ser construído com as potencialidades e limites de cada um dos sete biomas brasileiros e dos ecossistemas existentes neles.

Indo mais uma vez à prática: a existência, hoje, de mais de 700 mil famílias com cisterna caseira ao lado da casa em todo o Semiárido brasileiro – isto é, o bioma Caatinga, – é fruto do trabalho de algo próximo a mil entidades, movimentos, pastorais e organizações sociais que assumiram e fizeram avançar a Convivência com o Semiárido. A entidade articuladora é a Articulação do Semiárido (ASA), – mas os avanços alcançados contam sempre com o protagonismo das comunidades locais. O desafio de “criar água”, guardando a água da chuva, tornou-se a chave para tudo que faz parte da Convivência neste e com este bioma. O processo de formação para a construção das cisternas parte do reconhecimento da cultura e da criatividade presente em cada localidade, organiza a construção através de mutirões e abre caminhos diversificados de iniciativas de geração de renda; faz parte também da convivência a conquista da Educação Contextualizada, bem como a valorização das expressões culturais e espirituais de cada comunidade.

Em outras palavras, avança-se na construção de comunidades mais autônomas, capazes de exercer o poder de dentro e o poder em conjunto⁶, capazes de estabelecer relações com outras comunidades, rurais e urbanas, sem perder sua identidade e liberdade. Avança-se, então na perspectiva do biorregionalismo.

Na mesma direção avançam as iniciativas articuladas de Economia Solidária e de Agroecologia. Um articulista observava há poucos dias que nossa mídia valoriza práticas de agroecologia européias e norte-americanas, mas combate iguais ou melhores iniciativas quando impulsionadas pelo Movimento dos Sem Terra⁷ (MST). A própria Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) destacou, certamente com atraso, mas expressando conquista das lutas dos camponeses, que a miséria poderia ser derrotada com o apoio governamental a processos agroflorestais em pequenas propriedades, combinando plantação de árvores com agricultura e criação de animais.⁸ Quanto falta ainda para que

⁶ São duas expressões presentes na reflexão sobre o poder político da pessoa – poder de dentro – e da comunidade – poder em conjunto, – essenciais para a construção de sociedades de libertação, opondo-se ao poder de cima, característico das sociedades de dominação. Cf. Mark Hathaway e Leonardo Boff, *Ob. Cit.*, p. 135-140.

a FAO assuma a verdade defendida pela Via Campesina mundial de que, se reconhecida e apoiada, a produção camponesa é capaz de produzir de forma agroecológica os alimentos necessários para a humanidade e, ao mesmo tempo, resfriar a Terra?⁹

Para não estender em demasia a presente reflexão, creio ser suficiente a perspectiva mundial em favor da geração de energia elétrica descentralizada. Isso tem tudo a ver com o citado biorregionalismo: em cada localidade, tendo presente as características do bioma e do ecossistema, a energia passa a ser produzida com o uso das fontes existentes que menos contaminem a natureza. É o caso do sol ou dos ventos, por exemplo, que podem gerar energia nas localidades em que existam – e onde não existem?! De toda forma, para que signifiquem avanço na linha de comunidades com desenvolvimento realizado a partir das potencialidades do território – biorregiões, – toda energia deve ser comunitária, com gestão que cuide do bem viver das pessoas e que cuide dos direitos da Terra.

Estou convencido que este é o caminho possível e adequado para avançar na direção do desenvolvimento humano. Por isso, toda a qualquer política que busque superar a pobreza através da simples inclusão num mercado capitalista, geneticamente espoliador da natureza, explorador do trabalho humano, promotor de um consumismo que realiza a meta de enriquecimento sem fim da classe proprietária de empresas e bancos transnacionais e, por tudo isso, fonte de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera e causador do aquecimento e mudanças climáticas que ameaçam a vida, está na contramão do que deve ser um projeto político no século XXI.

⁷ Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/opiniao-do-blog/as-uvas-do-mst-estao-maduras.html>>

⁸ Disponível em: <<http://www.jornalmeioambiente.com/materia/5209/fao-quer-promover-agrofloresta-para-combater-fome-e-pobreza>>. Acessado em: 7/2/2013

⁹ Além dos documentos da Via Campesina e em seu favor, cf. entrevista de Henk Hobbelink, disponível em: <<http://revistasoberaniaalimentaria.wordpress.com/2013/01/23/los-pequenos-campesinos-refrescarian-el-planeta/>>. Acessado em: 23/01/2013.

*C

ASPECTOS DA DIMENSÃO INTERNACIONAL

* MOBILIDADE SOCIAL NO CAPITALISMO E REDIVISÃO INTERNACIONAL DA CLASSE MÉDIA

Marcio Pochmann¹

A diversidade de estruturas sociais vigentes no início do século 21 reflete o curso da divisão internacional do trabalho. Quanto mais acelerada for a dinâmica econômica, maior tende a ser a força das mudanças sociais cujo peso da ocupação e renda ganha destaque.

Não é sem motivo que os estudos sobre mobilidade social ascendente tendem a se concentrar nos países da região sul do mundo, uma vez que são eles, cada vez mais, que respondem pela maior parcela da produção global. Se for ainda o maior crescimento econômico sustentado pela força do capitalismo industrial, mais ampla a dimensão de uma conformação da estrutura social.

Do passado das sociedades agrárias sem praticamente mudança social às sociedades de classes amparadas pelo avanço da industrialização, a mobilidade intra e intergeracional tem sido apresentada como referência destacada nos estudos de estrutura de sociedade. Por conta disso que se torna necessário incorporar ao esforço de compreensão das mudanças sociais em curso atualmente o padrão de mobilidade contemporâneo do desenvolvimento da base econômica.

Em países de forte conteúdo dinâmico em recursos naturais, a estrutura social tende a se distanciar daquela cuja referência tende a ser a mobilidade convergente com a classe média não proprietária. O mesmo pode-se antever em termos de economia cada vez mais associada à base dos serviços com ocupações divergentes com a classe média assalariada.

¹ Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos pertencentes à Universidade Estadual de Campinas.

Os países de base industrial tendem a ser aqueles em que fundamentalmente a nova classe média não proprietária encontra o seu leito natural para avançar e se estruturar. É com base nisso, apoiado em referência teórica consistente, que o presente estudo busca focar a sua contribuição acerca da repartição geográfica da classe média global.

Para tanto se inicia com uma breve apresentação teórica sobre padrões de mobilidade social e classe média. Na sequência trata-se da compreensão atual a respeito do processo de deslocamento da riqueza da parte norte para sul do planeta e suas consequências sociais.

Por fim, discute-se a redivisão do conjunto da classe média identificada pelo critério de renda no mundo. Conforme se espera demonstrar, o começo do século 21 impõe significativa alteração na divisão geográfica da classe média global.

PADRÕES DE MOBILIDADE SOCIAL E CLASSE MÉDIA

A natureza da diferenciação entre indivíduos e classes, bem como a sucessão de destinos pessoais e geracionais encontram-se direta e indiretamente associados à diversidade de organização das sociedades. Ao se tomar como referência o conceito de mobilidade social (intra e intergeracional) enquanto medida de mudança no interior das sociedades podem ser identificados dois tipos fundamentais de estruturação social.

O primeiro tipo se vincula ao sistema de castas sociais, cuja existência de grupos hereditários se apresenta praticamente impermeável às mudanças sociais. Assim, a estrutura de sociedade praticamente impermeável ao longo tempo terminou sendo referência geral das antigas sociedades agrárias, sem sinais importantes de mobilidade social.

O desenvolvimento das sociedades sem classes desconhecia, em geral, a presença da propriedade privada, mantendo por longo tempo a estabilidade nas relações sociais². Mas o estatuto social definido pela hereditariedade predominou até a consolidação do sistema de classes sociais, sobretudo com a emergência das sociedades urbanas e industriais a partir da segunda metade do século 18³.

Com o avanço da base industrial capitalista, difunde-se um segundo

² Ver mais em, GODELIER, 1981; MAZOYER & ROUDART, 2009; Marx, 2011.

³ Para maiores detalhes a respeito da mobilidade e estruturação social ver, MARX, 2004; DURKHEIM, 2004, MERLLIÉ & PRÉVOT, 1997.

tipo de estruturação de sociedade caracterizado por significativas mudanças intra e interclasses sociais. Não obstante a difusão da propriedade privada combinada à estruturação da sociedade em classes, ocorreu um conjunto de mudanças sociais significativas na passagem do velho agrarismo para o capitalismo industrial.

Em síntese, a repetição no tempo de segmentos similares e homogêneos foi o traço marcante das primitivas sociedades agrárias, enquanto nas sociedades industriais capitalistas generalizou-se a noção moderna de classe social⁴.

Com o avanço da produção manufatureira para além de sua origem inglesa, especialmente pela difusão dos padrões de industrializações retardatária e tardia desde o século 19, a estruturação da sociedade em classes passou a ser compreendida por dimensão global. A diversidade de possibilidade nas trajetórias pessoais e geracionais associou-se à consolidação da produção de manufatura, gerando a expectativa de conformação de sistemas de relações sociais relativamente menos heterogêneos entre países⁵.

Nesse sentido que a inserção no mundo do trabalho configurou-se como referência na delimitação constitutiva e de desenvolvimento dos distintos estratos sociais. O aparecimento do termo classe média não proprietária vinculou-se à diferenciação das ocupações intermediárias no interior da estrutura produtiva de base industrial, permitindo ser distinguida do tradicional conceito de classe média proprietária⁶.

Em grande medida, a difusão do fordismo nas sociedades industriais ocorreu como norma na organização do trabalho e no estilo de desenvolvimento na produção de bens de consumo duráveis ao longo do século 20. Ainda que marcadamente estadunidense, a estruturação do mercado de trabalho se efetuou considerando a maior estabilidade no emprego e rendimento associado a planos de cargos e salários, sobretudo na grande empresa, em grande parte dos países que conseguiu avançar na produção de manufaturas⁷.

Também teve importância no padrão de mobilidade social, assentado no conceito de classes em pleno desenvolvimento nas sociedades industriais, o papel do Estado. As políticas públicas voltadas ao pleno emprego da força de trabalho, especialmente a partir do fim da segunda

⁴ Estudos sobre classe social nas sociedades industriais capitalistas ver, DARENDORF, 1959; TOURAINE, 1966; POULANTZAS, 1974.

⁵ Ver mais em, DUNLOP, 1978; KERR et al, 1975; BRAVERMAN, 1980.

⁶ Destacam-se os estudos de, MILLS, 2002; GOLDTHORPE, 1963; ESTANQUE, 2012.

⁷ Ver mais em, AGLIETÀ, 1979; DOERINGER & PIORE, 1985; GORDON, 1982; ZWEIG, 1969; POCHMANN, 1995.

Guerra Mundial, contribuíram decisivamente para uma nova estruturação social, em que a classe média possuía papel importante⁸.

A partir do último terço do século 20, contudo, o padrão de mobilidade social motivado pelos avanços da sociedade urbana e industrial passou a sofrer importantes alterações, inicialmente nos países de capitalismo avançado. O esvaziamento da produção industrial associado à expansão predominante do setor de serviços na economia passou a implicar modificações substanciais no anterior padrão de mobilidade social⁹.

O predomínio das políticas neoliberais esvaziou o papel do Estado e favoreceu o avanço da globalização desregulada e cada vez mais orientada pelo poder da grande corporação transnacional. A autonomização do poder das altas finanças ocorreu simultaneamente ao maior movimento de deslocamento das plantas industriais do antigo centro do capitalismo para regiões periféricas, sobretudo asiáticas.

Com a transição da sociedade industrial para a de serviços, o peso da indústria decaiu mais rapidamente desde a década de 1970, concomitante com a expectativa de que a valorização do conhecimento fosse capaz de manter inalterada a estrutura social de classe até então existente¹⁰. O que se percebeu, no entanto, foi a gradual alteração no interior da estrutura social compatível cada vez mais com o predomínio de novas formas do trabalho imaterial¹¹.

O antigo movimento de estruturação do mercado de trabalho deu lugar a trajetórias do desemprego, emprego parcial entre outras formas de trabalho precário. Em grande medida, a passagem do fordismo para o toyotismo terminou sendo acompanhada pela crescente instabilidade nos destinos ocupacionais, distante da incorporação dos ganhos de produtividade, sem proteção do Estado e com ausência de regulação pública¹².

Pela sociedade de serviços generalizada nas economias capitalistas avançadas, a transição do padrão de mobilidade social corre seguida de importante debate a respeito das limitações acerca da utilização das clássicas categorias de classe social conformadas anteriormente para o capitalismo industrial. Sociedade individualizada, sociedade líquida, classes de serviços,

8 Mais detalhes em, WILENSKY, 1975; PRZEWORSKI, 1985; OFFE, 1989; BEVERIDGE, 1988; CASTEL, 1998; GALBRAITH, 1982.

9 Para melhor detalhamento do padrão de mobilidade social nos países de capitalismo avançado ver, ERIKSON & GOLDTHORPE, 1993; Wright, 1989.

10 Mais detalhes em, BINDÉ, 2008; TOURAINE, 1970; MASI, 1999; KUMAR, 1997; CASTELLS, 1996.

11 Ver em, Gorz, 2009; AMORIM, 2009; BOMSEL, 2010; SINGELMANN, 1978..

12 Mais informações em, KAZIS & MILLER, 2001; INFANTE, 1999; FEYSSINET, 1997; SENNET, 1999.

sociedades sem classes, multidões, classes globais, entre outros termos têm sido utilizados pela literatura especializada nos estudos sobre as transformações recentes nas estruturas sociais no centro do capitalismo mundial¹³.

Nestes termos, constata-se o crescente paradoxo existente entre as possibilidades de uma nova estruturação social frente o desenvolvimento da produção com menor participação do setor industrial e a aplicação dos conceitos tradicionais de classe sociais. Para uns, o capitalismo global guarda possibilidades de consolidação do regime democrático com a expansão econômica e social¹⁴, enquanto outros já não mais possuem a mesma perspectiva¹⁵.

De todo o modo, o debate a respeito da mobilidade social nas economias avançadas parece diferenciar-se em relação ao curso dos novos acontecimentos em diversos países, sobretudo os não desenvolvidos. Isso porque se difunde ainda o curso da industrialização tardia em vários países asiáticos, enquanto outros, mesmo sem completar plenamente a sua industrialização, como na América Latina, registram sinais de esvaziamento da produção de manufatura em meio à emergência da sociedade de serviços.

Especialmente em relação à dimensão e ao conceito de classe média, a realidade das economias não desenvolvidas aponta para uma diversidade de situações pouco contempladas pelos estudos originados nas nações ricas¹⁶. Se há o deslocamento na geografia global da produção industrial, a divisão internacional do trabalho, especialmente na classe média, tende a sofrer alterações, nem sempre consideradas pelos estudos recentes sobre mudança social¹⁷.

Também parte importante das investigações voltadas à identificação das mudanças sociais nos países desenvolvidos parece deixar de considerar aspectos fundamentais das transformações estruturais do capitalismo neste início do século 21. O resultado disso, como não poderia deixar de ser, contribui mais para dar evidência à aparência do que a essência dos fenômenos sociais atuais.

DESLOCAMENTO DA RIQUEZA E GEOGRAFIA DO CRESCIMENTO

Desde o final da década de 1960 que se assiste ao aprofundamento do deslocamento mundial da produção de manufatura para a Ásia. Inicialmente, com o forte desenvolvimento industrial japonês desde os anos de 1960.

¹³ Destacam-se, por exemplo, HARDT & NEGRI, 2005; ROTHKOPF, 2008; FRANK, 2008; GIDDENS, 2000; BAUMAN, 2008.

¹⁴ Ver, COATES, 2000; REICH, 2008.

¹⁵ Ver, MELMAN, 2002; BEINSTEIN, 2001; FRIEDEN, 2007.

¹⁶ Mais detalhes importantes em, OCDE, 2010; KHARAS, 2010.

¹⁷ Destacam-se como análise consistente, FRANCO *et al*, 2010; BÁRCENA & SERRA, 2010.

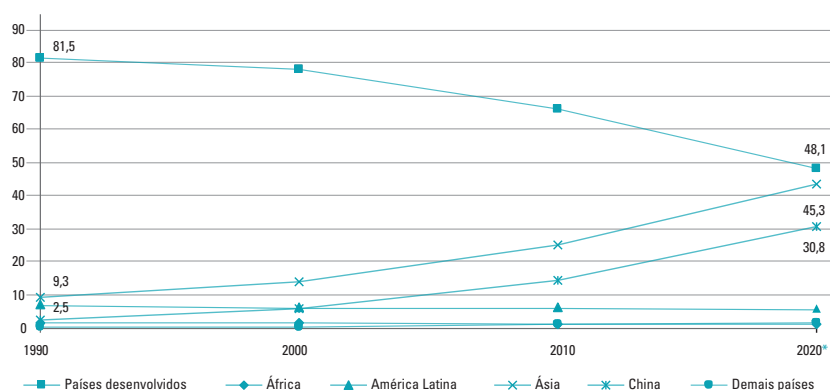
Posteriormente, com a passagem para a década de 1980, outros países asiáticos, como Taiwan, Singapura e Coreia do Sul ganharam crescente expressão na produção global de manufatura. Dez anos depois, a China assumiu a proeminência de significativa expansão econômica sustentada pela produção de manufatura mundial¹⁸. Em 2010, por exemplo, a China respondeu por quase 15% de toda a produção mundial de manufatura, enquanto em 1990 mal alcançava 2,5%.

As projeções para o ano de 2020 apontam para a Ásia uma participação próxima da produção global de manufatura de responsabilidade dos países desenvolvidos. Estes, por sinal, apresentam desde a década de 1990 uma queda continuada na participação relativa da produção global de manufatura. No ano de 2010, por exemplo, o peso dos países desenvolvidos no valor global da manufatura foi de 66,2% ante 81,5% em 1990.

Desde os anos de 1980 que os países asiáticos crescem suas economias mais rapidamente que o conjunto do mundo, avançando, com isso, o peso industrial na produção global, bem como adensando suas cadeias produtivas e diversificando suas exportações. Com isso, as economias asiáticas, especialmente a China, aproveitaram a onda da globalização neoliberal para melhor se colocar na repartição da produção global.

REPARTIÇÃO DA PRODUÇÃO GLOBAL DE MANUFATURA

Evolução da distribuição do valor agregado da manufatura, em % (Total = 100)



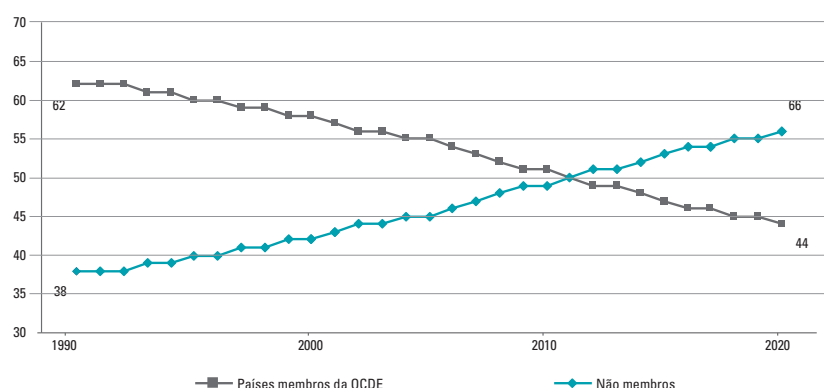
Fonte: Onudi-UN (elaboração própria) * projeção

¹⁸ Para mais detalhes ver, ACIOLY et al, 2011, JABBOUR, 2006; MEDEIROS, 2008; SHAPIRO, 2010.

Noutros países, como no caso da América Latina, o desempenho econômico distanciou-se da trajetória asiática¹⁹. O processo de abertura comercial e de integração passiva à globalização desde o final da década de 1980 resultou na sua redução relativa na participação na produção global de manufatura, ao mesmo tempo em que terminou reforçando a especialização de sua estrutura produtiva nos setores de maior conteúdo de recursos naturais e montagem industrial.

DIVISÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Evolução da participação dos países membros da OCDE e não membros no PIB mundial (em %)



Fonte, OCDE (elaboração própria)

Na passagem para o século 21, a América Latina perdeu 13,7% de sua participação relativa na produção global de manufatura. Assim, o peso latino-americano no produto industrial mundial regrediu de 7,3%, em 1990, para 6,3%, em 2010.

Em resumo, a economia global vem conhecendo transformações estruturais associadas ao deslocamento do centro dinâmico do planeta decorrente dos países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Conhecimento (OCDE) aos países não membros. No começo da segunda década do século 21, por exemplo, o peso dos países não membros da OCDE na repartição do Produto Interno Bruto PIB mundial equivaleu aos pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Ou seja, metade do PIB para as duas partes, fora e dentro da OCDE. Em 1990, os países da OCDE respondiam por quase 2/3 do PIB global.

¹⁹ Ver, CARNEIRO, 2012; NEFFA & TOLEDO, 2010; SARTI & HIRATUKA, 2010, CNI, 1999.

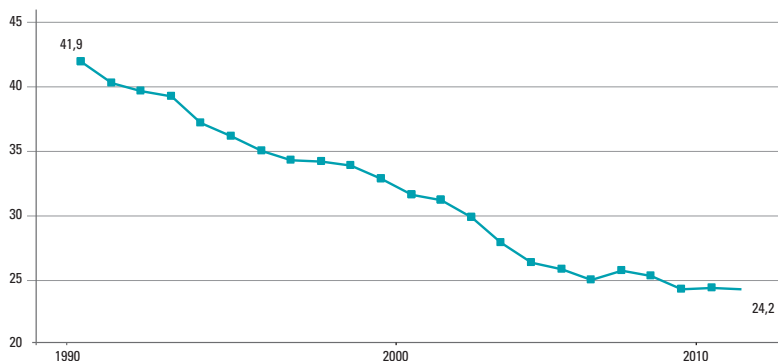
Para o ano de 2020, os mesmos países da OCDE poderão representar somente 44% do Produto Interno Bruto global.

A mudança na repartição geográfica da riqueza mundial segue acompanhada da queda na taxa de miseráveis no mundo. É isso que se constata quando se considera o parâmetro de medida da pobreza a partir de uma linha monetária de necessidades de consumo a serem atendidas.

De acordo com as estimativas para a dimensão dos miseráveis no mundo, compreendidos pelo rendimento per capita familiar de até US\$1,25 ao dia, observa-se a queda de quase 42% de toda a população, em 1990, para menos de ¼ no início da segunda década do século 21 no planeta.

INCIDÊNCIA DA MISÉRIA NO MUNDO

Evolução da parcela da população que vive com até US\$ 1,25 por dia, em PPC*



Fonte, Banco Mundial (elaboração própria) * Paridade do Poder de Compra do dólar estadunidense

Como a maior parte da pobreza se concentra nos países não membros da OCDE, percebe-se que o deslocamento da riqueza no mundo parece ocorrer simultaneamente à redução da parcela da população que vive diariamente com até US\$1,25. Neste sentido, o crescimento econômico mais intenso nos países não desenvolvidos tem permitido reduzir o peso relativo da população na base da pirâmide social.

Os efeitos deste importante fenômeno na estrutura social não se apresentam homogêneos entre países. A mudança mais significativa, contudo, tende a convergir na redivisão internacional da classe de média, conforme identificada a seguir.

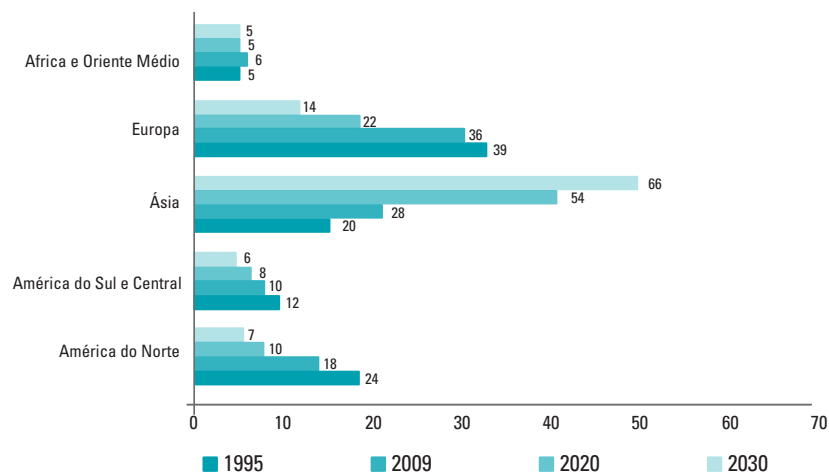
REDIVISÃO INTERNACIONAL DA CLASSE MÉDIA

A conformação de estruturas sociais complexas deve-se à transição das primitivas sociedades agrárias para as urbanas e industriais. Estas, por sinal, consolidaram trajetórias significativas de mobilidade social forçada pelo poder do capitalismo industrial, cuja essência justificou o aparecimento da classe média não proprietária.

Ainda que a definição de classe social não se deva restringir ao critério de rendimento, utiliza-se, na sequência, as informações oficiais existentes para comprovar as hipóteses lançadas anteriormente a respeito do desenvolvimento da classe média motivada fundamentalmente pelo vigor do capitalismo industrial. Assim, países em ritmo de desindustrialização tendem a perder importância relativa de suas classes médias no total global, enquanto o contrário sucedido pelo deslocamento geográfico da produção de manufatura fortalece cada vez mais o peso da estrutura social associada à classe média não proprietária.

DIVISÃO DA CLASSE MÉDIA GLOBAL

Evolução da participação relativa da população com renda pessoal entre 10 e 100 US\$ PPC



Fonte: OCDE (elaboração própria)

Observa-se, por exemplo, que no ano de 2009 havia cerca de $\frac{1}{4}$ da população do planeta considerada de classe média pelo critério exclusivamente de renda. Ou seja, o equivalente a 1,8 bilhão de pessoas cujo rendimento médio

familiar per capita encontrava-se entre 10 e 100 dólares diário (PPC)²⁰.

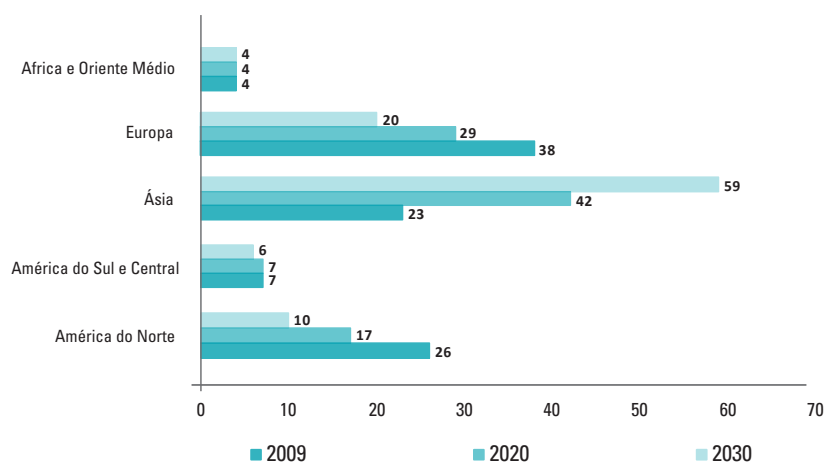
Para o ano de 2020, projeta-se 3,2 bilhões de pessoas identificadas por seu rendimento na condição de classe média. Isto é, elevação acumulada de 76,1%. A América do Norte parece ser a única área do planeta que aponta queda absoluta na quantidade de pessoas com rendimento classificável como de classe média (-1,5%).

Por outro lado, constata-se que somente os países pertencentes à Ásia projetam aumento absoluto e relativo na quantidade de habitantes na condição de classe média entre 2009 e 2020. Daqui a sete anos, mais de 54% da classe média medida por critério exclusivamente monetário deverá se concentrar nos países asiáticos.

Na comparação entre os anos de 1995 e 2009, o movimento de perda de importância relativa no total da classe média torna-se ainda mais evidente nos países não asiáticos. No caso da América do Sul e Central, por exemplo, a diminuição relativa no total da classe média global foi de 16,6% no mesmo período de tempo.

DIVISÃO DA CLASSE MÉDIA GLOBAL

Evolução da participação relativa da população com renda pessoal entre 10 e 100 US\$ PPP



Fonte: OCDE (elaboração própria)

²⁰ Ver, KHARAS, 2010; OCDE, 2010.

Também se percebe decréscimo na participação relativa na população global considerada de classe média por critério meramente monetário. Os casos mais evidentes são os dos países europeus e da América do Norte.

O inverso disso ocorre na trajetória dos países da Ásia. Entre 1995 e 2009 houve aumento de 40% na expansão relativa da classe média asiática. Ainda para o mesmo conjunto de indicadores de definição de classe média global por critério de rendimento, registra-se a redivisão no total da renda compreendida pelos segmentos de rendimento intermediário (de 10 a 100 U\$S). Nota-se, por exemplo, que somente o conjunto de países da Ásia apresenta expectativa de aumentar sua participação relativa no total da renda dos segmentos de classe média.

Enquanto a América do Norte projeta uma queda de 34,6% entre 2009 e 2020, a Ásia, deve aumentar em 86,2% no mesmo período em referência. Para os países da América do Sul e Central projeta-se estabilidade na participação no total da renda concentrada nos segmentos de classe média.

Consonante com o deslocamento da riqueza global identificada pelo vigor do crescimento econômico e a força estruturadora da produção de manufatura tende a ocorrer a redivisão geográfica da classe média no mundo. Países anteriormente industriais, como da América do Norte e Europa, perdem participação relativa na divisão global da classe média, ao passo que a concentração da produção de manufatura na Ásia faz convergir o maior peso da classe média para aquela parte do mundo. Nos países e regiões que elevam suas posições absolutas e relativas no total da população identificada com rendimento intermediários na escala global de medida, os acréscimos de classe média revelam mudanças substantivas na estrutura produtiva, com expansão do setor industrial. Assim, segmentos pauperizados ascendem na escala social, considerada como de classe média pelo critério exclusivo de rendimento.

Já em relação às nações e regiões geográficas que perdem posições relativas na divisão internacional dos segmentos de classe de renda intermediária, observa-se regressão, em geral, na produção de manufatura e, por consequência, alterações no conjunto da estrutura produtiva e ocupacional. O fenômeno da desindustrialização seguido do avanço do processo de terciarização da economia se reflete no tipo de ocupações geradas e nas remunerações auferidas pela mão de obra empregada, na maioria das vezes abaixo daqueles definidos como de classe média.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no apresentado até aqui, percebe-se que o sentido geral das mudanças sociais recentes aponta para uma nova concentração geográfica da classe média definida por critério exclusivamente monetário nos países asiáticos. Por força do processo de desindustrialização, os países da América do Norte e Europa que anteriormente eram responsáveis pela concentração de 2/3 da classe média global, tornam-se residuais na redivisão da classe média mundial, com cerca de 1/5 do total de pessoas com rendimento familiar per capita entre 10 e 100 dólares diários.

Cabe, contudo, considerar que a definição de classe média assenta-se na perspectiva da estruturação social proveniente do desenvolvimento do capitalismo industrial. Na medida em que se assiste o avanço das sociedades pós-industriais, com forte peso relativo da ocupação de serviços, pode-se tornar sem efeito a aplicação simplista do conceito tradicional de classe, sobretudo de classe média ancorada no critério de rendimento.

Nas economias de países em situação intermediária, pois não completaram plenamente o seu processo de industrialização e já precocemente apresentam sinais de avanços para estruturas sociais de base nos serviços, o uso do conceito de classe média pode ser ainda mais extemporâneo. Isso porque a adoção de conceito descontextualizado da base original de sua materialização pode-se revestir apenas e simplesmente de um voluntarismo teórico inconsistente com a realidade.

Para o caso brasileiro, em especial, estudos e pesquisas recentes indicam, cada vez mais, o engodo de se associar a ascensão nos rendimentos da população assentada na base da pirâmide social aos segmentos de classe média. Na realidade, trata-se do alargamento das classes trabalhadoras impulsionado pela ampliação do setor terciário da economia nacional²¹.

²¹Para uma discussão sistematizada sobre isso, ver a série temática de POCHMANN, 2010; 2011; 2012a; 2012b e 2013.

BIBLIOGRAFIA

- ACIOLY, L. et al. *A China na nova configuração global*. Brasília, Ipea, 2011.
- AGLIETTÀ, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. México, Siglo XXI, 1979.
- AMORIM, H. *Trabalho imaterial*. São Paulo, Annablume, 2009.
- BAUMAN, Z. *A sociedade individualizada*. São Paulo, Zahar, 2008.
- BÁRCENA, A. & SERRA, N. *Clases medias y desarrollo em América Latina*. Barcelona, Cidob, 2010.
- BEINSTEIN, J. *Capitalismo senil*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- BEVERIDGE, W. *Pleno empleo em uma sociedad libre*. Madrid, MTSS, 1988.
- BINDÉ, J. *Rumo às sociedades do conhecimento*. Lisboa, IP, 2007.
- BOMSEL, O. *L'économie immatérielle*. Paris, Gallimard, 2010.
- BRAVEMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- CARNEIRO, R. *Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina*. Série macroeconomia del desarrollo, 117. Santiago, 2012.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CNI *O futuro da indústria no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro, Campus.
- COATES, D. *Models of capitalism*. Oxford, Polity Press, 2000.
- DARENDORF, R. *Class and Class Conflict in Industrial Societies*. London, Kegan Paul, 1959.
- DOERINGER, P. & PIORE, M. *Internal Labour Markets and Manpower Analysis*. 2ª Ed. New York, Share, 1985.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 2ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- DUNLOP, J. *Sistemas de Relaciones Industriales*. Barcelona, E. Peninsula, 1978.
- ESTANQUE, E. *A classe média: ascensão e declínio*. Lisboa, FFMS, 2012.
- ERIKSON, R & GOLDTHORPE, J. *The constant flux. A study of class mobility in industrial societies*. Oxford, Clarendon Press, 1993.
- FRANCO, R. et al. *Las clases medias em América Latina*. México, Siglo XXI, 2010.
- FRANK, R. *Riquistão*. Rio de Janeiro, Manole, 2008.
- FREIDEN, J. *Capitalismo global*. Madrid, M. Crítica, 2007.
- FREYSSINET, J. *Le temps de travail em miettes*. Paris, L'Atelier, 1997.
- GALBRAITH, J. *O novo Estado industrial*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- GIDDENS, A. *Capitalismo e moderna teoria social*. 5ª Ed. Lisboa, E. Presença, 2000.

- GODELIER, M. *Antropologia*. São Paulo, Ática, 1981.
- GOLDTHORPE, J. *The affluent worker: political attitudes and behaviour*. Cambridge, Cup, 1963.
- GOLDTHORPE, J. *Social mobility and class structure in modern Britain*. Oxford, Clarendon Press, 1987.
- GORDON, D. et al *Segment Work, Divided Workers*. Cambridge, CUP, 1982.
- GORZ, A. *O imaterial*. São Paulo, Annablume, 2009.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Multidão*. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- INFANTE, R. *La calidad del empleo*. Santiago, OIT, 1999.
- JABBOUR, E. *China: infraestrutura e crescimento econômico*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2006.
- KHARAS, H. *The Emerging Middle Class in Developing Countries*. Working Paper, 285. Paris, 2010.
- KAZIS, R. & MILLER, M. *Low-Wage Workers in the New Economy*. Washington, UIP, 2001.
- KERR, C. et al *Industrialism and Industrial Man*. Princeton, PUP, 1975.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- MASI, D. *A sociedade pós-industrial*. São Paulo, Senac, 1999.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 22ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MAZOYER, M. & ROUDART, L. (2009) *História das agriculturas no mundo*. São Paulo, Unesp, 2009.
- MEDEIROS, C. *Desenvolvimento econômico e ascensão nacional*. In MEDEIROS, C. et al (orgs.) *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro, Record, 2008.
- MELMAN, E. *Depois do capitalismo*. São Paulo, Futura, 2002.
- MERLLIÉ, D. & PRÉVOT, J. *La mobilité sociale*. Paris, La Découverte, 1997.
- MILLS, C. (2002) *White color: The American middle classes*. Oxford, OUP, 2002.
- NEFFA, J. & TOLEDO, E. *Trabajo y modelos productivos em América Latina*. Buenos Aires, Clacso, 2010.
- OCDE *Perspectives du développement mondial*. Paris, 2010.
- OCDE *Perspectives économiques de l'Amérique Latine*. Paris, 2010.

- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- POCHMANN, M. *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. São Paulo, LTr, 1995.
- _____. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2001.
- _____. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil*. São Paulo, FPA, 2010.
- _____. *O trabalho no Brasil pós-neoliberal*. Brasília, Liber, 2011.
- _____. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012a.
- _____. *Classe do trabalho em mutação*. Rio de Janeiro, Revan, 2012b.
- _____. *Subdesenvolvimento e trabalho*. São Paulo, LTr, 2013.
- POULTANZAS, N. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Le Seuil, 1974.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge, MIT Press, 1985.
- REICH, R. (2007) *Supercapitalismo*. Rio de Janeiro, Campus, 2007.
- ROTHOKOPF, D. *Superclass*. London, LB, 2008.
- SARTI, F. & RIRATUKA, C. *Perspectivas do investimento na indústria*. Rio de Janeiro, Synergia, 2010
- SHAPIRO, R. *A previsão do futuro*. Rio de Janeiro, Best business, 2010.
- SENNET, R. *O declínio do homem público*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- TOURAINÉ, A. *La conscience ouvrière*. Paris, Seuil, 1966.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília, Unb, 2004
- WILENSKY, H. *The Welfare State and Equality*. Berkeley, UCP, 1975.
- WRIGHT, E. *Reflexionando, una vez más, sobre El concepto de estrutura de clases. The debate on classes*. London, Verso, 1989.
- ZWEIG, F. *The Worker in an Affluent Society*. London, Heinemann, 1969.

*A “CLASSE MÉDIA” COMO REALIDADE E COMO FICÇÃO

UM ENSAIO COMPARATIVO BRASIL-PORTUGAL

Elísio Estanque¹

Os nomes nunca são inocentes, e a noção de “classe média” é, sem dúvida, um dos exemplos mais flagrantes do poder ideológico das palavras. O mesmo conjunto social pode ser nomeado de “classe trabalhadora”, de “classe operária”, “precariado” ou de “classe média”. Tudo depende do ângulo de abordagem, pelo que, ao tratar um tema tão polêmico, e em contextos sociais tão distintos como o Brasil e Portugal, podemos começar por colocar a pergunta inocente: “de que falamos quando falamos de classe média?” A resposta provisória é: mais do que “um grupo que não é grupo ou uma classe que não é classe” (Dahrendorf), trata-se de uma problemática sociológica e de um território indefinido de camadas sociais com implicações na esfera política e na solidez da ordem estabelecida.

É por isso que, nas sociedades industrializadas do Ocidente, a maior ou menor consistência das classes médias (seja já o que isso for) sempre se conjugou com tendências de atenuação ou de agudização da luta das classes trabalhadoras. Todavia, a realidade social não se deixa explicar unicamente com base no clássico binômio individualismo (integração) versus ação coletiva (luta de classes). Assim, mesmo quando se verifica um aumento do poder aquisitivo e das oportunidades individuais – ou seja, quando a classe média se expande,– as barreiras de classe não desapare-

¹ Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; professor visitante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia (CESIT)/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Enquanto pesquisador visitante na UNICAMP, o autor beneficiou da bolsa FAPESP referente ao processo nº 2012/11670-4.

cem. Podem é ficar momentaneamente camufladas no meio da floresta de oportunidades fictícias da “sociedade de consumo”. Foi mais ou menos isso que ocorreu na Europa durante os “trinta anos gloriosos” do Estado social. Porém, nem o princípio da meritocracia nem as políticas sociais de qualificação e proteção social esbateram as barreiras de classe (a não ser na aparência). Mais recentemente, a abertura das fronteiras nacionais e a emergência dos mercados transnacionais aceleraram ainda mais a mudança social, a complexidade e a recomposição das estruturas de classe.

Com o início da chamada “era da globalização” ocorreu uma multiplicação e sobreposição de escalas no xadrez da economia mundial, redesenhando novas relações de classe. O global e o local passaram a interagir em novos moldes. Podemos então pensar as novas contradições no plano global estruturadas na base da oposição entre sobreclasses globais (as que se beneficiam da mobilidade, das novas tecnologias e abertura do mundo) e as subclasses locais (acantonadas) e, por assim dizer, situadas “fora” da estrutura convencional das classes (Estanque et al., 2005). Em todos os continentes isso a que chamamos de “classe média” se torna um importante “tampão” onde a luta de classes se tende a dissipar.

No entanto, entre Brasil e Portugal há, a este respeito, uma infinidade de contrastes. A antiga referência à “classe média” remete, no caso brasileiro, para outra realidade, outro segmento com maior status e bem mais longe da força de trabalho manual do que no caso português. Ou seja, “classe média” e “classe trabalhadora” surgem no Brasil como figurantes que jamais entraram no mesmo filme, mas onde, agora, se pretende travestir a segunda (ou parte dela) em imitação barata da primeira. Pelo contrário, no caso português compôs-se uma “peça teatral” que começou na celebração festiva do 25 de Abril de 1974, com toda essa dança transclassista e de conflito, evoluindo mais tarde para uma farsa onde a classe trabalhadora fingiu ser “classe de serviço” da sua contraparte (a classe dominante). Hoje, porém, há o sério risco de, em seu último ato, a dita farsa culminar em tragédia, com uma ilusória “classe média” sofrendo o drama do empobrecimento e um operariado, que já era pobre e decrépito, a engrossar a pobreza resignada. Por outras palavras, é duvidoso se (no caso português) a velha e a “nova pobreza” podem fundir num precariado (STANDING, 2011) politicamente ativo que dispute com o “novo radicalismo de classe média” os papéis de “vanguarda” versus “retaguarda” das lutas sociais do século XXI; e (no caso brasileiro) se o quadro de contes-

tação social surgido em junho de 2013 representa uma “brecagem” ou um novo impulso na senda de mais reformas e avanços emancipatórios. Em ambos os casos, a realidade de nossos países obrigará a repensar os caminhos do futuro e o protagonismo da classe média em tais processos. Seja esta concebida como imaginação seja como realidade devemos começar por desconstruir a velha noção estereotipada de “classe média” (individualista, consumista, burguesa e politicamente amorfa) porque a mesma se revela manifestamente anacrônica e descolada da realidade atual.

PORTUGAL E O DECLÍNIO DA CLASSE MÉDIA

Portugal é, como se sabe, um dos países da Europa do sul que integrou a última vaga de transições democráticas dos anos setenta do século passado, juntamente com a Espanha e a Grécia. O longo período de vigência do regime salazarista (1926-1974), sob o pretexto de “pôr em ordem as finanças” do país, acabou com as liberdades políticas, disciplinou e reprimiu o sindicalismo e travou o mais que pôde o progresso econômico e industrial. Quarenta e oito anos depois, a Revolução dos Cravos herdou um país pobre, quase analfabeto, predominantemente agrícola e isolado das tendências internacionais. Com o projeto de modernização, iniciado a 25 de Abril de 1974, e a consolidação do regime democrático, novas dinâmicas de mudança viriam a ocorrer, sobretudo após a adesão à Comunidade Européia (em 1986). De uma sociedade predominantemente rural, passamos, em escassas dezenas de anos, para uma sociedade de serviços, e isso, naturalmente, fez-se sentir na estrutura das classes, culminando numa generalizada terceirização. O setor secundário cresceu timidamente, mas em 1981 entrou num lento e irreversível declínio, passando de 35% para 27% entre 2001 e 2011, enquanto o terciário aumentou de 60% para 70% na mesma década, e o primário se tornou residual (CARMO, 2013).

Podemos dizer que a (nova) classe média portuguesa cresceu ao abrigo da expansão do Estado-providência ao longo das últimas quatro décadas, resultado da conjugação entre: (1) expansão da administração pública e do emprego não-manual; (2) qualificação educacional dos portugueses; e (3) do aumento da renda. A recomposição de novos sectores profissionais estimulados pelas políticas públicas – na educação, saúde, administração pública, poder local, segurança social, etc.– e também o aumento das profissões liberais, dos quadros superiores, gerados pelo impacto do ensino superior e do sistema científico, reconfiguraram a estrutura das classes.

Ao mesmo tempo, a rápida concentração urbana alterava os grupos de referência e modificava os estilos de vida de milhões de trabalhadores, enquanto os benefícios obtidos por via dos serviços prestados pelo Estado permitia às famílias aceder a novos hábitos de consumo, o que, associado ao fácil acesso ao crédito, fez com que estes segmentos da classe média cedessem aos apelos sedutores do marketing consumista. Muitos portugueses começaram então a endividar-se, pela compra de apartamentos (praticamente tornada obrigatória face à ausência de um mercado de arrendamento), de automóveis, de eletrodomésticos, de viagens de férias, etc., com isso aumentando o endividamento das famílias e consequentemente da banca nacional face ao exterior.

Estudos recentes mostram que na primeira década do atual século os níveis de desigualdade em Portugal permaneceram estáveis, embora na comparação com a UE27 o país esteja entre os mais desiguais. Até o culminar da presente crise, o crédito fácil, fortemente estimulado pelos bancos e governos, compensou artificialmente a quebra real de salários permitindo às famílias manter estilos de vida e níveis de conforto segundo um horizonte de expectativas positivas para o futuro (CARMO *et al*, 2013, p. 152-153). Todavia, dados mais recentes mostram que o rendimento anual mediano, por adulto, em Portugal continua muito abaixo das médias dos países europeus. Em 2009 cerca de 75% dos portugueses auferiam rendimentos inferiores a 12.625 euros/ano (1.052,1 euros mensais), estando Portugal entre os países com maiores desigualdades de distribuição de renda e onde se praticam dos salários mais baixos da zona euro. Mas, entretanto, a renda dos segmentos intermédios diminuiu nos últimos dois anos. O que significa que 2009 foi um ano de inversão da tendência anterior visto que esse foi o momento de agudização da crise e da austeridade (CARMO *et al*, 2013: p.137). Apesar disso, as disparidades de distribuição da renda são bem menores do que no Brasil, como veremos de seguida.

A comparação entre os dois países é realmente problemática, se bem que o olhar transatlântico nos possa ser útil. Vale registrar uma breve nota: na Europa e em Portugal a experiência num período recente de um modelo institucional e de um padrão de bem-estar (dado por seguro) deixou um legado que, com a crise, exacerbou o sentimento de “privação relativa” de uma vasta camada de assalariados com direitos adquiridos em resultado de longas batalhas (e até há pouco considerados irreversíveis), entretanto abruptamente subtraídos nos últimos anos (talvez representando o

fim de um ciclo); enquanto no Brasil, trata-se de um contexto social e socioeconômico todo ele novo, e onde o padrão de referência era a anterior condição precária, a informalidade generalizada e a miséria de uma força de trabalho até há pouco desconhecadora de quaisquer direitos.

O BRASIL E A CONSOLIDAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O caso brasileiro oferece-se, à partida, como um exemplo oposto ao português, pois, se em Portugal, como se viu, a situação da classe média é hoje periclitante, o Brasil da última década tem sido citado como uma das sociedades onde mais se exaltou o crescimento dos estratos intermédios. As pesquisas relacionadas com o tema da “classe média” têm vindo a assumir que o critério da renda é o fator mais importante e, portanto, trata-se de estabelecer simples linhas de demarcação para esse fim.

Só que, numa sociedade tão matizada e contraditória como a brasileira, é necessário realçar não apenas a importância dos diversos indicadores socioeconômicos (renda, propriedade, lugar ocupado na estrutura produtiva, qualificações, nível educacional, etc.), mas também a multiplicidade de outros critérios como sejam os étnicos, raciais, de gênero, religiosos e culturais. A conjugação entre a estruturação do capitalismo e a questão racial (GUIMARÃES, 2002) remete para circunstâncias particulares vinculadas à herança colonial e ao modo como negros e mulatos foram excluídos ou incorporados no processo de trabalho (FERNANDES, 2008)². Todos sabemos que o Brasil contém muitos mundos dentro de si. Assim, as variáveis de índole identitária acima referidas colocam-se aqui como elementos endógenos do próprio país. E porque o desenvolvimento industrial capitalista foi tardio e marcado por fortes vínculos herdados do colonialismo, o entendimento das relações de classe – e, portanto, da própria construção da classe média – deve pautar-se por cuidados muito particulares. Inclusive o fato de a análise de classes possuir uma evidente marca ocidentalocêntrica deve deixar-nos de sobreaviso perante quaisquer voluntarismos apressados de sua aplicação dogmática. Se esse não é o caso do uso ligeiro da expressão “classe média” (porque não corres-

² Analisando a situação particular de São Paulo, Florestan Fernandes refere-se ao modo como se deu “a própria formação social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo, em torno das figuras dominantes do ‘fazendeiro’ e do ‘imigrante’ e com a exclusão quase total do negro e do mulato enquanto agentes históricos significativos” (FERNANDES, 2008: 36).

ponde a qualquer outro critério que não seja a imposição de uma sigla comercial), a multiplicidade policromática de desigualdades e diferenças neste país não pode jamais ser omitida, o que, de resto, só pode acrescentar ainda mais heterogeneidade a uma categoria – a “classe média” – que, por definição, já é vincadamente heterogênea.

As pesquisas elaboradas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (pela equipe liderada por Marcelo Neri, 2012) têm se revelado as grandes entusiastas da “nova classe média”, aliás, num discurso que não é neutro. Porém, estudos sociológicos anteriores já mostraram que a estrutura social do Brasil sofreu uma transformação significativa, principalmente desde o final da ditadura, ao mesmo tempo em que a educação e as qualificações se foram ampliando. As desigualdades de oportunidades educacionais diminuíram (entre 1996 e 2008), muito embora, à medida que isso aconteceu se verificasse também um aumento da influência direta da origem de classe no destino de classe: “a partir de final da década de 1980 houve um aumento da associação líquida, descontando o efeito da educação alcançada, entre origem e destino de classe” (RIBEIRO, 2012: 674). Note-se que a redução da associação entre origem de classe e educação é acompanhada do aumento da relação entre origem social e condição de chegada, o que em parte se deve, por um lado, ao alargamento massivo do acesso à escolaridade e, por outro, a um aumento da estratificação interna do sistema de ensino (em especial o superior). Além disso, este estudo mostra ainda que o coeficiente de associação entre origens e destinos de classe (ou seja, o grau de “reprodução social”, em que a origem determina o “destino de classe”) diminuiu mais rapidamente para as mulheres do que para os homens (sobretudo a partir de 1996), indicações que parecem refletir o fato de elas terem partido de uma base mais escassa de instrução, de terem acedido mais tarde ao mercado de emprego e, eventualmente, de revelarem um melhor aproveitamento escolar em termos de resultados. Quer isto dizer que as desigualdades de classe (e, logo, o fator “classe média”) são cada vez mais matizadas e mediadas por outras dimensões de desigualdade que, aliás, tendem a inscrever-se na primeira, complexificando-a.

Já em 2000 a classe média brasileira correspondia a 31,7% das famílias, enquanto a sua capacidade de consumo era calculada em 50% de todo o mercado consumidor do Brasil. Parece evidente que o nível de poder aquisitivo dos estratos mais baixos da pirâmide social brasileira subiu, dado que as condições concretas melhoraram para milhões de

peessoas. Mas, daí não se pode concluir, como pretendem alguns especialistas em marketing (e parecem sugerir os trabalhos da FGV), que tenha ocorrido um “achatamento” entre as classes extremas, ou que o Brasil possui agora uma estrutura de classes em “losango”. A lógica do social encerra contradições cujo princípio – como neste caso – pode aplicar-se tanto ao Brasil como a Portugal ou a qualquer outra sociedade. No caso brasileiro, a camada dos miseráveis reduziu muito numa década, enquanto o maior aumento da renda se verificou principalmente entre a baixa classe média.

Importa, pois, pôr em evidência a realidade objetiva que levou o Brasil a evoluir positivamente na formalização do emprego, na melhoria salarial e na recomposição ocupacional na base da pirâmide estratificacional. Como os dados revelam, 48% dos empregos criados em 2009 correspondem ao nível de até 1,5 salário mínimo³, ou seja, um segmento da classe trabalhadora mais próximo do limiar da miséria do que da verdadeira classe média. “Na década de 2000, a expansão do emprego assalariado com carteira assinada foi expressiva; para cada grupo de dez ocupações abertas para trabalhadores de salário de base, sete foram de empregos formais, e a cada vaga aberta de emprego assalariado informal, três outras eram criadas para o trabalho com carteira assinada” (Pochmann, 2012: 38).

A estrutura das desigualdades na sociedade brasileira não deixa de evidenciar disparidades bem vincadas na distribuição da renda, apesar da sua redução. Também em Portugal as desigualdades se reduziram ao longo da primeira década deste século, porém, suspeita-se que estamos de novo em regressão neste indicador. Quanto ao Índice de Gini observa-se em 2009 uma menor desigualdade em Portugal do que no Brasil (0,33 para 0,54, respectivamente). O Brasil revela para esse ano uma diferença de um para 19 vezes na renda dos 20% mais ricos contra os 20% mais pobres, enquanto em Portugal a diferença era de um para 5,4 (no mesmo ano de 2009), tendo aumentado para 5,7 em 2010. Tão pouco podemos esquecer que as desigualdades internas no país surgem, como acima foi aflorado, noutros indicadores, entre os quais a distribuição geográfica (quanto mais interior ou norte e nordeste maiores as desigualdades) e as diferenças de gênero. Quanto a este último critério,

³ Convém lembrar que o salário mínimo evoluiu de 41,00 USD em 1970 (equivalente), para 113,00 USD em 1990, 242,00 USD em 2009. Atualmente situa-se em R\$ 678,00.

no Brasil as mulheres, em média, recebem um salário cerca de 30% mais baixo do que o dos homens (para trabalho igual)⁴, mas também em Portugal essa diferença é acentuada (com 21% da renda mais baixa para as mulheres), e no caso dos assalariados com educação superior o desnível aumenta para 30% (CASACA, 2013).

Observando a evolução das desigualdades no Brasil, verifica-se que só nos anos 2000 se inicia uma real inversão, com a descida das desigualdades e a subida do rendimento (ver Anexo 2)⁵. Esta viragem na recuperação real do poder de compra dos trabalhadores é ainda muito recente, uma razão acrescida para justificar mais cautela e menos euforia consumista em torno da miragem do “país de classe média”. Dito isto, não se deve, evidentemente, descurar a efetiva consolidação de uma classe trabalhadora que já acedeu a alguns direitos, ainda que mínimos, suportados por uma economia em crescimento e por um modelo de emprego onde o setor dos serviços está em consolidação (ver Anexo 3), em boa parte devido à absorção de trabalhadoras oriundas do trabalho doméstico. Este, além de ser quase exclusivamente feminino (95% de mulheres em 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)), permaneceu extremamente elevado nas últimas décadas, muito embora esteja em diminuição: em 2010 eram cerca de sete milhões de pessoas, correspondendo a 7,7% da população ocupada (neste segmento), mas esse valor caiu para 6,6% em 2012⁶. Considerando apenas o gênero feminino, em 2003 as domésticas eram 16,7% da força de trabalho, enquanto em 2012 passaram a 13,9% das mulheres ocupadas; tudo isto acompanhado do relativo aumento salarial e de um progressivo

4 O mais recente Censo Demográfico (2010) do país mostra que o rendimento médio mensal dos homens com carteira profissional assinada foi de R\$ 1.392, ao passo que o das mulheres foi cerca de 30% abaixo disso, atingindo R\$ 983. Segundo o Índice para a Igualdade de Gênero do PNUD, o Brasil encontra-se na 80ª posição, atrás de países como Chile, Argentina, Peru, México, Venezuela e até dos árabes, como a Líbia, Líbano e Kuwait. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/desigualdade-de-generos/mulheres-x-homens>.

5 Note-se, todavia, que se trata de médias que escondem as diferenças internas dentro de cada percentil (neste caso quintis). Como é sabido, quando estreitamos a faixa (por exemplo, se compararmos os decis ou ainda os 1% com maiores níveis de renda) a desigualdade entre os extremos dispara exponencialmente. Como revelou um estudo recente sobre as desigualdades de renda nos países do G20, “a participação na renda dos 10% mais pobres da população é frequentemente muito baixa, às vezes tão baixa que chega a ser 1%. Enquanto isto, os 10% mais ricos usufruem de uma imensa participação, às vezes excedendo 40% de toda a renda”. (Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2012/01/19/>)

6 Ou, segundo outras fontes, baseadas em dados do IBGE, de 7,8% do dos ocupados no setor em 2009, passou a 7,1% em 2011 (dados trabalhados por Pedro Alcântara e Alice Remy, do CESIT/UNICAMP), a confirmar a tendência de quebra do trabalho doméstico.

acesso à educação. Além disso, novos direitos e medidas de proteção foram recentemente anunciadas (novo piso salarial, limite de jornada de trabalho em 44 horas semanais, direito a horas extra com aumentos de custo/hora, etc.). Evidentemente que, perante tais alterações entre os segmentos subalternos da classe trabalhadora brasileira, as classes média-alta e superior se movimentam e reposicionam na matriz geral da estrutura das classes, readaptando seus comportamentos sociais e estilos de vida, no caso, a própria relação com suas domésticas, babás e serviços⁷.

UMA CLASSE MÉDIA FICTÍCIA

Podemos dizer que a pirâmide social brasileira se renovou, mas ela se renovou renovando também a instabilidade, a flexibilidade e a precariedade. Com efeito, a taxa de rotatividade (com cerca de 37% do emprego formal, em 2009) cresceu muito, sobretudo para os empregos de mais baixos salários (85,3% para a faixa que ganha salário mínimo ou menos), sendo mais elevada para as camadas mais jovens, menos escolarizadas, assim como no caso do trabalho autônomo (POCHMANN, 2012). Em suma, o Brasil passa por uma reconversão produtiva e social profunda, em busca de um projeto desenvolvimentista que nesse momento goza de grande credibilidade. Contudo, é discutível e muito incerto o desfecho desta tendência, além do que, num mundo onde as interdependências da economia e o poder do capital financeiro têm feito tantos estragos sociais nos últimos tempos, nada garante que o Brasil possa ficar imune e tenha condições para resistir e se impor autonomamente no quadro da economia global.

Outro aspeto que tem implicações sociais e políticas diz respeito às subjetividades e comportamentos individuais e coletivos. Convido o leitor a olhar em volta para a seguinte realidade social: estamos perante um ato constitutivo de uma ficção em que, paradoxalmente, se faz e se desfaz uma classe. Artificialmente, promove-se uma classe média (mais imaginária do que real), enquanto na prática se barra a emergência do novo sujeito co-

⁷ Relatório da OIT referente a 2010 registrou, no caso das mulheres, uma proporção de 16,6% das que possuíam ocupação. O salário médio da categoria era de apenas R\$489,00 por 36,8 horas semanais. Sabe-se ainda que, com as políticas sociais dos governos petistas se verificou uma subida de 47% dos salários das domésticas, para além de uma crescente formalização contratual (veja-se “Os serviços do Brasil”, Carta Capital, 23/01/2013). Segundo M. Pochmann o trabalho doméstico cresceu 0,8% ao ano entre 1979 e 2009, ano em que 93% recebiam até 1,5 salário mínimo, 72% não possuíam carteira de trabalho, 62,7% eram não brancos, 9 em cada 10 são mulheres e 98% não são sindicalizados (POCHMANN, 2012; OIT, 2013).

letivo que seria uma classe trabalhadora politicamente engajada e em luta pela mudança social e pelo reforço da democracia. Um tal processo deriva da conjugação entre o consentimento ativo das direções sindicais e suas estruturas oligárquicas, de um lado, e o consentimento passivo da classe trabalhadora e dos grupos subalternos, de outro. Conforme alguns cientistas sociais brasileiros têm notado (BRAGA, 2012), muitos setores do “precariado” são ainda animados pela presença nas suas subjetividades do cenário da década de 1990, de dumping social, desemprego em alta e miséria estrutural. Em outras palavras, pode dizer-se que as políticas lulistas conseguiram até recentemente instigar no imaginário popular uma espécie de “utopia brasileira” (paradoxalmente distópica), fundada no consumismo e individualismo, com isso anestesiando a ação emancipatória dos movimentos sociais. Mas as manifestações de junho de 2013 mudaram essa paisagem. Os recentes protestos da juventude urbana e suburbana exigem um modelo de efetivo desenvolvimento democrático que saiba consolidar o crescimento econômico e que responda às necessidades gritantes da sociedade brasileira. É a cidadania ativa em ação, mostrando que os setores carentes, os trabalhadores e os jovens das classes média e média-baixa (incluindo estudantes) estão se mobilizando e (como há cerca de trinta anos) erguem-se como ator coletivo na defesa de um projeto de sociedade de bem-estar com justiça social. Tratou-se de um imenso (e inesperado) grito de revolta de milhões de brasileiros nas ruas, uma resposta firme da sociedade, pressionando as instituições e o poder político a dar sequência às promessas e expectativas que criaram ao longo da última década.

CONCLUSÃO: O EFEITO DE ESCADA ROLANTE

Associado à mudança estrutural as sociedades abertas tendem a gerar um “efeito de escada rolante” (ESTANQUE, 2012), uma metáfora que exprime o modo como os grupos sociais se movem por referência uns aos outros e segundo uma lógica de imitação/demarcação. Se há uma deslocação da base da pirâmide (da “escada”), o conjunto dos estratos superiores move-se em simultâneo, com a agravante de que os que já estavam no topo avançam mais rápido e perdem-se de vista. A dinâmica da economia capitalista se apoia em efeitos combinados tais como o crescimento econômico, a acumulação lucrativa, o mercado concorrencial, os ganhos de produtividade, a iniciativa no plano do consumo e do investimento, a concorrência empresarial e individual, etc, etc. Mas a contraparte dessa

vertente economicista é a sociedade. E esta não é um mero aglomerado de indivíduos desligados uns dos outros, mesmo que os grandes interesses mercantilistas insistam em reinventar a classe trabalhadora como uma massa de consumidores atomizados, dóceis e embevecidos.

As estruturas de classe readaptam-se, mas resistem e reinventam-se constantemente. No plano social a recomposição das classes (ou grupos de status) ocorre em função dos recursos que controlam, e que, em geral, conjugam meios econômicos com prerrogativas expressivas, isto é, exprimem-se sob a forma de estilos de vida concretos. Daí que, quanto maior o volume desses recursos maior a possibilidade de multiplicá-los (inclusive o dinheiro). É por isso que, ao contrário de um suposto nivelamento, o que acontece é que quem já se encontrava no topo tem maiores chances de tirar proveito dos novos meios tecnológicos, de modalidades emergentes de consumo e de negócio que a sociedade vai disponibilizando. Os inventos, as viagens, as comunicações e toda a gama de novas tecnologias e gadgets que surgem nos mercados estão, em primeira mão, ao dispor das elites e só depois – e só se o interesse mercantilista assim o exigir – poderão tornar-se acessíveis ao grande público, mas aí (como mostrou Pierre Bourdieu) confunde-se o original com a imitação, o estatuto superior com a vulgaridade.

As elites, além de terem mais chances de assegurar o exclusivo do seu estatuto, fazem-no geralmente sob um manto de silêncio e de omissão. Se o “novo-riquismo” é ostentação e ruído, as novas “aristocracias” burguesas pautam-se pela discrição e sobriedade. Efetivamente, a mudança estrutural numa sociedade tem inevitavelmente implicações na vida das pessoas e leva-as a traçar percursos pessoais muito diferenciados, mas a mudança estrutural depende da luta de classes, seja ela ruidosa ou silenciosa (veja texto de Jessé Souza, neste volume).

No Brasil temos uma “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1995), ainda pouco qualificada, que exorbitou os seus consumos precários aliciada pela miragem discursiva da mídia e do poder vigente, para satisfação de credores e alguns agiotas ligados ao mundo da finança e do crédito. Pode dizer-se que se trata de uma “imaginada-classe-média-que-vive-do-trabalho” e que, de repente, se debate com uma realidade que bloqueou e solapou as suas legítimas expectativas. Um segmento da classe trabalhadora que, enquanto permanece atomizado e individualizado pelo consumismo, torna-se politicamente inofensivo e indiferente à ação coletiva. Porém, os últimos

acontecimentos mostraram que amplos segmentos sociais aparentemente adormecidos, podem acordar e despertar para exigir justiça e direitos sociais. E ao fazê-lo de forma radical, como se tem observado, podem causar um sobressalto no status quo instalado. Talvez se trate de um conjunto de movimentos algo voláteis, ambíguos, difusos e sem um sentido de orientação (para lá dos objetivos imediatos de suas pautas), compostos por setores muito diversos e muitos deles despolitizados, mas que impressionam pela extraordinária carga política que transportam.

Em Portugal, a “classe-média-que-não-chegou-a-ser” está se desfazendo no ar. Dito de outro modo, os segmentos da classe trabalhadora dos serviços e da administração pública – que chegaram a adotar comportamentos e subjetividades típicas do velho ethos da (velha) classe média assalariada – foram confrontados nos últimos dois anos com a violência da crise que lhes mostrou a dura realidade de uma condição, afinal, mais precária, instável e carente do que se imaginara a si própria. Daí resultou uma espécie de despertar desses setores para a ação coletiva, como se tem visto nas fortes manifestações desde 2011 até agora, em diversos países europeus. Pode dizer-se que se trata, neste caso, de uma reproletarização da classe média assalariada, com as consequentes implicações políticas, estimulando alianças com outros segmentos da classe trabalhadora na construção de uma nova rebeldia e (talvez) de um novo sujeito da transformação social.

Enquanto isso, o panorama socioeconômico do Brasil apresenta-se extremamente complexo e a classe trabalhadora brasileira, que começou a ver seus direitos reconhecidos, terá certamente que travar ainda muitas batalhas para que os seus filhos (muitos dos que agora estiveram nas ruas) possam aceder a uma posição estável, a um emprego qualificado e a um futuro auspicioso. Pode dizer-se que o sucesso do desenvolvimentismo brasileiro depende não apenas da vontade política do poder instituído, mas da sua capacidade de dar sequência institucional aos supetões que a sociedade civil coloca na esfera pública. E os protestos de junho (2013), fortemente animados por um novo radicalismo de classe média, poderão ficar na história pela contribuição que deram nesse sentido.

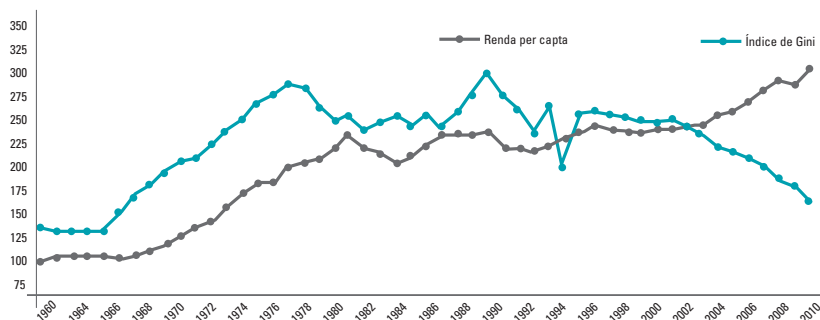
ANEXOS

Anexo 1: Desigualdades segundo o Coeficiente de Gini – Brasil e Portugal

REGIÃO	2001	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,596	0,572	0,569	0,563	0,556	0,548	0,543
Portugal	0,370	0,381	0,377	0,368	0,358	0,354	0,337

Fonte: IPEA in <http://www.ipeadata.gov.br/> Portugal: EU SILC 2011, Eurostat/ in Observatório das Desigualdades do ISCTE.

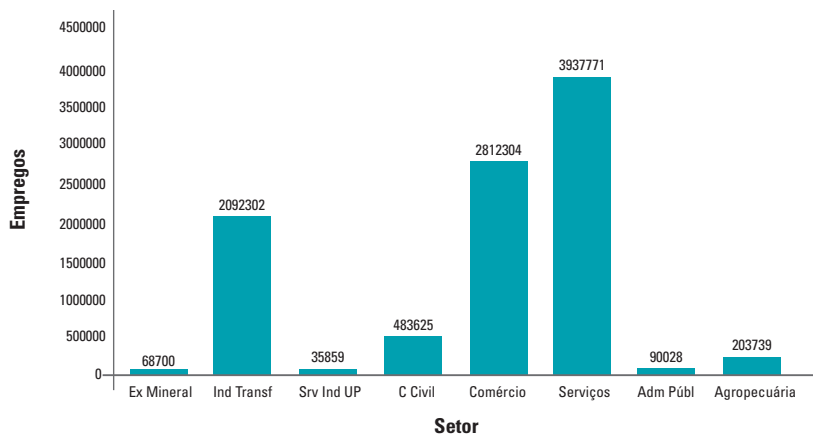
Anexo 2: Brasil - evolução dos índices da renda per capita nacional e de desigualdade segundo o Coeficiente de Gini* (1960 = 100)



Fonte: IBGE/contas nacionais (elaboração Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea)

* Índice de Gini (in POCHMANN, 2012: 15)

Anexo 3: Saldo de novos empregos criados no Brasil 2000-2008



Fonte: CAGED/MTE 2010, in Alice Remy, et al., 2011: 66

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARMO, Renato Miguel do (Org). *Portugal, Uma Sociedade de Classes*. Lisboa: Edições 70/Le Monde Diplomatique, 2013.

CASACA, Sara Falcão . Entrevista ao jornal Diário de Notícias, 7/03/2013.

ESTANQUE, Elísio. *A Classe Média: Ascensão e Declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

ESTANQUE, Elísio; MELLO E SILVA, Leonardo; VERAS, Roberto et al.. *Mudanças no Trabalho e Ação Sindical: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

GUIMARÃES, António Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/ Editora Saraiva, 2002.

OIT. *Situación del trabajo doméstico remunerado en América Latina*. Janeiro, 2013.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

REMY, Maria Alice; QUEIROZ, Silvana; ABEL FILHO, Luis . “Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008”, Revista da ABET, vol. X, nº 1, 2001.

RIBEIRO, Carlos A. Costa. “Quatro décadas de mobilidade social no Brasil”. Dados, vol. 55 Nº 3, Rio de Janeiro, pp. 641-679, 2012.

STANDING, Guy . *The Precariat: the new dangerous class*. London: Bloomsbury, 2013.